



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MATEMÁTICA E TECNOLÓGICA  
CURSO DE MESTRADO**

**ANGELA MARIA DE ALMEIDA PEREIRA**

**USO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) NA EDUCAÇÃO  
SUPERIOR/UAB: SONHO OU REALIDADE?**

**Recife  
2015**

**ANGELA MARIA DE ALMEIDA PEREIRA**

**USO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) NA EDUCAÇÃO  
SUPERIOR/UAB: SONHO OU REALIDADE?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial da obtenção do título de Mestre em Educação Matemática e Tecnológica.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Thelma Panerai Alves

**Recife  
2015**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Andréia Alcântara, CRB-4/1460

P436u      Pereira, Angela Maria de Almeida.  
              Uso de Recursos Educacionais Abertos (REA) na educação superior/UAB: sonho ou realidade? / Angela Maria de Almeida Pereira. – Recife: O autor, 2015.  
              161 f.: il; 30 cm.

              Orientadora: Thelma Panerai Alves.  
              Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica 2015.  
              Inclui Referências, Apêndice e Anexo.

              1. Ensino à distância. 2. Ensino superior. 3. Educação aberta. 4. Direitos autorais. 5. UFPE - Pós-graduação. I. Alves, Thelma Panerai. II. Título.

              371.35 CDD (22. ed.) UFPE (CE2015-20)



**ANGELA MARIA DE ALMEIDA PEREIRA**

**USO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) NA EDUCAÇÃO  
SUPERIOR/UAB: SONHO OU REALIDADE?**

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

---

Presidente/Orientadora  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> (Orientadora) Thelma Panerai Alves  
UFPE

---

2º Examinador  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Patrícia Smith Cavalcante – UFPE

---

3º Examinador  
Prof. Dr José Dutra de Oliveira Neto - USP

---

4º Examinador  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Beatriz G. P. de Carval

Recife, 24 de Fevereiro de 2015



**Estrada**  
Cidade Negra

Você não sabe o **quanto eu caminhei**  
**Pra chegar até aqui**  
**Percorri milhas e milhas** antes de dormir  
Eu **não cochilei**  
Os mais belos montes escalei  
**Nas noites escuras de frio chorei**, ei, ei  
ei ei ei..uu..

A Vida ensina e o tempo traz o tom  
Pra nascer uma canção

**Com a fé no dia-a-dia**  
**Encontro a solução**  
**encontro a solução**

Link: <http://www.vagalume.com.br/cidade-negra/a-estrada.html#ixzz2pocFmOd7>

*Dedico este trabalho aos meus pais, José Honorato e Maria das Dores, pelo exemplo de coragem e perseverança.*

*Aos meus filhos, Amanda e Thiago, pelo nosso imenso amor. Com vocês, sei de onde vim e para onde vou.*

*E a Maria de Lourdes (Lulu), por nossa linda amizade.*

## AGRADECIMENTOS

*Em uma boa fala, com tom de voz bem alto, vou dizer obrigada a todos.  
Mas, a que nomes vou me referir?*

*Melhor não nomear para não errar e deixar fora alguém que fez bem feito o seu papel.  
Quem torceu por mim, me fez caminhar,  
Quem não torceu, me fez correr e querer chegar lá  
Quem me abraçou, quem me consolou quando estava fraca  
Quem sorriu e ficou comigo quando estava tudo muito bem,*

*Quem me orientou e sorriu comigo, corrigiu, apagou, escreveu, me ligou, me deixou no silêncio, me fez chorar, me ensinou, me chamou atenção, me fez acreditar. Que nome tem ela?*

*Tem força*

*Honestidade*

*Esperteza*

*Lealdade*

*Mansidão*

*Amor,...e eu por ela...tudo!*

*A família não perde pra ninguém e de fora não pode ficar. A minha, é quem a mim está ligado pelo sangue, pelo bom humor, pela fé, pela alegria, pela perseverança, pela agitação e pela calma. Não posso nomear. São muitos e, numa folha só, não haveria lugar.*

*Os professores, gente culta com quem sonhei até este momento, dividiram o mesmo ar e me fizeram mais do que feliz por ter ficado este tempo com eles. Foram tantas emoções!! Aprendi muito. Algumas coisas, de fato, entendi; outras, ainda tenho que caminhar; mas já estou na estrada e vou chegar. Como não marquei hora, atrasada não vou ficar.*

*Meus amigos e minhas amigas, vou a todos imortalizar! Não foi esta a minha promessa para vocês nas nossas conversas? Pois assim será! Jamais esquecerei o que vivermos aqui. Vocês fizeram a diferença. Fui muito feliz junto de todos.*

*Não quero esquecer de agradecer a ninguém. Então, rapidinho, vamos resolver esta questão: a todos e a tudo que está acima da terra e abaixo do céu, e que me viu passar rumo a este momento, meu muito obrigada!*

*Mas ainda não terminou. O lugar de Deus já estava reservado para o grande final. Ah! Este não é o momento de chorar. Ainda bem que computador não borra!*

**OBRIGADO, MEU DEUS!**

## RESUMO

Recursos Educacionais Abertos (REA) são todos os materiais de ensino, aprendizagem ou pesquisa, publicados com uma licença aberta, que permite o seu uso de forma legal. O objetivo de nossa pesquisa é investigar a utilização dos REA na Educação a Distância (EAD), em cursos de licenciaturas oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), nas universidades federais de Recife, uma vez que a proposta de EAD/UAB é expandir a educação superior, principalmente no que se refere à formação de professores. Para dar suporte a nossa investigação, unimos três eixos: Educação como Direito Humano, de acordo com documentos nacionais e internacionais; colaboração no desenvolvimento de atividades, que permite a administração de conflitos e o envolvimento de todos e que tem como resultado o desenvolvimento coletivo; e os REA, materiais que permitem a sua adaptação/remix em diversos contextos, favorecendo a redução nos custos, a ampliação da oferta de material para os alunos, a otimização do tempo na preparação de material e, principalmente, o respeito aos direitos autorais. Para a coleta dos dados, utilizamos um questionário online, que contou com a participação de 114 sujeitos. Os resultados apontam que os professores utilizam os REA, mas não conhecem os licenciamentos abertos que os caracterizam como tal, neste sentido confirmamos a nossa hipótese inicial e abrimos um leque de possibilidades para pesquisas futuras.

Palavras chaves: Recursos Educacionais abertos; Educação a distância; Direitos Autorais; Colaboração.

## **ABSTRACT**

Open Educational Resources (OER) are all teaching materials, learning or research, published with an open license, which allows its use legally. The goal of our research is to investigate the use of OER in Learning at a Distance in undergraduate courses offered by the Universidade Aberta do Brasil (UAB), the federal universities of Recife, since the proposal for UAB is to expand higher education, particularly with regard to teacher training. To support our research, we join three a REA: Education as a Human Right, according to national and international documents; collaboration in the development of activities that allowed the management of conflicts and the involvement of all and which results in the collective development; and OER, materials that allow them to adapt / remix in different contexts to help reduce costs, expanding the supply of material for students, optimization of time in preparing material and, above all, respect for copyright. To collect the data, we used an online questionnaire, which included the participation of 114 subjects. The results show that teachers use OER, but do not know the open licensing featuring them as such, in this sense we confirm our initial hypothesis and open a range of possibilities for future research.

Keywords: Open Educational Resources; Learning at a Distance; Authors' Rights; Collaboration.

## LISTA DE SIGLAS

<b>AAD</b>	Aprendizagem Aberta e a Distância
<b>ABED</b>	Associação Brasileira de Educação a Distância
<b>ANDIFES</b>	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CCULT</b>	Comissão de Cultura
<b>EAD</b>	Educação a distância
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>FSF</b>	Fere software Foundation
<b>MIT</b>	Massachusetts Institute Technology
<b>OCW</b>	Open Course Ware
<b>OER</b>	Open Educational Resources
<b>PE</b>	Pernambuco (Estado)
<b>PNBL</b>	Plano Nacional de Banda Larga
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>REA</b>	Recursos Educacionais Abertos
<b>SEED</b>	Secretaria Especial de Educação a Distância
<b>MEC</b>	Ministério de Educação
<b>TIC's</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>UA</b>	Universidade Aberta
<b>UAB</b>	Universidade Aberta do Brasil
<b>UFRPE</b>	Universidade Federal Rural de Pernambuco
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Como escolher uma Licença.....	67
Figura 2 – Desafios REA.....	73
Figura 3 – Tela do Google, pesquisa avançada.....	76
Figura 4 – Tela do YouTube, pesquisa por tema.....	77
Figura 5 – Tela do YouTube, filtro mostrar mais.....	78
Figura 6 – Verificador de Direitos Autorais.....	79
Figura 7 – Polos da Universidade Federal em Pernambuco.....	92
Figura 8 – Mapa de tags para elaboração das categorias.....	101
Figura 9 – Produção e compartilhamento de material didático na UAB/associação de palavras no mapa.....	105
Figura 10 – Restrições a produção e compartilhamento de REA/UAB.....	107
Figura 11 – Pergunta 18 – Ações colaborativas relacionadas com a produção de material.....	137
Figura 12 – Pergunta 19 – Ações colaborativas relacionadas com a produção de material.....	137
Figura 13 – Pergunta 18 – Ações colaborativas relacionadas com o compartilhamento de material.....	139
Figura 14 – Pergunta 19 – Ações colaborativas relacionados com o compartilhamento de material.....	139
Figura 15 – Pergunta 18 – Ações restritivas relacionadas com a produção de material.....	141

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados Absolutos da questão 18 .....	121
Tabela 2: Dados Absolutos da questão 19 .....	121

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Panorama atual da Educação a Distância.....	31
Gráfico 2 – Utilização do material didático por alunos da EAD.....	37
Gráfico 3 – Na UAB, qual a sua instituição?.....	119
Gráfico 4 – Qual a sua área de formação?.....	111
Gráfico 5 – Há quanto tempo você está vinculado à UAB?.....	111
Gráfico 6 – Você conhece os Recursos Educacionais Abertos (REA)?.....	112
Gráfico 7 – Como você define a sua prática em relação aos REA?.....	113
Gráfico 8 – Quais repositórios que você conhece onde pode-se encontrar REA?.....	114
Gráfico 9 – Você verifica o tipo de licença do material indicado/utilizado?.....	115
Gráfico 10 – Você conhece o termo Copyright?.....	116
Gráfico 11 – Você conhece o termo Copyflex?.....	116
Gráfico 12 – Com que frequência você utiliza a internet para selecionar materiais didáticos para as suas disciplinas?.....	116
Gráfico 13 – Na internet, onde você busca os materiais didáticos para as suas aulas?.....	117
Gráfico 14 – Que tipo de materiais você costuma indicar nas suas disciplinas?.....	117
Gráfico 15 – Para estruturar a disciplina você prefere usar: .....	118
Gráfico 16 – Você deixou de propor alguma atividade por não encontrar material digital que pudesse ser indicado aos alunos?.....	118
Gráfico 17 – Você já remixou, revisou ou adaptou alguma obra em formato digital para atender às necessidades de suas disciplinas?.....	119
Gráfico 18 – Você concorda em publicar a sua produção e permitir que outras pessoas possam.....	120
Gráfico 19 – Desejo de produzir REA X área de formação.....	122
Gráfico 20 – Gostaria de produzir REA X conhecimento sobre REA.....	123
Gráfico 21 – Não conhece nenhum repositório X tempo de atuação na EAD.....	124
Gráfico 22 – Não conhece repositório X tempo de atuação na EAD X área de formação.....	126
Gráfico 23 – Sempre verifica o tipo de licença X Instituição de atuação.....	127
Gráfico 24 – Verifica sempre o tempo de licença X área de formação.....	128
Gráfico 25 – Verificando o tipo de licença X nível de conhecimento dos REA.....	130
Gráfico 26 – Frequência de uso da internet X conhecimento sobre REA....	131
Gráfico 27 – Utiliza textos digitais X conhecimento sobre REA .....	132
Gráfico 28 – REMIX: prática comum, busca alternativa X conhecimento sobre REA.....	134
Gráfico 29 – REMIX: uma prática comum, remix de material de domínio público X conhecimento sobre REA.....	134
Gráfico 30 – Produção X licença CC BY X licença CC BY NC ND.....	136

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis de Educação Básica.....	20
Quadro 2 – Oferta de cursos abertos.....	27
Quadro 3 – Adaptação do texto de Santos (2012).....	28
Quadro 4 – Diferenças básicas entre cooperação e colaboração.....	40
Quadro 5 – Símbolo REA.....	47
Quadro 6 – Universidades com projetos REA no mundo.....	49
Quadro 7 – Plataformas de Recursos Educacionais no Mundo.....	50
Quadro 8 – Iniciativas brasileiras de REA.....	52
Quadro 9 – Plataformas de Recursos Abertos no Brasil.....	57
Quadro 10 – Iniciativas REA no mundo.....	59
Quadro 11 – Atribuições <i>Creative Commons</i> .....	65
Quadro 12 – Cursos oferecidos pela UAB/UFRPE.....	92
Quadro 13 – Cursos e polos da UAB/UFPE.....	93
Quadro 14 – Cursos e polos da UAB/IFPE.....	94
Quadro 15 – Enquadramento da pesquisa.....	97
Quadro 16 – Definição das bases para as perguntas do questionário.....	98
Quadro 17 – Categorias Temáticas e Unidades de Registro.....	102

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 A EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE</b> .....	<b>17</b>
2.1 A Educação no Brasil .....	20
2.2 Educação Aberta a distância .....	24
2.3 A Educação e a Cultura Digital .....	34
2.4 A Educação e as Redes Colaborativas .....	38
<b>3 RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA)</b> .....	<b>45</b>
3.1 Conceito.....	45
3.2 Histórico.....	48
3.3 REA no Brasil.....	51
3.4 REA no cenário internacional.....	57
3.5 Direitos Autorais e Licenças.....	59
3.5.1 Tipos de Licenças.....	64
3.6 Entraves e possibilidades para o desenvolvimento e consolidação dos REA .	70
3.7 Pontos críticos das Licenças Creative Commons .....	81
3.8 Iniciativas REA de alcance mundial.....	85
3.8.1 Academia Khan .....	85
3.8.2 Plataforma Edx.....	87
3.8.3 Wikis.....	87
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>89</b>
4.1 Campo de pesquisa .....	91
4.2 Sujeitos .....	94
4.3 Instrumento de coleta .....	95
4.4 Métodos de análise.....	99
4.5 Categorias .....	102
4.5.1 Ações colaborativas relacionadas ao material: produção.....	103
4.5.2 Ações colaborativas relacionadas ao material: compartilhamento .....	104
4.5.3 Ações colaborativas relacionadas com o material: restrição .....	105
4.5.4 Questionários e perfil dos sujeitos.....	108
<b>5 ANÁLISE DE RESULTADOS</b> .....	<b>110</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>145</b>
Referências Bibliográficas .....	149
Apêndice A – Questionário para Professores EAD/UAB.....	158
Anexo A – Edital para autorização da pesquisa.....	161

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação acessível a todos, como direito humano de compartilhar e conhecer novas informações e conteúdos, que promova o homem a uma condição de vida digna e possibilite ascensão a um crescimento intelectual e profissional ao longo da vida, é uma proposta que se apresenta em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Brasileira e em muitos outros documentos que tratam de Educação e de Direitos Humanos. Mas, mesmo com todas essas iniciativas, ainda temos pessoas à margem dos processos educacionais e das iniciativas de educação ao longo da vida.

As desigualdades de acesso aos processos educacionais estão ligadas a fatores diversos, tais como as condições geográficas; a falta ou a deficiência de programas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais; os jovens fora de faixa; e os adultos sem acesso à Educação ao longo da vida. Assim, diante deste contexto, a Educação Aberta tem uma proposta de universalização da Educação, que envolve a remoção de barreiras de acesso, sejam elas econômicas, temporais, geográficas ou tecnológicas, sem necessariamente vinculá-la à prática presencial ou a distância.

A Educação Aberta, que incentiva a aprendizagem ao longo da vida, de forma continuada, dentro e fora da formalidade da escola, cria oportunidades para um grupo cada vez maior de pessoas. Ao longo dos tempos, as práticas foram distintas. Na contemporaneidade, o uso das tecnologias potencializa as práticas colaborativas e a interação entre as pessoas, em distintos ambientes educacionais, e estas podem ser ainda mais abrangentes se forem fortalecidas pelo uso dos Recursos Educacionais Abertos (REA).

A nossa motivação para este trabalho está atrelada à preocupação com a Educação e com o social, condizente com nossa formação inicial na área de Ciências Sociais e com os desafios que a Educação no Brasil encontra para atender todos os seus cidadãos.

Neste sentido, optamos por desenvolver esta pesquisa na área dos Recursos Educacionais Abertos (REA), que apresentam uma proposta de democratizar a Educação, em qualquer lugar, favorecendo o acesso a materiais produzidos com licenças abertas.

Consideramos que os REA podem promover melhorias na qualidade do

ensino e da aprendizagem, através de materiais disponibilizados de forma digital, tanto no ensino presencial como na EAD. Com o material disponível na internet, os alunos podem ter acesso ilimitado, sem que isto desgaste o material, além de estudarem no tempo e lugar escolhidos.

Também consideramos a questão dos custos, pois estes materiais podem ser gratuitos ou reduzidos. Assim, é possível beneficiar uma quantidade de pessoas muito maior. Outro fator relevante é a possibilidade de adaptação e revisão dos materiais, atendendo às necessidades do público-alvo, enriquecendo o processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo novos conhecimentos e fomentando a pesquisa.

Desta maneira, podem ser contempladas as diversas formas de aprender e de ensinar, principalmente as que privilegiam o ambiente online. Já que estamos em tempo de abundância de informação, é importante que esta esteja acessível e possa ser utilizada como uma alternativa ao material atualizado, de qualidade, promovendo mudanças significativas na vida das pessoas.

Os REA ainda estão em fase de desenvolvimento em nosso país ou em sua *adolescência teórica*, mas o estado da arte nos revela que várias dissertações, artigos, oficinas, palestras já foram produzidas, explorando o tema sob vários aspectos e trazendo à luz inúmeras discussões epistemológicas.

Em Pernambuco, não encontramos trabalhos ou citações de estudos relacionados ao uso, consulta e produção de REA, em nenhum segmento, embora isto não signifique que não esteja sendo utilizado ou que tais produções não existam. Elas apenas não foram localizadas.

Por compreendermos que estes recursos apresentam um grande potencial educacional, nossa investigação se dirigiu ao uso destes recursos na EAD/UAB, em Recife, justificando assim um mapeamento de iniciativas, ou a falta delas, o que pode ser útil para ações futuras.

O nosso estudo tem por objetivo analisar como professores da Educação a Distâncias/UAB (Recife e seus campi avançados) utilizam os REA, nas disciplinas dos cursos de licenciaturas. Com isto, queremos saber se este uso já é uma realidade na nossa região.

Nossa hipótese é a de que os professores utilizam os REA, mas desconhecem os licenciamentos abertos que podem favorecer diversas formas de uso destes recursos, potencializando os processos de ensino e de aprendizagem.

Em tempos de cibercultura, e de tantas possibilidades apresentadas pelos REA, chegar ao objetivo geral desta pesquisa representou um desafio, visto que o nosso desejo era o de produzir um trabalho que pudesse trazer contribuições para a nossa região, no sentido de verificar se os REA poderiam trazer modificações significativas para a qualidade da Educação a distância praticada na Universidade Aberta do Brasil (UAB), em Recife e seus campi, nos cursos de licenciaturas.

Para alcançar este objetivo, traçamos os seguintes objetivos específicos: identificar o nível de conhecimento dos professores sobre REA e licenciamentos; mapear a origem dos materiais selecionados para o uso em sala de aula; e verificar se o professor faz/propõe alguma alteração do material utilizado.

Com este propósito, dividimos a pesquisa em três capítulos: no primeiro, discutimos a Educação. Iniciamos com uma cronologia da Educação, passando por suas mudanças mais significativas, até chegar ao momento atual, com o uso de tecnologias e possibilidades de trabalho colaborativo. Além dos documentos oficiais, apoiamo-nos em Behrens (2010) e Santos (2012) que trazem a Educação dentro de uma proposta humanitária de direito universal. Aprofundando esta perspectiva, a Educação a distância apresenta-se como uma possibilidade de alcançar muitos alunos, levando o conhecimento a lugares improváveis. Para elucidar melhor estas questões, contaremos com o apoio teórico de Maia e Mattar (2007), Moran (2006), Tori (2010), Santos (2006) e Silva (2006). Em relação à cultura digital, buscamos apoio em Lemos (2003), Silveira (2012) e Castells (2005). E, em relação à colaboração, fundamentamos nosso texto em Torres, Alcântara e Irala (2004), Lemos (2003) e Pretto (2012). Estes autores nos ajudaram a defender uma proposta inovadora de educação, tecnologia e colaboração.

No segundo capítulo, exploramos os REA como movimento pela Educação que agrega profissionais de diversas áreas, trabalhando para alcançar universalização da Educação com qualidade. A utilização de materiais licenciados com licença tipo *Creative Commons* que possibilitam a remixagem, a distribuição e a adaptação, favorecendo muitas pessoas ao mesmo tempo. Trilhando uma compreensão mais profunda da Lei de Direitos Autorais, para que a segurança em produzir REA, seja um ponto bem compreendido.

Os autores que acompanham esta discussão, Santos (2012, 2013), Rossini (2012) e Santana (2012), mostram a evolução do REA no Brasil. Contamos também com Silveira (2012) e Pretto (2012), que questionam a produção de material

financiada com verbas públicas. Tudo isto nos leva a repensar a lei dos Direitos Autorais e a produção feita e mantida sob direitos proprietários e domínio público. Para elucidar melhor estas questões, nos apoiamos no trabalho de Branco Jr. (2011).

Embora as publicações sobre REA aumentem a cada dia, ainda temos dificuldade de encontrar material direcionado à nossa linha de pesquisa, mais especificamente, aos resultados de sua utilização na Educação Distância. Por este motivo, compilamos muitos artigos acadêmicos e publicações encontradas em sites diversos.

O terceiro capítulo se refere à metodologia do trabalho. A pesquisa tem uma abordagem quali-quantitativa, com dados numéricos e descritivos, na busca de entender e demonstrar as relações que permeiam a utilização de REA por professores da UAB. A pesquisa também pode ser considerada exploratória, pois aumentou o nosso entendimento e intimidade com as potencialidades e limitações dos REA.

O instrumento de coleta utilizado foi um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, que buscou mensurar os dados desejados, obtendo informações mais específicas, conforme orientações de Figueiredo e Souza (2010), Hill e Hill (1998). A metodologia do trabalho se apoiou nas orientações de Gil (2008) e Marconi e Lakatos (2007).

Deste modo, em relação ao nosso objeto de estudo, foi possível perceber que ainda há muito a ser feito. As barreiras são grandes, principalmente no que diz respeito ao conhecimento e à divulgação de iniciativas bem-sucedidas; de políticas públicas de disponibilização de material financiado com verbas públicas; de mudanças urgentes na legislação de direitos autorais; e, também, de conectividade suficiente, que ainda não atinge todo o território nacional.

## 2 A EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE

*En cuestiones de cultura y saberes, solo se pierde lo que se guarda, solo se gana lo que se dá.*

*Antonio Machado*

Neste capítulo, vamos explorar os documentos que tratam a Educação como um direito humano, com uma proposta de equidade efetiva, melhorias de vidas e possibilidades de aproveitar todos os benefícios que a Educação tem nos mais diferentes lugares do mundo.

Os documentos criados pelo governo e por organizações comprometidas com a Educação são formalizados dentro do plano político e social, que leva em consideração números da realidade e desejos de mudança para o futuro.

A preocupação com a Educação, na comunidade internacional, trata o assunto como um direito humano, na busca de garantir, em todas as sociedades, o acesso à informação, ao conhecimento e a melhores condições de vida, repudiando atos violentos e trabalhando no sentido de que esta seja uma questão que mobilize a sociedade. Desta forma, a Educação é citada como um direito humano em diversos documentos, tais como:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (Artigo 26)<sup>1</sup>
- Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Artigo 13)<sup>2</sup>
- Convenção sobre os Direitos da Criança (Artigo 29)<sup>3</sup>
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Artigo 10)<sup>4</sup>
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Artigo 7º)<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:  
[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)

<sup>2</sup> Pacto Internacional dos Direitos Humanos. Disponível em:  
[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/pacto\\_dir\\_economicos.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_economicos.htm)

<sup>3</sup> Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm)

<sup>4</sup> Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher: Disponível:  
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>

<sup>5</sup> Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

- Declaração e Programa de Ação de Viena (Parte I, parágrafos 33 e 34, e Parte II, parágrafos 78 a 82)<sup>6</sup>

Este entendimento faz sentido se considerarmos que a Educação é o principal instrumento de promoção de outros direitos. É através da Educação que o homem reclama e legitima seus direitos.

O conceito de Educação como direito humano é bastante abrangente e complexo, uma vez que todos os seus pontos nos remetem a mudanças de políticas públicas locais, nacionais e internacionais, por trazerem uma ideia de igualdade de acesso, que, embora sempre tenha sido objetivo humano, nunca foi alcançada.

A Educação como direito humano e bem público permite às pessoas exercerem os outros direitos humanos. Por essa razão, ninguém pode ficar excluído dela. O direito à Educação se exerce na medida em que as pessoas, além de terem acesso à escola, possam desenvolver-se plenamente e continuar aprendendo. Isso significa que a Educação terá de ser de qualidade para todos e por toda a vida (ASTORGA et al., 2008, p.12).

Assim, desenvolver-se plenamente requer que outras necessidades humanas sejam supridas, sendo que a Educação é crucial para o processo. Neste sentido, tudo que possa ser feito por governos e entidades particulares para levar Educação a todos, contribui para uma melhor qualidade de vida.

É preciso levar em consideração a rede de sustentabilidade - transporte, alimentação, acessibilidade, não discriminação, gratuidade e obrigatoriedade, plena participação - para que o poder transformador da Educação consiga chegar a todas as pessoas.

Entre os objetivos do Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos, a “alínea C” diz: “assegurar que a Educação em direitos humanos receba a devida atenção nos planos nacional, regional e internacional. ” Esta setorização é importante, pois a valorização do homem pela Educação deve considerar a cultura, o ambiente social, as necessidades de aprendizagem, a autonomia e os interesses, sem impor conhecimentos que não são relevantes para determinados grupos sociais. Ela deve ser diversificada e inclusiva para atender às particularidades dos

---

Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/conv\\_int\\_eliminao\\_disc\\_racial.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/conv_int_eliminao_disc_racial.htm)

<sup>6</sup> Declaração e Programa de Ação de Viena. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>

seres humanos e das culturas.

A Educação deve oferecer uma visão de mundo humanitária, afetiva, que valorize o racional e o emocional, considerando a complexidade do humano, unindo o econômico, o social, o político; levando a humanidade não apenas ao conhecimento isolado e técnico, mas a uma proposta que valorize aspectos universais do conhecimento.

De acordo com Behrens (2010):

O conhecimento, ao ser dividido, ao ser fragmentado, isolou o homem das emoções que a razão desconhece. Deixou de contemplar, em nome do racionalismo, sentimentos como: a solidariedade, a humanidade, a sensibilidade, o afeto, o amor e o espírito de ajuda mútua (BEHRENS, 2010, p. 22).

A Educação para a vida, que respeita os pilares da UNESCO - aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a aprender -, é muito mais que simplesmente conhecimento técnico e científico, mas um conjunto de atitudes e ações que tornam o homem responsável pelos acontecimentos a sua volta. Assim, a Educação, o acesso a bens e serviços, a valorização da vida, o respeito às diferenças, o direito à igualdade, devem ser uma preocupação de todos. O conhecimento não pode isolar o homem, mas, sim, torná-lo mais participativo, mais atuante e, principalmente, mais comprometido com a promoção de todos os seres humanos a uma vida com qualidade.

É necessário priorizar a Educação de qualidade que seja eficiente na sua proposta de formar cidadãos plenos e atuantes, sem que isso seja restrito a pequenos grupos, sendo garantida para todos. Embora muito já tenha sido feito neste sentido, ainda temos um grande número de crianças que estão fora da escola, além de jovens e adultos que não puderam dar continuidade aos seus estudos e estão à margem dos programas de formação continuada e Educação ao longo da vida. Estas pessoas não fazem escolhas. Elas são excluídas, marginalizadas. Neste sentido, a Educação de qualidade deve ter como foco a apropriação do conhecimento, com o fim de transformar a realidade das pessoas. No próximo tópico nos deteremos com mais profundidade na realidade brasileira.

## 2.1 A Educação no Brasil

A Educação Básica no Brasil é regulamentada pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996 (BRASIL, 1996) e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, instituída pela Lei nº 9.396, de 1996 (BRASIL, 1996). A Constituição Federal trata a Educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. O seu texto é bem simples e não deixa dúvida quanto ao seu entendimento:

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

As obrigações governamentais estão assim distribuídas (ver quadro 1).

**Quadro 1 - Níveis de Educação Básica**

Nível de Educação		Idade	Responsável
Educação Infantil	Creche	0-3	Governo Municipal
	Pré-escola	4-5	
Ensino Fundamental	Anos iniciais (1º ao 5º)	1º	Governo Municipal
		2º	
		3º	
		4º	
		5º	
	Anos finais (6º ao 9º)	6º	Governo Municipal e Estadual <sup>7</sup>
		7º	
		8º	
		9º	
Ensino Médio		1º	Governo Estadual
		2º	
		3º	

Fonte: Adaptado de Indicadores Estatísticos del Sistema Educativo del Mercosul, 2009.

Como parte da educação formal, o Brasil oferece um programa de educação especial para portadores de necessidades especiais e educação profissional integrada ao trabalho, às ciências e à tecnologia, ministrado de forma independente do ensino regular.

Assim, o Estado assume o dever de oferecer Educação para os seus

<sup>7</sup> Gradativamente o município está assumindo todo o ensino fundamental.

cidadãos, com base na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, formando para a cidadania plena, com acesso não somente à Educação formal, mas à cultura, aos entretenimentos e ao lazer. Para que isto se torne um fato concreto, é necessária uma estrutura que possa atender e permitir o acesso aos diversos níveis a todos que buscam por este direito.

Na Declaração de Dakar, no ano de 2000, os países da América Latina e Caribe, diante das pendências da década anterior, assumem alguns desafios e firmam os seguintes objetivos, na tentativa de garantir as necessidades da Educação Básica:

- a) expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;
- b) assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;
- c) assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania;
- d) alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos;
- e) eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade;
- f) melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida (EDUCAÇÃO, 2000, p.8-9)

Para atingir estes objetivos, os governos se comprometem a executar as seguintes ações:

- a) mobilizar uma forte vontade política nacional e internacional em prol da Educação para Todos, desenvolver planos de ação nacionais e incrementar de forma significativa os investimentos em educação básica;
- b) promover políticas de Educação para Todos dentro de marco setorial integrado e sustentável, claramente articulado com a eliminação da pobreza e com estratégias de desenvolvimento;
- c) assegurar o engajamento e a participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoramento de estratégias para o

- desenvolvimento da educação;
- d) desenvolver sistemas de administração e de gestão educacional que sejam participativos e capazes de dar respostas e de prestar contas;
  - e) satisfazer as necessidades de sistemas educacionais afetados por situações de conflito e instabilidade e conduzir os programas educacionais de forma a promover compreensão mútua, paz e tolerância, e que ajudem a prevenir a violência e os conflitos;
  - f) implementar estratégias integradas para promover a equidade de gênero na educação, que reconheçam a necessidade de mudar atitudes, valores e práticas;
  - g) implementar urgentemente programas e ações educacionais para combater a pandemia HIV/AIDS; criar ambientes seguros, saudáveis, inclusivos e equitativamente supridos, que conduzam à excelência na aprendizagem e níveis de desempenho claramente definidos para todos;
  - h) melhorar o *status*, a autoestima e o profissionalismo dos professores;
  - i) angariar novas tecnologias de informação e comunicação para apoiar o esforço em alcançar as metas EPT;
  - j) monitorar sistematicamente o progresso no alcance dos objetivos e estratégias de EPT nos âmbitos internacional, regional e nacional;
  - k) fortalecer os mecanismos existentes para acelerar o progresso para alcançar Educação para Todos (EDUCAÇÃO, 2000, p. 9)

Nos indicadores econômicos e demográficos da América Latina do ano de 2009, o Brasil figura como o maior índice de analfabetismo entre os países do MERCOSUL. Diante deste cenário, uma proposta que poderia ser considerada como aliada, buscando alcançar os objetivos propostos, seria a utilização de REA.

REA são todos os materiais utilizados para o ensino, aprendizagem e pesquisa, licenciados de forma aberta, que podem ser utilizados por professores, alunos, sem custo, podendo ser acessados por muitos, ao mesmo tempo, sem desgaste nenhum, contemplando a possibilidade de adaptação a contextos e situações específicas propostas pelo professor. Este assunto será melhor detalhado no capítulo sobre REA.

No Relatório de Monitoramento Global da Educação para Todos, 2013, que acompanha o cumprimento das metas da Declaração de Dakar 2000, o Brasil aparece como o único país da América, entre os demais que respondem por 72% da população mundial de adultos analfabetos.

Entendemos que o direito à Educação deve ser muito mais que apenas um compromisso dos governantes, documentos internacionais, propostas e programas. Este direito está diretamente ligado à qualidade de vida, ao respeito às diferenças, à inclusão, à promoção social e, como tal, não pode ser negligenciado, uma vez que

interfere diretamente no bem-estar das pessoas e em suas possibilidades de acesso a outros direitos.

Se assumirmos que a Educação pode realmente mudar a vida das pessoas, proporcionando outros direitos, estamos conectando esta responsabilidade a uma rede de atitudes políticas, econômicas, sociais, culturais, e não somente à Educação isolada dentro de um contexto estanque.

Destes números do Brasil, o Nordeste tem uma parcela significativa de contribuição. Segundo dados do Relatório de Olho nas Metas (2012, p. 16), a população entre 4 e 17 anos de Pernambuco é de 2.248.799, sendo que 205.083 estão fora da escola.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, em 26 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), destina 10% do Produto Interno Bruto<sup>8</sup> para a Educação. É composto de 10 diretrizes e 20 metas que contemplam todos os níveis de educação, corroborando e enfatizando vários dos pontos já assegurados na Constituição Federal. O destaque do PNE são as estratégias específicas para a inclusão de alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida. Também há um destaque especial para a estratégia 7.12, que inclui REA:

Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas (BRASIL, 2014)

O incentivo ao uso das tecnologias e às práticas pedagógicas inovadoras, com a utilização dos softwares livres e dos REA, é o caminho para a equidade educacional, pela ampliação da quantidade e da qualidade de materiais, sem custos, que podem ser adaptados à realidade de cada proposta de ensino.

A estratégia 16.4, embora não trate os REA de forma nominal, fala em materiais em formato acessível, como uma forma de ampliar a atuação dos professores:

---

<sup>8</sup> Produto Interno Bruto (PIB): é uma medida de valor dos bens e serviços que o país num período na agropecuária indústria e serviços. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e/platb/>

Ampliar e consolidar o portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos, suplementares, inclusive aqueles com formato acessível (BRASIL, 2014).

Com isso, esperamos que o resultado seja um salto qualitativo na Educação nacional, dado pelo atendimento a um número cada vez maior de crianças, pela permanência dos jovens na escola e pelo acesso à Educação ao longo da vida. Estas determinações das políticas públicas são reflexo da consciência da sociedade, que cobra os direitos expressos no texto da Constituição Nacional.

É importante salientar que as estatísticas da Educação no Brasil e no mundo revelam dados preocupantes e as soluções são tratadas em diversos documentos nacionais e internacionais. No Brasil, a Educação Aberta e a distância, como veremos a seguir, parecem ter um papel fundamental na resolução destes problemas.

## **2.2 Educação Aberta a distância**

Em primeiro lugar, vamos tratar da Educação Aberta, explorando vários conceitos encontrados na literatura, todos muito abrangentes. Para Santos (2012), a ênfase está em proporcionar Educação para todos, dentro e fora da formalidade da escola, promovendo-os dentro de seus contextos sociais, mas também fora destes padrões, criando oportunidades para os que desejam atender outros propósitos, como atualizar conhecimentos, capacitação profissional de forma livre, através de ações colaborativas e da interação entre as pessoas, o que pode abranger práticas específicas de ensino e aprendizagem que se modificam dependendo do momento histórico.

Educação aberta está ligada com o conceito de abertura – cuja origem vem do inglês “sopenses” Trata-se de uma filosofia educacional cujo objetivo é quebrar as barreiras que limitam o acesso à educação superior proporcionando maiores oportunidades de aprendizagem Os aspectos que caracterizam a aprendizagem são amplo acesso a materiais e tecnologias, opções de escolha em relação aos conteúdos e metodologias, e grande abertura a diversos

públicos em diferentes locais, culturas, e contextos (OKADA, 2007, p. 1-2)

Estas ideias estão presentes no contexto educacional mundial como práticas educativas que beneficiam um número cada vez maior de pessoas, principalmente com a utilização das tecnologias. Estas práticas podem favorecer o compartilhamento dos conhecimentos, produzidos sob licenças abertas, com um custo baixo, sem necessariamente utilizar uma estrutura física e materiais consumíveis.

De acordo com Kirner et al, (2013) educação aberta é:

Educação Aberta é uma forma de educação que promove o crescimento das pessoas de qualquer camada social, através da expansão das oportunidades educacionais, no âmbito da inovação social, obtida pela geração, compartilhamento e reuso de recursos educacionais abertos, estimulando o uso de tecnologias abertas, a colaboração, a aprendizagem flexível e o compartilhamento aberto de práticas educacionais, no sentido de aprimorar os educadores e os ambientes educacionais, além de disponibilizar material para os estudantes (KIRNER et al., 2013, p. 260).

Educação Aberta também pode se referir à educação flexível, que atende às necessidades individuais de aprimoramento profissional, atualização, aquisição de conhecimento, sem barreiras para o acesso, sejam elas físicas, econômica e/ou sociais. As exigências são mínimas para a entrada do aluno, que pode escolher a melhor forma de aprender, respeitando o seu ritmo, elegendo como e onde deve e pode aprender (SANTOS, 2012), mas com uma particularidade: a produção do material é pensada para um aluno que desenvolve os seus estudos de forma individualizada. A Educação Aberta e a distância “caracteriza-se essencialmente pela flexibilidade, pela abertura dos sistemas e pela maior autonomia do estudante” (BELLONI, 2012, p. 30), por isto, para esta pesquisa, vamos considerar Educação Aberta como sendo o modelo em que:

O material do curso costuma ser especialmente elaborado para atender às necessidades de quem estuda sozinho, contendo, portanto, uma linguagem específica para motivar a aprendizagem individualizada. Todos os materiais extracurriculares geralmente ficam disponibilizados aos estudantes para fácil acesso, seja por meio de textos impressos enviados pelo correio, CDs, DVDs, Kits de experimentos ou, atualmente, em web sites e plataformas de aprendizagem virtual na internet (SANTOS, 2012, p. 78-79).

Esta ideia de autoaprendizagem é crucial para EAD, segundo Belloni (2012) e Trimer (2011). Ambos ressaltam que a motivação do aluno é fator determinante para se alcançar o sucesso. Para isto, o material deve proporcionar um grau de entendimento que possibilite ao aluno seguir os estudos, sem desanimar. Os REA, objeto de estudo deste trabalho, expandem o acesso a materiais que antes eram de uso proprietário, dando ao aluno a possibilidade de contatos com produções de autores diferentes, em diversas linguagens e formatos.

Em um levantamento histórico feito por Santos (2012), a Educação Aberta apresenta correlação com liberdade do estudante de escolher o local para realizar suas atividades e leituras; possibilidade de estudar por módulos, seguindo o seu próprio ritmo de aprendizagem e de acordo com o seu tempo livre; autoinstrução, que pode ser formal ou informal; opção de certificação ou não; sem custo, sem taxas, sem mensalidades; sem a necessidade de exames classificatórios e eliminatórios, como vestibulares; com acessibilidade para pessoas que tenham algum grau de deficiência; e com a utilização de REA.

Em nosso entendimento, algumas destas premissas são igualmente postuladas na EAD. Essa também é a opinião de Belloni (2012, p. 30), que explica que “a aprendizagem aberta e a distância (AAD), caracteriza-se essencialmente pela flexibilidade, pela abertura dos sistemas e pela maior autonomia do estudante”. A autora ainda complementa que o campo da EAD oferece um terreno fértil para o desenvolvimento da educação aberta.

No Brasil, a Educação Aberta conta com várias iniciativas, como os cursos de extensão e qualificação disponibilizados em diversas instituições. O mais conhecido é da Universidade Getúlio Vargas, disponível em: <http://www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos>. Outras universidades e organizações também oferecem oportunidades de formação, de forma aberta, como demonstramos no quadro 2, a seguir.

**Quadro 2 - Oferta de cursos abertos**

<b>Iniciativas de Cursos Abertos</b>	<b>Endereços que oferecem cursos abertos</b>
Unesp Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	<a href="http://www.unesp.br/unespaberta">http://www.unesp.br/unespaberta</a>
USP Universidade de São Paulo	<a href="http://www.prceu.usp.br/programas/3idade/index.php">http://www.prceu.usp.br/programas/3idade/index.php</a>
UNICAMP Universidade Estadual de Campinas	<a href="http://www.unicamp.br/EA/index.php">http://www.unicamp.br/EA/index.php</a>
Prime Cursos	<a href="http://www.tprimecursos.com.br/?gclid=CJ6tt9q6prsCFTRo7AodMGAAbQ">http://www.tprimecursos.com.br/?gclid=CJ6tt9q6prsCFTRo7AodMGAAbQ</a>
Cursos Online SP Brasil	<a href="http://www.cursosonlinesp.com.br/pages/Quem-somos.html">http://www.cursosonlinesp.com.br/pages/Quem-somos.html</a>
Cursos IPED	<a href="http://www.iped.com.br/">http://www.iped.com.br/</a>
Learcafe	<a href="http://www.learncafe.com/cursos-gratis">http://www.learncafe.com/cursos-gratis</a>
EAD Sebrae	<a href="http://www.ead.sebrae.com.br/lista-de-cursos/">http://www.ead.sebrae.com.br/lista-de-cursos/</a>
SENAI	<a href="http://www.senai.br/ead/cursos.asp#">http://www.senai.br/ead/cursos.asp#</a>

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 70, com a popularização das universidades abertas e com as novas práticas de ensino, o contexto era de utilização dos correios, principalmente; posteriormente, com o advento da internet, a proposta ganhou força, pois atinge um quantitativo bem maior, favorecendo a comunicação de forma síncrona<sup>9</sup> e facilitando o processo de troca de mensagens e a interação entre alunos e professores.

Na atualidade, o termo Educação Aberta parece indicar novas práticas de ensino e aprendizagem, propondo uma Educação mais abrangente com o uso da internet, redes sociais, dispositivos móveis, cursos de formação, qualificação, atualização. Isso sem custos e sem exames eliminatórios.

Deste modo, a Educação como direito humano ganhou forma, sendo a temática de inclusão mais discutida. A ênfase na inclusão das camadas sociais desassistidas, como mulheres, crianças em situação de risco, deficientes, adultos analfabetos, passa a ser um compromisso internacional que exige um direcionamento diferente das atividades para dar conta da diversidade.

O contexto da Educação Aberta é bastante diversificado, uma vez que esta atende a um conjunto de práticas que vão desde a Educação para criança, a formação continuada, a Educação formal e informal, o ensino superior, entre outros, na qual não existe a exigência da presença do professor, sendo esta também uma característica da Educação Aberta presente da Educação a distância – EAD.

<sup>9</sup> Comunicação síncrona permite a comunicação entre as pessoas em tempo real. Disponível em [http://www.virtual.ufc.br/coursouca/modulo\\_web2/parada\\_01/para\\_saber\\_mais/diferenca.htm](http://www.virtual.ufc.br/coursouca/modulo_web2/parada_01/para_saber_mais/diferenca.htm)

No quadro 3, a seguir, é possível visualizar um acompanhamento das terminologias utilizadas ao longo do tempo para referir-se a Educação Aberta, uma vez que esta apresenta no seu cerne características de outras modalidades educacionais, utilizando termos “emprestados” de outras ciências, que devem ser analisados dentro de uma linha cronológica para melhor compreensão desta filosofia (SANTOS, 2012).

**Quadro 3 - Adaptação do texto de Santos (2012)**

<b>Termo em Inglês</b>	<b>Termo em Português</b>	<b>Contexto de Uso</b>	<b>Data aproximada de utilização</b>
Distance learning ou distance Education	Aprendizagem a Distância ou Educação a Distância.	Educação com tecnologias (correio, rádio, televisão e internet). Separação geográfica entre professores e alunos	De 1930 a 1940
Open education	Educação Aberta	Ed. infantil/adultos, presencial e/ou a distância.	A partir de 1970
Open learning	Aprendizagem aberta	Amplio acesso de estudantes a materiais e tecnologias. Escolha de conteúdo, e metodologia. Diferentes públicos e locais. Open University, do Reino Unido	A partir de 1970
E- learning	Aprendizagem virtual	Processos desenhados para o estudo e aprendizagem por meios eletrônicos	1990
Inclusive education	Educação inclusiva	Declaração Mundial de Educação para Todos, (Tailândia, 1990) universalização da Educação. Declaração de Dakar, 2000, incluir pobres, deficientes e mulheres.	1990
Open source	Código aberto	Software livre (não proprietário). Termos de licença de uso, acesso ao código, distribuição, integridade do código original, neutralidade tecnológica.	1998
Open license	Open license	Uso para conteúdos educacionais – Open polication licence (OPL). Na atualidade existem outras licenças, como Criative Commons (CC) e General Public License (GNU)	1999
Mobile learning	Aprendizagem móvel	Prática para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, com o uso de dispositivos portáteis, em rede e sem fios.	2000
Open Educacional Resources (OER)	Recursos Educacionais Abertos (REA)	Materiais educacionais e de pesquisa, formatos e mídias diversos, em domínio público ou sob licença aberta.	2002
Open access	Acesso aberto	Declaração de Budapeste - 2002, Bethesda - 2003, Berlin – 2003.	2002
Open courseware	Open courseware	Cursos para os diversos níveis em formato REA	2002
MOOC – massive Open Online Course	Curso Aberto Online em Massa	Aprendizagem em rede	2008

Open Educational Practices	Práticas Educacionais Abertas (PEA)	Uso institucionalizado de REA (criação, uso e reuso de REA)	2010
----------------------------	-------------------------------------	---	------

Fonte: SANTOS (2012, p. 80-82).

A evolução da Educação Aberta foi iniciada na década de 1930, com a proposta de oferecer Educação às pessoas que não tinham acesso às salas de aula, porque estavam fora dos grandes centros urbanos ou por questões de trabalho que não lhes permitiam frequentar a escola, ou mesmo pela falta de escola na região.

Já na década de 1970, a *Open University*, do Reino Unido, iniciou um processo de ensino e aprendizagem no qual o aluno era livre para escolher os conteúdos que desejava aprender, podendo ainda eleger o lugar para aprender: casa ou trabalho.

Na década de 1990, a Educação ganhou o incremento dos computadores no processo de ensino e aprendizagem, com um desenho pensado para esta finalidade. A virtualidade ganhou espaço.

No Brasil, o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), regula o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a Educação no país:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005)

Para Maia e Mattar (2007), o conceito de Educação a Distância é “modalidade de Educação em que professores e alunos estão separados, planejada por uma instituição e que utiliza diversas tecnologias de comunicação”. O uso de tecnologias de comunicação favorece a interação entre alunos e professores, alunos/aluno, aluno/tutor, gerando um fluxo de informação que potencializa a produção de conhecimento e a apropriação dos conteúdos pelos alunos em um espaço virtual destinado para esta finalidade,

Os AVA<sup>10</sup> são espaços na internet quase sempre relacionados à organização de cursos e disciplinas, à administração de conteúdos de estudos e ao monitoramento de alunos para a educação a

<sup>10</sup> AVA: Ambiente virtual de aprendizagem, em geral uma adaptação do inglês Learning Management System (LMS). Disponível em <http://ensinoatual.com/blog/?p=137>

distância. As tecnologias de informação e comunicação integradas a esses ambientes suportam um universo virtual composto não somente pelo tecnológico e gerenciamento das informações, mas também pelos indivíduos e suas interações desse modo, as funcionalidades tecnológicas presentes nos AVA representam fontes importantes para a busca dos aspectos, sociais, simbólicos e comportamentais (BEHAR et al., 2013, p. 48).

Neste contexto, a internet representa um eixo fundamental na propagação da Educação a Distância, possibilitando que o seu alcance seja mais amplo e contribuindo para a diversidade dos cursos oferecidos. O desenvolvimento dos dispositivos móveis, que liberaram o aluno de uma conexão fixa, alavancou os processos que fazem a mediação do ensino e aprendizagem a distância, segundo Tori (2010)

Na Educação apoiada por tecnologias interativas, os conteúdos e ferramentas digitais e virtuais assumem papel de destaque e oferecem novas formas de trabalho e de aprendizagem. Compartilhamento, interatividade, hipermídia, busca, tags, blogs, wikis, comunicação instantânea, mundos virtuais e jogos são alguns dos conceitos relacionados ao uso dessas tecnologias (TORI, 2010 p. 20).

Neste sentido, a Educação presencial também pode utilizar o ambiente online para realizar tarefas diversas, promovendo a equidade da Educação nos espaços de ensino e aprendizagem. Com a utilização da tecnologia, o professor tem ainda mais possibilidade de acompanhar o aluno fora do espaço tradicional de sala de aula, incentivando a pesquisa, a autonomia, a produção do conhecimento.

Desde a sua regulamentação, em 2005, a Educação a Distância, em nível superior, apresenta um crescimento elevado, o que levou a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nas universidades públicas do Brasil, o sistema UAB foi adotado, com a pretensão de democratizar o ensino superior através da EAD. Criada em 2005, pelo MEC, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a UAB foi regulamentada pelo Decreto 5.800, de 8 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), com uma proposta de democratização da Educação superior.

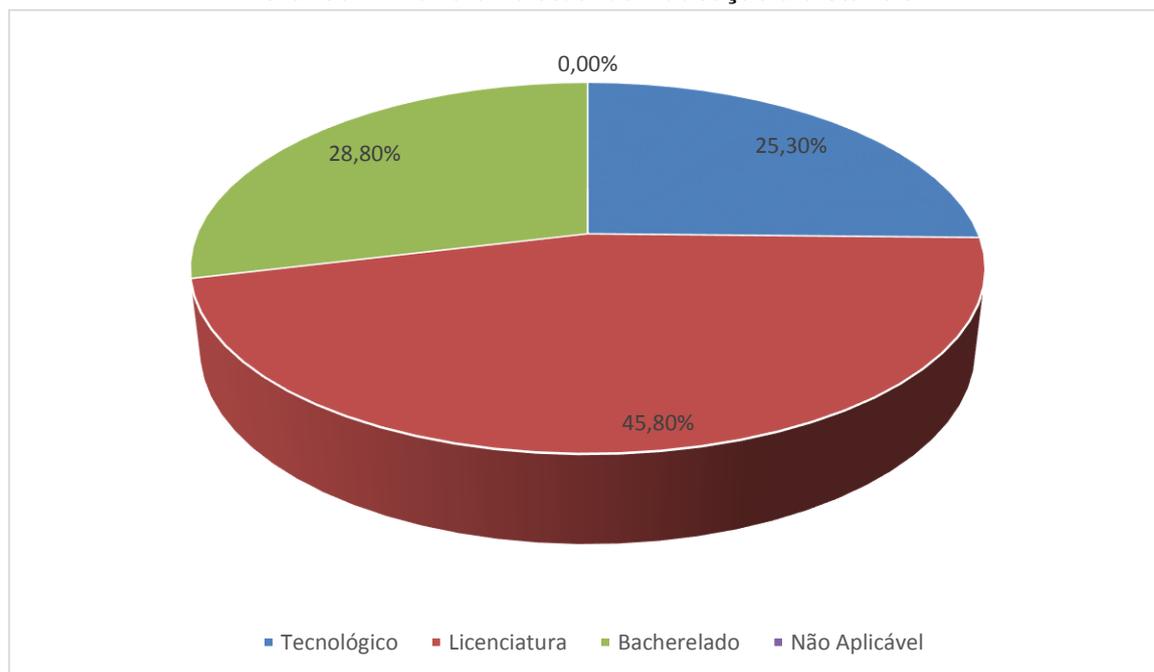
A UAB é uma política pública articulada pela Secretaria de Educação a Distância/Ministério de Educação e Cultura, extinta em 2008, e a Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>11</sup>. A UAB tem 5 princípios básicos:

1. Expansão da Educação superior e democratização dos acessos;
2. Melhorias do sistema de gestão da Educação superior;
3. Avaliação da Educação superior a distância com base na regulação do MEC;
4. Estímulo à investigação em Educação superior;
5. Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em Educação superior.

No censo da Educação Superior no Brasil, do ano de 2011, a distribuição das matrículas apresentava a configuração mostrada no Gráfico 1 a seguir.

**Gráfico 1 - Panorama atual da Educação a distância**



Fonte: MEC/Inep.

As licenciaturas mostram um domínio sobre os bacharelados e os cursos tecnológicos. Assim, é fácil identificar que a formação de professores é a área com maior preferência pelas matrículas, na UAB, motivo que justifica a preocupação com

<sup>11</sup> CAPES, Cordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>

a qualidade desta formação, que inclui os conhecimentos diversos, o domínio das TICs e as demandas mais recentes, como é o caso dos REA.

No ano de 2012, a UAB estava composta por 96 instituições - universidades públicas federais, estaduais, municipais e Institutos de Educação, Ciências e Tecnologia -, com 673 polos espalhados por todo o Brasil, que atendiam a 210 mil alunos, divididos em 1.248 turmas dos diversos cursos de bacharelado, licenciaturas, tecnologia e especialização, formação continuada do Programa Mídias na Educação, cursos de Biblioteconomia, para formar profissionais de apoio para os polos, administração pública com a intenção de formar administradores para o serviço público nacional (<http://www.uab.capes.gov.br/>).

Neste cenário, cuja estrutura é determinada pela UAB, os alunos passam a ter contato com profissionais que normalmente não fazem parte da Educação presencial, como o tutor virtual, tutor presencial, professor executor, professor conteudista e coordenador. Silva (2012) apresenta um quadro com as funções e os valores das bolsas de estudo, baseado na resolução nº 26 do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE.

A Educação online se concretiza pelas possibilidades de utilização de ferramentas tecnológica de grande valor comunicacional e atende e inclui alunos que não têm acesso à Educação presencial, por motivos geográficos, econômicos, laborais, de saúde. Mas é importante ressaltar que o foco de nossa pesquisa se dirige, principalmente, às possibilidades de aprendizagem colaborativa, ao crescimento coletivo e à implantação de inovação educacional, favorecendo novas formas de ensinar e aprender, com feedback constante no sentido de motivar o desenvolvimento do conhecimento.

Segundo Silva (2006), a Educação online apresenta três investimentos básicos: múltiplas informações de som, imagem, textos e outras mídias que resultam em conhecimento; múltiplos percursos para conexões e expressões com que os alunos possam contar para manipular as informações; estímulo aos alunos para contribuírem com novas informações, participando como coautores do processo.

Para entendermos melhor o que é Educação online e em que meios se apresenta, Moran (2006) diz:

Pode-se definir Educação online como um conjunto de ações de ensino-aprendizagem desenvolvidas por meio de meios telemáticos,

como a internet, a videoconferência e a teleconferência. A Educação *online* acontece cada vez mais em situação bem amplas e diferentes, da Educação infantil até a pós-graduação, dos cursos regulares aos cursos corporativos. Abrange desde cursos presenciais com atividades complementares fora da sala de aula, pela internet (MORAN, 2006, p. 41).

Desta forma, fica fácil concluir que a Educação online é uma modalidade muito abrangente que atende a uma infinidade de situações, contribuindo de forma significativa para o crescimento do aluno, oferecendo um leque de possibilidades para se adquirir conhecimento.

Aulas e videoconferências podem ser vistas por inúmeras pessoas, ao mesmo tempo, em pontos distintos, através de comunicação por internet, com interação em tempo real e em tempo diferido. A utilização da internet e de momentos off-line podem ser alternados, para potencializar a educação, mas isto não anula a presença do professor e ou monitores para complementar os momentos em sala de aula, incentivando a discussão, a pesquisa e a produção do conhecimento (MORAN, 2006).

Para este trabalho, vamos considerar que o contexto da UAB está caracterizado como educação online, ambiente que permite trocas enriquecedoras, discussões temáticas e contextualizadas, ampliando e reafirmando saberes. O censo da EAD/2013 confirma que a maioria das instituições faz uso de recursos disponíveis em sites como Youtube e Google Docs, em plataformas gratuitas e/online customizadas pelas instituições (CENSO EAD, 2013). Este universo permite uma apropriação diversificada de recursos, como vídeos, tabelas, textos que podem ser adaptados para o contexto da disciplina, tornando os conteúdos das aulas mais ricos, sem com isto agregar custos extras.

Na intenção de tornar a Educação online uma proposta que resulte em uma transformação no educando, é necessário que o professor também tenha uma postura diferenciada. Não basta dispor os recursos e informações, é imprescindível atuar junto, resolvendo as dúvidas, motivando os alunos, criando um ambiente interativo e de colaboração.

Silva (2006, p. 57), quanto à preparação de curso online, chega à seguinte conclusão:

O professor *online* constrói uma rede e não uma rota. Ele define um conjunto de territórios a explorar, enquanto a aprendizagem se dá na

exploração - ter a experiência – realizada pelos aprendizes e não a partir da sua récita. Isto significando, portanto, modificação radical em sua autoria em sala de aula *online*. O professor não se posiciona como o detentor do monopólio do saber, mas como aquele que dispõe teias, cria possibilidades de envolvimento, oferece ocasião de engendramento, de agenciamento e estimula a intervenção dos aprendizes como coautores da aprendizagem.

Esta afirmativa tem elementos muito significativos: o posicionamento do professor em auxiliar o aluno a construir o conhecimento, pela exploração de possibilidades, oferece mais oportunidades de crescimento e conseqüentemente de novas descobertas que levam a caminhos distintos inovadores; o incentivo à pesquisa, que se encontra nas entrelinhas; e a construção de teias e redes, que rompem a barreira da centralização do conhecimento e abrem portas para outras possibilidades.

### **2.3 A Educação e a Cultura Digital**

A Educação formal se apoia na utilização de material didático, distribuído aos alunos como uma fonte de conhecimento que deve ser consumida, apropriada e jamais questionada. O aluno, preso ao livro, não tem a autonomia para buscar novas fontes, explorar outros materiais; apenas escuta, lê, decora, repete (BEHRENS, 2010).

Mas este aluno, cidadão do mundo, está conectado em rede através da internet, com muitas possibilidades de informação e aprendizagem, sem tempo e espaço imposto. É uma comunicação em rede sempre em grande escala (LEVY, 1999). Já não é uma atitude de um pequeno grupo, mas é a cultura que a sociedade vem adotando e que se manifesta pelos dispositivos acessíveis a uma grande parte da população para a sua comunicação em rede.

Para nos situarmos nesta discussão, precisamos compreender melhor o conceito de cibercultura:

Forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônica que surgiram com a convergência das telecomunicações com a informática na década de 70 (LEMOS, 2003, p. 11).

O conceito de cibercultura nos remete a outro que faz muito sentido na atualidade, no qual a tecnologia ocupa um lugar em franca ascensão: Sociedade em Rede. Castelles (2005) explica:

É uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentada na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informações a partir de conhecimentos acumulados nos nós dessas redes (CASTELLS, 2005, p. 19).

Assim, percebemos que este potencial poderia ser utilizado como conteúdo educacional, enriquecendo estes nós e fomentando a produção compartilhada, aberta, autônoma, de qualidade. Estes poderiam compartilhar as suas produções com professores, trabalhando em pesquisas, atualizando os conhecimentos, fazendo descobertas, gerando mudanças significativas na escola e na sociedade.

A cultura digital já deveria estar largamente implantada nas escolas. Nos diferentes governos que se sucedem, o investimento é em livros didáticos e muito pouco é destinado à utilização de recursos tecnológicos.

Mesmo com todo o investimento, o governo não tem direitos sobre as obras produzidas. Todos os direitos são reservados às editoras, que concentram os direitos de impressão, distribuição e compram também os direitos autorais. Com esta situação, os autores também não têm uma remuneração justa. Estes, para verem seus livros circulando, acabam cedendo às editoras os seus direitos de autoria.

Segundo Santana (2012) no edital de compra do governo do ano de 2014, consta uma parcela destinada à aquisição de material digital, mas na perspectiva de consumo. Isto é, o pacote já vem fechado e não permite que professores e alunos possam fazer alterações e adaptações do material às suas necessidades.

Conteúdos produzidos de forma aberta podem oferecer uma excelente oportunidade para professores e alunos remixarem as suas obras. Neste sentido, novas ideias são produzidas, novos dados são inseridos e todos são beneficiados no processo de apropriação de conhecimentos, melhorando as suas produções e tornando-se também autores (SILVEIRA, 2012, p.127). Neste sentido a ética é um item importante, segundo Kenski (2007)

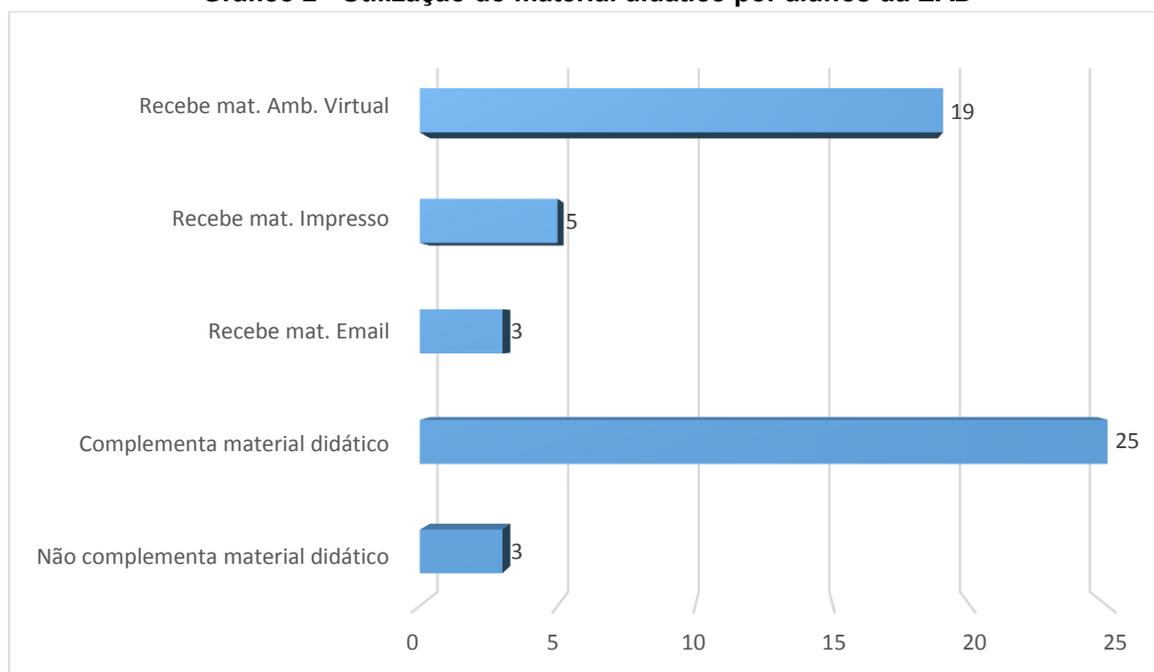
A ética da internet tem privilegiado cada vez mais fortemente a utilização e programas abertos e a formação de comunidades que colaboram na utilização e melhoria de vários software, programas e linguagens, que podem ser utilizados por qualquer usuário (KENSKI, 2007, p. 51).

O uso de material digital é uma opção atraente para os alunos que já vivem esta realidade fora da escola, pois jogos, celulares, equipamentos dos mais diversos já são parte do cotidiano deles, além dos muitos projetos governamentais que trabalham com a inclusão tecnológica na escola. A adoção de material digital não indica a exclusão de material impressos, mas a abertura para a inclusão e uma produção com menor custo, na qual o benefício seria atingir um número maior de estudantes. A escola pode fazer a junção de todos, utilizando vídeos, filmes, textos e os livros digitalizados. Seria uma opção para alunos e professores trabalharem de forma colaborativa.

Diante destas colocações, concordamos com Lemos (2003) que a cibercultura é nosso universo cultural atual, vivenciado e marcado fortemente pela tecnologia; seja ela um simples telefone ou grandes equipamentos usados para o domínio do espaço. Todo este potencial poderia ser utilizado no ensino e aprendizagem, para suprir a defasagem de material, possibilitando a utilização de recursos disponíveis na rede, que pudessem trazer conhecimentos atualizados e sem custo. Para a EAD, esta possibilidade poderia resolver OU amenizar a escassez de material, que leva o professor a buscar fontes para complementar as suas disciplinas, como pode comprovar uma pesquisa feita recentemente por Silva (2012, p. 113),

... o professor-tutor busque formas para o desenvolvimento da aprendizagem na disciplina, uma vez que o material didático é disposto no ambiente virtual de ensino e aprendizagem e acaba não sendo suficiente para que o aluno construa seu caminho de aprendizagem cabendo ao professor-tutor a responsabilidade de construir junto ao aluno este caminho se fazendo necessário o uso de outros meios para ampliar o entendimento deste material no sentido de desenvolver aprendizagem junto ao aluno.

Promover aprendizagem pressupõe o uso de recursos diversos, entre estes se encontram os materiais virtuais. O professor pode utilizar diversas metodologias, privilegiando o que for mais acessível para os seus alunos, uma vez que cada um tem uma característica diferente, a EAD ainda carece de recursos que possam ser acessíveis a todos. Veja no gráfico nº 02, a distribuição dos materiais.

**Gráfico 2 - Utilização do material didático por alunos da EAD**

Fonte: Silva (2012, p. 114).

Na busca pela ampliação de material didático, não podemos deixar de considerar o tipo de conexão de internet que os alunos possuem. Os números revelam que a desigualdade de acesso à internet é bem marcante entre ricos, pobres, negros, brancos e também entre o sul e o nordeste do Brasil,

A desigualdade social, infelizmente, também tem vez no mundo digital: entre os 10% mais pobres, apenas 0,6% tem acesso à Internet; entre os 10% mais ricos esse número é de 56,3%. Somente 13,3% dos negros usam a Internet, mais de duas vezes menos que os de raça branca (28,3%). Os índices de acesso à Internet das Regiões Sul (25,6%) e Sudeste (26,6%) contrastam com os das Regiões Norte (12%) e Nordeste (11,9%) (PANORAMA, 2013)

Estes dados são um ponto crucial para o desenvolvimento da cultura digital, pois precisamos de uma política mais abrangente que possibilite às pessoas o acesso à internet e ao potencial de ensino que esta disponibiliza. O Plano Nacional de Banda Larga – PNBL, regulamentado pelo Decreto Lei nº 7.175 de 12 de maio de 2010<sup>12</sup> (BRASIL, 2010), tem com proposta “massificar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga”. Para isso, o governo estabeleceu como meta para o ano de 2014, o acesso à banda larga para 40 milhões de domicílios,

<sup>12</sup> Plano Nacional de Banda Larga. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7175.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7175.htm)

utilizando a infraestrutura já existente, fomentando a parceria entre as empresas particulares e o estado.

O potencial da cultura digital será melhor aproveitado se as redes ganharem forma dentro de uma proposta colaborativa, na qual todos possam ser autores, compartilhando de forma lícita, produções que enriquecem os conhecimentos de todos. Autonomia é a palavra chave, esta é uma conquista que depende do empenho de cada um. De acordo com Kenski (2007).

A capacidade de participar efetivamente da rede, na atualidade, define o poder de cada pessoa em relação ao seu próprio desenvolvimento e conhecimento. Mais do que as infraestruturas físicas, o hardware, equipamento e tecnologias que viabilizam o acesso, a necessidade das infraestruturas de software, das pessoas, o conhecimento, o tempo, a dedicação, a motivação – e do envolvimento ampliado nesse novo modelo de sociedade faz a diferença (KENSKI, 2007, p. 36).

Mas, para que esta participação se torne realidade, precisamos considerar um ponto essencial: o número de pessoas que tem acesso à internet. O Brasil é o 5º país do mundo com maior número de conexões, desde suas casas, trabalho, escola, locais públicos, acessos pagos e também os gratuitos, mas este número ainda tem muito que melhorar. É necessária uma política de expansão que leve o benefício a pontos cada vez distantes com um serviço de qualidade para que as pessoas possam usufruir de todo o potencial que a rede oferece, seja para estudar, trabalhar ou apenas como entretenimento (<http://tobeguarany.com/internet-no-brasil/>).

Todas estas propostas só farão sentido se forem desenvolvidas dentro de um projeto colaborativo, como veremos a seguir.

## **2.4 A Educação e as Redes Colaborativas**

Não é fácil distinguir entre os termos colaboração e cooperação. Muitas vezes, eles são utilizados como sinônimos, pois os dois se referem a atividades desenvolvidas de forma coletiva. Mas o fato de ser coletivo, não significa que os atores envolvidos estão colaborando ou cooperando entre si.

Segundo Torres, Alcântara e Irala (2004, p, 132) a cooperação pode ser entendida como:

Como um conjunto de técnicas e processos que grupos de indivíduos aplicam para a concretização de um objetivo final ou a realização de uma tarefa específica. É um processo mais direcionado do que o processo de colaboração controlado pelo professor.

Ainda segundo Torres, Alcântara e Irala (2004, p. 136) a colaboração é:

Um processo de reestruturação que ajude os estudantes a se tornarem membros de comunidades de conhecimento cuja propriedade comum é diferente daquelas comunidades que já pertencem.

Esta reestruturação pede uma mudança de atitude, levando os pares a valorizarem as produções feitas em conjunto a aquisição de novos conhecimentos, que podem diferir totalmente da cultura nas quais se encontram inseridos. Pretto (2012, p.101) defende que “a Educação precisa resgatar a sua dimensão fundamental de ser espaço de criação, da colaboração, da generosidade e do compartilhamento”, sendo este o caminho para incentivar a pesquisa, a descoberta, a criatividade.

Torres, Alcântara e Irala (2004) fizeram uma investigação exploratória, sobre os conceitos, características e implicações da colaboração e cooperação. Eles chegaram à conclusão que, na colaboração, todos trabalham em conjunto, sem distinções hierárquicas, em um esforço coordenado para alcançarem um objetivo comum; na cooperação, a estrutura hierárquica é fixa e cada membro da equipe é responsável por parte do projeto (TORRES; ALCÂNTARA; IRALA, 2004).

Na colaboração, o sucesso do trabalho é uma consequência do entrelaçamento dos participantes, do compartilhamento das ideias e o desenvolvimento de atividades que tem a marca do compromisso e da responsabilidade de todos.

Colaboração é o processo que envolve, além da cooperação, a realização de tarefas de forma coletiva, onde os participantes do grupo, equipe ou comunidade auxiliam-se mutuamente, para complementar as ações e o trabalho dos outros. A interdependência entre os participantes é aspecto marcante, possível somente quando pautada pelo respeito mútuo, interação, superação de diferenças e conflitos, além da busca por resultados que beneficiam a todos (KENSKI et al., 2013, p. 270).

Nesta pesquisa, vamos nos deter nas características da colaboração,

objetivos comuns, empenho coordenado mutuamente e ações coletivas, estabelecendo relação do trabalho docente, com tecnologia e produção do conhecimento por parte dos alunos.

O convívio intenso do grupo formado - que possuem perspectivas diferenciadas sobre um mesmo assunto - e a necessidade permanente de emitir e justificar suas opiniões permite a criação de condições favoráveis para o desenvolvimento do pensamento crítico, da reflexão e da aprendizagem transformadora. Os participantes aprendem em colaboração. Dessa maneira, todos contribuem para a aprendizagem dos demais e utilizam os meios digitais como apoio para novas aprendizagens e trocas de informações (KENSKI et al., 2013, p. 262).

Porém, para cumprir com este objetivo, é necessário explorar outros conceitos e aprofundar a discussão de colaboração através das múltiplas interações que a tecnologia possibilita, como produções compartilhadas, formação de redes e comunidades de aprendizagem.

Os grupos podem se formar de duas maneiras: por necessidade da realização de um trabalho em que as pessoas se unem espontaneamente, ou na formação de grupos por decisão de terceiros, no qual o trabalho seria iniciado de forma cooperativa e ao longo do processo se tornaria colaborativo.

A hierarquia, a divisão do trabalho, administração dos conflitos, autonomia individual, apoio mútuo, e as interações estabelecidas entre os membros seriam os elementos que caracterizariam ou diferenciariam colaboração de cooperação.

Com base em diversos autores, elaboramos um quadro para melhor visualizar a distinção entre os dois termos, buscando estabelecer a diferença entre os dois conceitos, para justificar a nossa opção pela colaboração (ver quadro 4).

**Quadro 4 - Diferenças básicas entre cooperação e colaboração**

<b>Cooperação</b>	<b>Colaboração</b>
Ações coletivas	Ações coletivas
Ajuda individualizada	Ajudam-se mutuamente
Hierarquia definida	Sem hierarquia
Objetivos não são comuns	Objetivos comuns
Divisão de tarefas	Empenho coordenado mutuamente
Indicados ou convocados	Voluntário/espontâneo

Fonte: Elaborado pela autora.

Os trabalhos coletivos pressupõem uma vivência entre pessoas com

diferentes valores e percursos individuais que os levam a ter sentimentos distintos. Mas, independente do trabalho a ser desenvolvido de forma cooperativa ou colaborativa, os conflitos e as diversidades são parte do cotidiano. O mais importante é a forma como estes são resolvidos em cada grupo. Na aprendizagem colaborativa, o processo afetivo é mais intenso que nos grupos de cooperação. Segundo Torres, Alcântara e Irala (2004, p.2-3), “a aprendizagem colaborativa é resultado de um consenso entre membros de uma comunidade, algo que as pessoas constroem conversando, trabalhando juntas direta ou indiretamente”. Aqui, aparece outro elemento importante: a comunicação, a interação.

O grupo pode partilhar de opiniões diferentes que são discutidas, sem imposições hierarquizadas e sem formação de subgrupos isolados, mas de maneira consensual, onde a comunicação se estabelece. Isso pode acontecer tanto no ambiente presencial como no ambiente online. Neste, são utilizados os fóruns, listas de discussão, chats..., com foco no objetivo do trabalho.

Nos trabalhos colaborativos, é possível unir pessoas com diferentes papéis e objetivos distintos. Isto gera olhares múltiplos, diversificados sobre o trabalho em questão, resultando em uma nova proposta que atende a múltiplos interesses. Desta forma, surge a satisfação, que torna o trabalho confortável e promove benefícios para todos.

A aprendizagem colaborativa propõe e permite modificações, uso, remixagem, utilização e reutilização de materiais, sem se prender a uma ideia proprietária, levando em consideração o bem comum, o desapego e priorizando a ideia de que quando um trabalho é modificado, pode acarretar melhorias, crescimento, que podem não seguir a linha original, mas criar novas formas de abordagem e novos olhares sobre o mesmo tema.

Os ambientes de produção colaborativa são formados nos mais distintos tipos de trabalhos: grupos de ensino, de aprendizagem, de estudos, de pesquisa, de produções comerciais. Para o nosso trabalho, vamos considerar as possibilidades de trabalho colaborativo com o uso da Internet.

Os ambientes de aprendizagem online possibilitam a colaboração, estimulando o aluno a traçar novos caminhos, a buscar outras informações, em forma de som, imagem, textos, vídeos, que resultem em conhecimento (SILVA, 2006), entrelaçando redes que potencializam a manipulação de informações, através de percursos diversos.

Estes entrelaçamentos, fazem parte da colaboração como Torres (2007), define,

A aprendizagem colaborativa pode ser definida como uma metodologia de aprendizagem, na qual, por meio do trabalho em grupo e pela troca entre os pares, as pessoas envolvidas no processo aprendem juntas (TORRES, 2007, p. 339).

É no processo de colaboração que o conhecimento do grupo se fortalece à medida que o comprometimento leva os indivíduos a buscarem soluções diferentes das convencionais para as questões que se apresentam. Este conhecimento é validado pelo envolvimento no trabalho desenvolvido de forma conjunta, no qual a comunicação intensa e permanente atualiza as dúvidas, resolve os conflitos e apresenta novas alternativas.

É necessário contemplar um novo estilo de vida: o da comunicação em tempo real, potencializada com o uso das novas tecnologias que permite ao ser humano produzir, questionar e reformular conhecimentos mesmo não estando no mesmo espaço físico.

Lemos (2003), nos coloca diante desta realidade, espaço-temporal

Vivemos uma nova conjuntura espaço-temporal, marcada pelas tecnologias digitais telemáticas onde o tempo real parece aniquilar, no sentido inverso à modernidade, o espaço de lugar, criando espaços de fluxos, redes planetárias pulsando no tempo real, em caminho para a desmaterialização dos espaços de lugar. Assim, na cibercultura podemos estar aqui e agir a distância. A forma técnica da cibercultura permite a ampliação das formas de ação e comunicação sobre o mundo (LEMOS, 2003, p.13).

Assim, a tecnologia deixou a área da produção industrial e comercial e passou a atuar na educação, fomentando uma nova maneira de aprender e ensinar.

Com a utilização das tecnologias na educação, o centro do poder deixou de estar no professor (CARVALHO, (2011) com isto, as possibilidades de colaboração se espalharam pela rede, nas mais diversas formas de produzir conhecimento, com ou sem acompanhamento, com certificação ou não, mas sempre deixando como resultado uma produção que pode ser partilhada por muitos.

No ambiente online, a iniciativa de maior alcance em rede e colaboração é a Wikipédia, na qual, de forma espontânea, qualquer pessoa pode fazer parte do projeto, disponibilizando informações e conhecimento que beneficiem inúmeras pessoas.

A WIKIPÉDIA (2013), é uma porta para a participação de todos,

Todos podem publicar conteúdo online desde que sigam as regras básicas estabelecidas pela comunidade, como, por exemplo, a verificabilidade do conteúdo ou notoriedade do tema. Dentre as diversas páginas de ajuda à sua disposição, estão as que explicam como criar um artigo, editar um artigo ou inserir uma imagem. Em caso de dúvida, não hesite em perguntar (WIKIPÉDIA, 2013)

A adesão a esta proposta de produção é voluntária, podendo ser trabalhada por qualquer pessoa. O produtor deste conhecimento não pensa em atingir um propósito isolado, e sim em beneficiar usuários dentro da rede. Desta forma, “un conocimiento intercambiable, acumulativo, colaborativo, que puede ser compartido, transferido y convertido en un bien público” (COBO, 2007, p. 102). A intenção é a de disponibilizar a informação para qualquer pessoa. Como a produção não é estanque, finalizada, ela pode ser sempre reeditada, atualizada, ou mesmo corrigida, quando não tiver uma fundamentação segura e precisa.

Os *blogs*<sup>13</sup>, as *wikis*<sup>14</sup> e os repositórios digitais<sup>15</sup>, permitem que o usuário, seja autor, que compartilhe com outros que podem ser pesquisadores, professores, alunos, ou simplesmente alguém que esteja buscando a informação para se atualizar, formando redes de colaboração, trazendo a diversidade cultural, fomentando a inovação tecnológica.

Segundo Pretto (2012), foi a possibilidade de trocas entre as pessoas, a permuta de conhecimentos e informações que possibilitou as grandes transformações sociais, culturais e tecnológicas que vivemos.

Com a inovação tecnológica, as possibilidades de colaboração em rede se multiplicam, dando a oportunidade do que é produzido em um lugar qualquer possa ser visualizado, remixado e revisado, mas isto só é possível se este material tiver uma licença aberta que lhe permita oferecer este potencial, “instalar-se-ia, com isto, uma dinâmica de produção permanente, e um círculo virtuoso de produção em rede

---

<sup>13</sup> Blogs são páginas da internet onde regularmente são publicados diversos conteúdos, como textos, imagens, músicas ou vídeos, tanto podendo ser dedicados a um assunto específico como ser de âmbito bastante geral. Disponível em: <http://www.significados.com.br/blog/>

<sup>14</sup> Wiki é um conjunto de páginas interligadas, e cada uma delas pode ser visitada e editada por qualquer pessoa. Você pode editar esta página, clicando no separador no início da página (ou no link no fim da página, dependendo do template que estiver usando). Disponível em: [http://pt.wiktionary.org/wiki/Wikcion%C3%A1rio:O\\_que\\_%C3%A9\\_um\\_Wiki](http://pt.wiktionary.org/wiki/Wikcion%C3%A1rio:O_que_%C3%A9_um_Wiki)

<sup>15</sup> Os repositórios digitais (RDs) são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática.

de culturas e de conhecimento” (Preto, 2012, p. 105).

As conexões de internet são fundamentais para que o conhecimento possa ser difundido. Isto requer políticas públicas de implementação de infraestrutura para levar as conexões a pontos distantes geograficamente, mas não basta definir que o acesso será livre para que ele aconteça, preço e qualidade são fatores determinantes neste processo. Entendemos que é necessário mais que a aprovação da comunidade científica para que esta realidade seja consolidada como uma fonte de conhecimento disponível a todos.

Para concretizar esta visão de uma representação global e acessível do conhecimento, a Web do futuro tem de ser sustentável, interativa e transparente. Conteúdos e ferramentas de software devem ser livremente acessíveis e compatíveis (DECLARAÇÃO 2003)

Os softwares são ferramentas indispensáveis neste processo de disseminação do conhecimento e, para tanto, devem ser livres e acessíveis a todos. A Free Software Foundation - FSF, que trabalhou várias licenças para software, a GNU GPL – GNU General Public License, AGPL – GNU Affero General Public License, FDL – GNU Free Documentation License e LGPL – GNU Lesser General Public License. A mais utilizada é a GNU.

Para ser livre, o software deve apresentar quatro liberdades: executar o programa como desejar; copiá-lo e distribuir; modificar o programa como desejar através do acesso ao código fonte; distribuir versões melhoradas. O termo livre está diretamente ligada a liberdade e não à gratuidade.

Os softwares de código aberto permitem que programas educacionais e demais, sejam difundidos para um número cada vez maior de pessoas, potencializando o uso do material e gerando conhecimento.

A diferença entre livre e aberto é muito tênue. Um software livre precisa de uma licença que o caracterize como tal, já um software aberto disponibiliza o código fonte para que outras pessoas possam fazer modificações, melhoramentos e inclusive corrigir erros.

### 3 RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA)

Conhecer para defender, usar, compartilhar e diferenciar de outras propostas. Os REA estão vinculados à colaboração, ao compartilhamento e ao desenvolvimento de uma sociedade que caminha para a efetivação da equidade da educação no mundo. Produzir sem uma ideia proprietária, mas com uma ideia revolucionária do bem comum, de transparência, do poder de ser agente transformador de outras vidas, através do conhecimento compartilhado.

#### 3.1 Conceito

Em 1994, Wayne Hodgins, criou o termo “objetos de aprendizagem” para se referir a um componente instrucional que pode ser utilizado em diferentes contextos educacionais, utilizado como apoio e/ou como referência para determinada atividade. Em 1998, Wiley utilizou a expressão “conteúdo aberto”. A ideia era promover o uso destes recursos em diferentes contextos com finalidades educacionais (SANTOS, 2013).

O termo Recursos Educacionais Abertos (REA), mais conhecido por sua sigla em inglês *Open Educational Resources*, (OER), foi usado pela primeira vez em uma conferência na UNESCO no ano de 2002, como uma tendência de levar a Educação para a maior quantidade de pessoas possíveis. A proposta está alinhada com o que encontramos na Declaração Universal dos Direitos Humanos Art 26,

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito (DECLARAÇÃO, 1948)

Apesar desta declaração não fazer menção explícita ao termo educação, vamos assumir que instrução é um dos componentes da educação, por fomentar o conhecimento, a aquisição de novas informações e o acesso a dados que permitem aprender e apropriar-se de ensinamentos.

A complexidade desta discussão nos leva a pensar que a Educação como um direito humano, pensada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tem uma ligação direta e indissociável com o conceito de REA, levando em consideração as

suas quatro liberdades: uso, remix ou aprimoramento, revisão ou recombinação e distribuição. Estas premissas permitem uma gama de uso com finalidades educacionais e culturais para a formação básica e continuada.

Recursos Educacionais Abertos são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. O uso de formatos técnicos abertos facilita o acesso e o reuso potencial dos recursos publicados digitalmente. Recursos Educacionais Abertos podem incluir cursos completos, partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software, e qualquer outra ferramenta, material ou técnica que possa apoiar o acesso ao conhecimento (DECLARAÇÃO, 2012)

Nesta amplitude de formatos, os materiais podem ser livros, ou parte destes, cursos completos, módulos, dissertações, artigos de pesquisa, software, resenhas, ou qualquer outro conteúdo que esteja sob um tipo de licença que a caracterize como tal, que sejam acessíveis a todos e que promovam conhecimento, cultura, agregado a uma melhor qualidade de vida, podendo ser utilizados por pessoas diferentes, em qualquer contexto educacional e de forma livre, isto é, sem custo e sem direitos proprietários.

O símbolo REA, criado por Jonathas Mello, em parceria com a UNESCO, traz uma significação muito forte, com o propósito de envolver a comunidade na produção, divulgação e compartilhamento de prática, projetos e pesquisas sobre o tema. A imagem conta um manual de identidade visual<sup>16</sup>, traduzindo a mesma ideia em diversas culturas por adotar um conjunto de imagens que fazem parte do imaginário mundial:

O formato de semicírculo transmite a ideia de sol nascente e direção ascendente. A seção inferior representa a capa de um livro aberto, visto em perfil. Seu formato e variação de espessura no traço pode também ser associado a um pássaro voando, representando liberdade, difusão e ausência de fronteiras. As três folhas de papel reforçam a ideia de um livro, um dos recursos mais tradicionais de educação. A angulação das páginas dá movimento e encaminha a atenção para o centro da imagem. Em seguida das folhas, três mãos representam a colaboração e o conhecimento coletivo que fazem parte dos REA. Tendo as mãos no centro do logotipo transmite-se o

---

<sup>16</sup> Disponível em [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/global\\_oer\\_logo\\_manual\\_en.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/global_oer_logo_manual_en.pdf). Acesso em 13 de dezembro de 2014.

principal objetivo dos REA: educação e valorização das pessoas na educação, distanciando-se de uma abordagem tecnicista. O tamanho crescente das mãos representa o aumento de interesse, desenvolvimento e uso de REA. A aparência geral da figura é icônica e identificável em diferentes tamanhos (RECURSOS, 2014)

Inicialmente, a logomarca está disponível nos seis idiomas oficiais na UNESCO mais português e está em estudo para outras (ver quadro 5).

**Quadro 5 - Símbolo REA**

Inglês	Francês	Espanhol
		
Árabe	Chinês	Russo
		

Fonte: Site da UNESCO, Criação de Jonathas Mello

Como um prolongamento do conceito de REA, encontramos a definição do movimento que agrega profissionais de várias áreas, unidos e atuando em prol da Educação para todos,

REA é mais que tudo um movimento para que pessoas tenham consciência crítica sobre o seu papel em uma sociedade cada vez mais mediada por recursos digitais. Para que tenham clareza de como, quando e porque compartilhar conhecimento e recursos. De fomentar o compartilhamento de boas ideias, pensarem novas maneiras de fazer uso de recursos educacionais, novas práticas didáticas e de encorajar a troca de experiências entre alunos e professores, reduzindo barreiras legais ou empecilhos técnicos ((MORAIS; RIBEIRO; AMIEL, 2011)

Então, para que a equidade na Educação seja realmente vivenciada, é preciso despertar a consciência crítica de cada cidadão, para que desempenhe o seu papel na sociedade. Neste sentido, precisamos ser mais colaborativos e solidários.

### 3.2 Histórico

O histórico de REA é relativamente recente. Iniciou-se em uma instituição bastante renomada dos Estados Unidos, o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). No ano 2000, o Conselho de Tecnologia contratou uma equipe para estudar uma proposta de desenvolvimento de um programa para gerenciamento da entrada de estudantes na instituição. Com a evolução deste estudo, o MIT criou materiais digitais que tinham como finalidade melhorar a sua linha educacional. Em outubro do mesmo ano, a equipe lançou os materiais publicamente, sem custos. Em abril de 2001, surgiu a concretização do projeto através do anúncio público do lançamento do *Open Course Ware – OCW*<sup>17</sup>. A participação dos professores foi voluntária e chegou a 75%. Atualmente, outras universidades ao redor do mundo compartilham da mesma filosofia.

Nesta mesma época estava em curso o projeto *Connexions*<sup>18</sup>, mantido pela Fundação William & Flora Hewlett<sup>19</sup>. Atkins, Brown e Hammond (2007) estabelece uma relação de complemento entre o MIT e o *Connexions*, sendo estes fortes precursores dos Recursos Educacionais Abertos, na sua tendência institucional:

O projeto *Connexions* complementa o MIT, fornecendo não somente um rápido crescimento para a coleta de material acadêmico livre, mas também um conjunto de software livre, como ferramenta para ajudar os autores a publicar e colaborar, aos instrutores construir e compartilharem rapidamente cursos personalizados, nos quais os alunos podem explorar as ligações entre os conceitos, seus cursos e disciplinas (ATKINS; BROWN; HAMMOND, 2007, p. 10, tradução nossa).

Estes são os precursores do movimento REA, mas outras iniciativas podem ser encontradas, fazendo do movimento uma tendência mundial, principalmente se consideramos três tipos de atores: governos, instituições de ensino e indivíduos (FERREIRA, 2012).

O quadro 6 oferece uma visão da evolução dos REA no ensino superior,

---

<sup>17</sup> Open Course Ware OCW disponível em <http://ocw.mit.edu/index.htm>, cursos abertos e sem cursos oferecidos pelo MIT.

<sup>18</sup> Projects Connexions, projeto da área educacional financiado pela fundação William & Flora Hewlett. Disponível em: <http://cnx.org/>

<sup>19</sup> Foundation William & Flora Hewlett. Fundação beneficente, que financia vários projetos educacionais. Disponível em: <http://www.hewlett.org/>

embora não pretenda apresentar tudo o que já se encontra disponível. É apenas uma amostra.

**Quadro 6 - Universidade com projetos REA no mundo**

<b>PAÍS</b>	<b>UNIVERSIDADE</b>
ESTADOS UNIDOS	Rice University
	Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health
	Tufts University
	Carnegie Mellon University
	University de Notre Dame
	Utah State University
CHINA	China Open Resources for Education
JAPÃO	Japanese OCW Consortium
FRANÇA	Agro Paris Tech
	Ecole des Ponts Paris Tech
	Arts Et Métiers Paris Tech
	Chimie Paris / Paris Tech
	Ecole Polytechnique Université Paris Saclay
	Ensaie Paris Tech
	ESPCI Paris Tech
	Ensta Paris Tech
	HEC Paris
	Institutet d' Optique Graduate School
	MINES Paris Tech
	Télécon Paris Tech
	Localisation das Ecoles
REINO UNIDO	Open University's OpenLearn Reino Unido
AUSTRÁLIA	AEShareNet/www.usq.edu.

Fonte: Jornal Estadão – Notícias, de 30 de junho de 2013.

Em países como Austrália, Brasil, Canadá, Cuba, Dinamarca, Hungria, Índia, Irã, Irlanda, Países Baixos, Paquistão, Portugal, Rússia, África do Sul, Espanha, Suécia, Tailândia e Vietnã já estão em desenvolvimentos projetos REA, o que contribui para a efetivação das propostas de Educação para todos, desejada em todo o mundo.

Uma iniciativa recente e de grande alcance foi o lançamento da plataforma EdX<sup>20</sup>, uma parceria do MIT e da Universidade de Harvard, na qual serão

<sup>20</sup> EdX é uma empresa sem fins lucrativos, fundada pela Universidade de Harvard e pelo Instituto

disponibilizadas aulas de vídeo, atividades online, com a possibilidade de interação entre alunos e professores.

De acordo com Santos (2013)

Outras *propostas* de materiais, incluindo aulas, cursos, estão disponíveis para estudantes em todo o mundo, embora em muitos deles não tenhamos encontrado uma licença tipo *Creatives Commons* expressa, mas uma referência à abertura de sua utilização que pode ser enquadrada dentro da filosofia REA de compartilhamento. Essas iniciativas se enquadram nos planos do governo de disponibilizar conteúdos multimídia digitais para uso dos professores em sala de aula, como uma forma de compensar a falta de recursos de ensino no país, mas não figuram como iniciativas de recursos educacionais abertos no estrito senso do termo (SANTOS, 2013, p. 25).

Esta ideia, expressa por Santos (2013), defende que os materiais fazem parte da evolução da ideia de compartilhamento. Mesmo que ainda não tragam uma licença aberta, têm no seu cerne a filosofia REA de possibilitar acesso a recursos que possam enriquecer a ação educadora (ver quadro 7).

**Quadro 7- Plataformas de Recursos Educacionais no Mundo**

PLATAFORMA	ENDEREÇO
COURSERA	<a href="http://coursera.org/">http://coursera.org/</a>
UDACITY	<a href="http://udacity.com/">http://udacity.com/</a>
MIRIADE	<a href="http://miriadax.net/">http://miriadax.net/</a>
NovoEg	<a href="http://novoed.com/">http://novoed.com/</a>
UniMOOC	<a href="http://unimooc.com/">http://unimooc.com/</a>
OpenCourseConsortium	<a href="http://ocwconsortium.org/">http://ocwconsortium.org/</a>
iTenusU	<a href="http://www.apple.com.br/education/itunes-u/">http://www.apple.com.br/education/itunes-u/</a>
UNIVERSIA	<a href="http://migre.me/fAM0d">http://migre.me/fAM0d</a>

Fonte: Estadão Notícias, 30 de junho de 2013.

Este movimento tem a sua base estabelecida em documentos internacionais que tratam do direito a educação e o acesso ao conhecimento como um bem que deve ser acessível a todos. Os REA estão suportados pela tríade: acesso aberto (licenças), educação aberta (conteúdos de aprendizagem) e software livre (ferramentas técnicas). É esta combinação que dá amplitude aos REA, mas é preciso esclarecer que estes têm a sua base nos recursos legais e nas práticas de compartilhamento entre as pessoas.

Os documentos mais divulgados como compromissos e premissas para a divulgação e produção de REA são as declarações:

- . Budapest Open Access Initiative (2002)<sup>21</sup>
- . Bethesda Statement on Open Access Publishing (2003)<sup>22</sup>
- . Berlin declaration on Open Access to Scientific Knowledge (2003)<sup>23</sup>
- . Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto (2005)<sup>24</sup>
- . Carta de São Paulo: Declaração de apoio ao acesso aberto à literatura científica (2005)<sup>25</sup>
- . Declaração de Cidade do Cabo para Educação Aberta (2007)<sup>26</sup>

Como Ferreira (2012) é preciso um engajamento político,

A ideia de se proporcionar acesso “livre” e “aberto” a recursos educacionais é consistente com políticas governamentais direcionadas à democratização da educação e do conhecimento no contexto da “sociedade da informação” em construção em um mundo dito economicamente globalizado (FERREIRA, 2012, p. 3).

Estes documentos servem como um guia incentivador e norteador para pessoas que trabalham em prol da educação como um direito humano no mundo uma vez que esta, para acontecer, necessita de uma série de fatores que possam servir de apoio, infraestrutura, desenvolvedores, motivadores, tornando-se um compromisso rumo à concretização pela sociedade e governos.

### 3.3 REA no Brasil

No Brasil, o movimento REA teve início no ano de 2008, sob a liderança de Carolina Rossini, com o apoio da *Society Foundation*, após uma visita ao Ministério

---

<sup>21</sup> Budapest Open Access Initiative (2002). Disponível: <http://www.budapestopenaccessinitiative.org>

<sup>22</sup> Bethesda Statement on Open Access Publishing: Disponível: <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>

<sup>23</sup> Berlin declaration on Open Access to Scientific Knowledge. Disponível: <http://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>

<sup>24</sup> Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto. Disponível: <http://www.icml.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>

<sup>25</sup> Carta de São Paulo: Disponível: <http://www.acessoaberto.org/>

<sup>26</sup> Declaração da Cidade do Cabo. Disponível: <http://www.capetowndeclaration.org/translations/portuguese-translation>

da Cultura. Da equipe, participaram especialistas em propriedade intelectual e tecnologias para a Educação (SANTOS, 2013). Hoje, conta com a adesão de profissionais de diversas áreas, que trabalham com a missão de “promover a inovação em políticas públicas de educação, e na forma de pensar e garantir o acesso ao conhecimento necessário à Educação de qualquer indivíduo” (MISSÃO REA BRASIL)<sup>27</sup>, que revelam uma preocupação humanitária como a que se apresenta no novo paradigma emergente, que considera a Educação como uma necessidade para viver em plenitude (BEHRENS, 2010, p. 17).

**Quadro 8 - Iniciativas brasileiras de REA**

REPOSITÓRIO	INDICAÇÕES	LICENÇA
Biblioteca Digital do Senado Federal	Livros, obras raras, artigos de revistas, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, legislação entre textos e áudio, entre outros documentos	Domínio Público, direitos autorais cedidos pelos autores
Brasiliiana USP	Acervo bibliográfico e documental	Permite o uso, desde que não tenha finalidade comercial, a atribuição ao autor é obrigatória
Campus Virtual de Saúde Pública Brasil	Cursos, recursos, serviços e atividades de Educação com o objetivo comum de fortalecer as competências da força de trabalho em saúde pública	CC-BY
Conteúdo Digitais UFF	Materiais para ensino de Matemática e Estatística	CC-BY-NC-SA
Escola Livre	Discussões sobre cultura digital	CC-BY-NC-SA
Índio Educa	Material sobre cultura indígena	CC-BY
SciELO Books	Livros científicos	BY-NC-SA
Currículo +	Vídeos, animações, jogos digitais, simuladores, infográficos	CC-BY
Design Thinking	Livro base e cadernos de atividades	CC-BY-NC-SA
Geografia Visual	Infográficos, mapas, vídeos, simuladores, games	CC-BY
Matemática Multimídia	Vídeos, áudios, softwares e experimentos	BY-NC-SA
Portal Teca	Imagens, vídeos, áudios,	CC-BY-NC-ND

Fonte: Site REA Brasil <http://rea.net.br/site/rea-no-brasil-e-no-mundo/rea-no-brasil/>

No site da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)<sup>28</sup>, encontramos uma extensa lista de sites, que trazem diversas indicações repositório e referatórios<sup>29</sup> publicados por Frederico M. Litto, no seu livro

<sup>27</sup> Disponível em <http://rea.net.br/site/rea-brasil/missao/>

<sup>28</sup> ABED: Associação brasileira de Educação à Distância. Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt/>

<sup>29</sup> Referatório: é um site que não armazena os conteúdos, mas traz indicações de cursos,

Aprendizagem a Distância, no qual é possível ter contato com a evolução da educação aberta e a distância, dos REA e toda a filosofia de compartilhamento e colaboração que estão se expandindo no Brasil e no mundo. No Brasil, muitos profissionais já publicam suas obras com licenças abertas, criando um ciclo de cultura de acesso ao conhecimento, possibilitando que este material possa servir de incentivo à colaboração ao pensamento crítico, à produção compartilhada, que pode gerar outras fontes de renda, que não apenas a venda do material, mas também à divulgação e ampliação da própria obra. Esta tendência de abertura é ampliada pela internet, possibilitando o fomento à pesquisa e contribuindo para elevar o nível do material produzido, através da colaboração entre pares, como podemos ver na Declaração de Acesso Aberto à Literatura Científica a seguir:

Considerando que os acadêmicos costumam publicar seus trabalhos em livros e revistas científicas sem fins lucrativos e motivados pela difusão do conhecimento ou para o fomento do debate e da crítica; que os meios eletrônicos possibilitam uma ampla e livre difusão da literatura acadêmica; que o papel de mediação das editoras na comunidade científica assume um novo caráter com a disseminação do uso da Internet; e que o acesso a textos científicos é fundamental para a boa qualidade da pesquisa e do processo de produção do conhecimento (BRASIL, 2005).

Um exemplo de política pública que funciona, encontra-se na prefeitura de São Paulo. O Decreto nº 52.681/2011 (SÃO PAULO, 2011) dispõe que todo e qualquer material produzido com finalidade educacional, por funcionários em exercício de suas funções, ou contratados para finalidade, deverão ser licenciados de forma aberta. O decreto também estabelece que todo o material seja disponibilizado no portal da Prefeitura de São Paulo, permitindo o acesso de qualquer pessoa, conforme está explicitado em seu artigo 1º: “Livre acesso à utilização, à cópia, à distribuição e à transmissão”, e complementa que ainda permite a criação de obras derivadas, como tradução, remixagens, colagens, beneficiando pessoas de outros municípios, que, mesmo não tendo envolvimento ou parcerias com o município de São Paulo, podem utilizar o material.

No estado de São Paulo, o Projeto de Lei 989/2011 (SÃO PAULO, 2011), que prevê que todo material produzido com financiamento de dinheiro público seja licenciado de forma aberta, enfrenta um confronto político. Mesmo com a

aprovação em assembleia, o governador do estado vetou o projeto.

É importante ressaltar que o movimento REA conta com profissionais engajados na proposta de pressionar o governo para aprovar a Lei Federal nº 1.513/2011 (BRASIL, 2011), cuja ementa trata da política de contratação e licenciamentos de obras intelectuais financiadas pelo poder público e pelas obras produzidas pelo poder privado, mas para uso do poder público. Este projeto também altera a Lei nº 9.610, de 1998 (BRASIL, 1998), que trata dos direitos autorais, obra intelectual, administração pública e licença livre. A sua última ação legislativa foi em 15/03/2013, quando foi apresentada à Comissão de Cultura (CCULT).

O Projeto de Lei 1.832/2014 (BRASIL, 2014), trata da disponibilização de recursos educacionais adquiridos ou financiados pela Administração Direta ou Indireta do Distrito Federal. O seu último trâmite foi em abril de 2014, quando foi designado o seu redator.

No Paraná, temos o projeto de Lei 185/2014 (PARANÁ, 2014), que, nos mesmos termos do projeto do Distrito Federal, institui a disponibilização dos recursos educacionais para o Estado do Paraná. Neste estado, outras iniciativas REA já foram desenvolvidas, como o Projeto Folhas, que teve início em 2003 e esteve em pleno funcionamento até 2010. No princípio, os idealizadores não tinham ideia de que se tratava de REA. A produção de material por parte de professores da escola pública tinha uma política de formação continuada e de incentivo à pesquisa e ao trabalho colaborativo. Ainda é possível consultar todo o trabalho através da plataforma desenvolvida para o projeto. Mas, apesar do incentivo e trabalho dos professores, o projeto não teve continuidade<sup>30</sup>

Como desdobramento do projeto Folhas, surgiu o projeto do Livro Didático Público, que produziu material até o ano de 2009 e é uma produção coletiva dos professores da rede pública do Paraná. O material produzido é destinado ao público do 1º ao 9º ano, Educação Infantil, Jovens e Adultos, Educação Especial, Cursos para Professores, Educação Indígena, Educação do Campo, com custo de R\$ 2,90 por livro (HUNTER, 2012). Este material encontra-se na página da Secretaria de Educação do estado do Paraná. Na contracapa do livro, aparece a seguinte frase: “Este livro é público e está autorizada a sua reprodução total ou parcial”.

A opção pela não continuidade do projeto mostra que, mesmo quando uma

---

<sup>30</sup> Projeto Folhas: Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/folhas/frm\\_buscaFolhas.php](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/folhas/frm_buscaFolhas.php)).

grande parte da sociedade é beneficiada, o que prevalece são os interesses de grupos políticos. Ou seja, não se governa para o bem da sociedade, e sim para os interesses dos grupos partidários.

As políticas públicas constituem um ponto nervoso para a adoção dos REA, pela diversidade de opiniões e interesses envolvendo questões fundamentais como a utilização de softwares livres nas repartições do governo e o compartilhamento e disponibilização de toda produção financiada com dinheiro público. O pano de fundo aqui é abertura para o compartilhamento e o acesso a um número sempre maior de pessoas, uma vez que “os REA podem ser utilizados em um sistema aberto tanto na educação formal quanto na informal” (SANTOS, 2012, p. 85). Neste contexto, Rossini; Gonzalez (2012) expõem que no Brasil o debate público, que busca a disseminação dos REA, está centrado em quatro eixos, sendo estes associados à educação tradicional e às novas oportunidades criadas pelas redes digitais. São eles:

- Acesso público a materiais educacionais em geral, bem como uma estratégia de educação aberta para incluir o indivíduo, a família, a comunidade e toda a sociedade no processo de aprendizagem e de produção colaborativa de conhecimento;
- O ciclo colaborativo de produção de materiais educacionais e seu impacto no “direito de aprender dos cidadãos”;
- Os possíveis benefícios que os REA podem trazer para as estratégias de aprendizagem, para a produção de recursos educacionais mais apropriados à diversidade regional e aos padrões regionais de qualidade;
- Impacto dos recursos digitais, online e abertos no desenvolvimento profissional continuado dos professores (ROSSINI; GONZALEZ, 2012, p. 42-43).

Estes eixos vão desde o acesso a materiais para proporcionar a inclusão de indivíduos até a formação de professores, devendo ser adaptado ao contexto de sua utilização para cumprir com êxito a função a que se destina.

Mas para concretizar estas propostas é necessário adotar uma postura de criação de REA, sob uma base que permita o acesso e o compartilhamento sem restrições. Para isso, é fundamental defender a nossa postura com relação ao acesso aberto. Vinculamos este trabalho à Declaração de Berlim (2003), que tem como missão:

A nossa missão de disseminar o conhecimento estará incompleta se

a informação não for tornada rapidamente acessível e em larga escala à sociedade. Novas possibilidades de difusão do conhecimento, não apenas através do método clássico, mas também, e cada vez mais, através do paradigma do acesso livre via internet devem ser apoiadas (DECLARAÇÃO 2003)

Deste modo, a proposta de REA integra o movimento pela busca de formas alternativas que ampliem o acesso à Educação de qualidade. Livros, dissertações, teses, softwares, artigos, revistas, sites, produzidos ou não com dinheiro público, devem ser direcionados para favorecer o conhecimento, principalmente da parcela de estudantes, profissionais e pessoas que, de outra forma, não teria acesso a estes materiais.

Por estar ligado a uma nova filosofia de compartilhamento que busca proporcionar acesso a materiais que levem conhecimento, promovam a pesquisa, e incentivem a produção compartilhada e a colaboração entre pares, os REA integram os mais diversos profissionais, além de instituições de todo o mundo.

REA tem uma integração de forças como explica Peña et al, 2013

REA – Recurso Educacional Aberto – não pode ser colocado apenas como um recurso isolado, mas entendido como capaz de conter em si implicações educacionais de caráter político, econômico, legal, tecnológico e sociocultural em um ecossistema sem o qual se estabelece um movimento no vazio, centrado em si mesmo, e corremos o risco de entendê-lo apenas pelo seu aspecto operativo, como componente ou insumo, e não parte de um processo (PEÑA et al., 2013, p. 195)

Como as decisões políticas afetam diretamente o social, o educacional e o econômico, os REA precisam de visibilidade, na intenção de proporcionar um nível educacional que venha a ser de fato transformador na vida das pessoas. Estas ideias foram amplamente discutidas em momentos distintos da nossa história, por grandes educadores, como Paulo Freire e Anísio Teixeira.

Podemos visualizar algumas ações concretas da criação e utilização de REA no Brasil, no quadro 9, a seguir.

**Quadro 9 - Plataformas de Recursos Abertos no Brasil**

<b>PLATAFORMA</b>	<b>ENDEREÇO</b>
E-aulas USP	<a href="http://eaulas.usp.br/">http://eaulas.usp.br/</a>
Veduca	<a href="http://veduca.com.br/browse/certified">http://veduca.com.br/browse/certified</a>
Mooc de Língua Portuguesa	Mooc de Língua Portuguesa

E-Unicamp	<a href="http://www.ocw.unicamp.br/index.php?id=2">http://www.ocw.unicamp.br/index.php?id=2</a>
Banco Internacional de Objetos de Aprendizagem	<a href="http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/">http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/</a>
Domínio Público	<a href="http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp">http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp</a>
Lemad	<a href="http://lemad.fflch.usp.br/">http://lemad.fflch.usp.br/</a>
Portal do Professor	<a href="http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html">http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html</a>
Rived	<a href="http://rived.mec.gov.br/">http://rived.mec.gov.br/</a>
Universidade Aberta do Brasil	<a href="http://uab.capes.gov.br/index.php">http://uab.capes.gov.br/index.php</a>
Educopédia	<a href="http://www.educopedia.com.br/">http://www.educopedia.com.br/</a>
Escola Digital	<a href="http://escoladigital.org.br/">http://escoladigital.org.br/</a>

Fonte: Estadão Notícias, 30 de junho de 2013

É possível encontrar muitos outros projetos de REA disponíveis na internet. Professores e alunos podem explorar estas possibilidades e, na medida em que se familiarizam com as formas de adaptação e remix, podem passar a ser, também, produtores de REA, construindo uma rede que se retroalimenta de produtos de ensino, aprendizagem e pesquisa.

O professor é um ator importante neste contexto. Por estar diretamente ligado ao uso dos recursos, pode tornar-se um produtor em potencial. Não é necessário saber programar para criar ou remixar REA. O elemento mais importante é o conhecimento do assunto, que favorece a criação de recursos e que pode atender às necessidades dos alunos, nas mais diversas disciplinas. No REA 'Um caderno para Professores', estas ideias são trabalhadas de forma bem didática, de maneira a incentivar que o professor conheça com profundidade os recursos, e produza junto com os seus alunos.

### 3.4 REA no cenário internacional

No cenário internacional, já é possível encontrar exemplos desta prática. Nos Estados Unidos, o eixo central desta discussão é a política de disponibilizar todo material produzido com dinheiro público com licenças abertas, estes projetos são apoiados por uma iniciativa do presidente *Barack Obama* de oferecer a todos os estudantes acesso aos livros didáticos eletrônicos até 2017.

O estado da Califórnia já implantou REA para as áreas de ciências matemática, a prioridade para as compras de livros é para os recursos abertos. Os

estados de Utah, Ohio e Flórida têm projetos semelhantes. Em Washington, um projeto chamado Biblioteca de cursos abertos, disponibiliza todo o seu material didático de forma aberta. Na Flórida o governo incentivou estudos para saber quais os impactos econômicos que eram produzidos com a adoção de livros didáticos em formato aberto.

Na África do Sul, o projeto chamado *Siyavula*<sup>31</sup>, adotado pelo governo para a produção de livros didáticos, possibilitou a distribuição dos livros abertos a preços muito acessíveis. A Polônia caminha para a formalização de um projeto que prevê, além dos livros didáticos com licença tipo *Creative Commons*, a produção de livros que promovem a inclusão de pessoas com necessidades especiais (ROSSINI; GONZALEZ, 2012).

O que podemos concluir é que o poder público tem uma parcela muito grande de responsabilidade nas iniciativas de disseminação dos REA, é imprescindível o envolvimento e adoção de políticas públicas que visem o acesso a material de qualidade com licenças abertas gerando economia e possíveis investimentos em outras áreas da educação.

A sociedade civil pode fazer pressão nos seus representantes para que estes apresentem projetos de lei que contemple o uso e a produção dos REA, com um olhar diferenciado para os autores, que podem ser ainda mais valorizados nestas negociações diretas do que quando cedem os seus direitos para grandes grupos corporativos fora da iniciativa pública é possível encontrar muitos projetos desenvolvidos por grupos de ativistas do movimento REA ao redor do mundo. Ver quadro 10, a seguir.

**Quadro 10 - Iniciativas REA no mundo**

INICIATIVA	ENDEREÇO
Conexionas	<a href="http://cnx.org/">http://cnx.org/</a>
DiscoverEd	<a href="https://wiki.creativecommons.org/DiscoverEd">https://wiki.creativecommons.org/DiscoverEd</a>
FreeSound	<a href="https://wiki.creativecommons.org/DiscoverEd">https://wiki.creativecommons.org/DiscoverEd</a>
GeoRede – Recursos Digitais Digitais para Geografia	<a href="http://geored.dgfdc.min-edu.pt/">http://geored.dgfdc.min-edu.pt/</a>
Moodle	<a href="https://moodle.org/">https://moodle.org/</a>

<sup>31</sup> Siyavula, projeto Sul Africano para a produção material didático em formato aberto. Disponível em: <http://www.siyavula.com/current-projects/>

Mit Open CourseWare	<a href="http://ocw.mit.edu/index.htm">http://ocw.mit.edu/index.htm</a>
OER@AVU	<a href="http://oer.avu.org/">http://oer.avu.org/</a>
OER Remix: The Game	<a href="http://www.opencontent.org/game/">http://www.opencontent.org/game/</a>
OER University	<a href="http://wikieducator.org/OER_university/Home">http://wikieducator.org/OER_university/Home</a>
OLCOS-Open Learning Content Observatory Services	<a href="http://www.olcos.org/index.htm">http://www.olcos.org/index.htm</a>
Open Educational Resources	<a href="https://www.oercommons.org/">https://www.oercommons.org/</a>
Open CourseWare	<a href="http://www.oeconsortium.org/">http://www.oeconsortium.org/</a>
Open Learn	<a href="http://www.open.edu/openlearn/">http://www.open.edu/openlearn/</a>
Oportunidade	<a href="http://www.oportunidadproject.eu/">http://www.oportunidadproject.eu/</a>
P2P University	<a href="https://p2pu.org/en/">https://p2pu.org/en/</a>
Public Library of Science	<a href="http://www.plos.org/">http://www.plos.org/</a>
Recursos Educativos	<a href="http://www.ite.educacion.es/en/recursos">http://www.ite.educacion.es/en/recursos</a>
Sakai	<a href="https://www.sakaiproject.org/">https://www.sakaiproject.org/</a>
Temoa	<a href="http://www.temoa.info/es/">http://www.temoa.info/es/</a>
Twenty Million Minds	<a href="http://www.20mm.org/">http://www.20mm.org/</a>

Fonte: site REA.

Nestes projetos e repositórios, é possível encontrar desde cursos, materiais para ensino e aprendizagem, práticas de incentivo à produção e ao compartilhamento de REA. Eles precisam ser explorados, utilizados em todo o seu potencial para que muitas pessoas possam ser beneficiadas. Mas é preciso conhecer as licenças e as suas especificações, para fazer uso delas de forma correta, fomentando boas práticas para que o movimento seja cada vez mais atuante.

### 3.5 Direitos Autorais e Licenças

Todo autor tem o direito de escolher o destino que deseja para a sua obra, autorizando a sua reprodução artística, arranjo musical, tradução para outro idioma, bem como de ser citado como referência sempre que a sua produção for utilizada por terceiros ou por ele próprio, quando for o caso.

Para a produção e divulgação dos REA, o Direito constitui-se em um ponto de extrema relevância, uma vez que o autor vai disponibilizar a sua obra para terceiros. Para isto, vamos entender o que o pode ser considerado direito autoral,

Direito do autor é um conjunto de prerrogativas de ordem não

patrimonial e de ordem pecuniária que a lei reconhece a todo criador de obras literárias, artísticas e científicas de alguma originalidade, no que diz respeito a sua paternidade e ao ulterior aproveitamento, por qualquer meio durante toda a sua vida e aos sucessores, ou pelo prazo que ele fixar (CHAVES, 1995, p. 294 Apud CAVALHEIRO, 2001, p. 209-210).

A história dos direitos autorais é muito longa, por isto vamos começar pelo seu marco mais conhecido: o Estatuto da Rainha Ana, do aprendizado “lançado em 10 de abril de 1709, na Inglaterra” (FONSECA, 2011). Este definia o direito do autor como “Um ato para o encorajamento do aprendizado” (FONSECA, 2011). Concebido como um ato de estímulo à cultura, garantia aos autores e compradores o direito às cópias de seus livros por 21 anos. A evolução da história mostra um aperfeiçoamento, na proteção do autor, com a Convenção de Berna e a uniformidade da proteção ao autor. A garantia da obra ficou conhecida como Copyright,<sup>32</sup> que estabelece regras para a reprodução da obra, assumindo mais uma conotação comercial do que propriamente de defesa do autor (FONSECA, 2011). O símbolo presente em uma obra elimina as possibilidades de usar, remixar e distribuir o material sem uma autorização expressa do autor. O mesmo deve ser observado, caso a obra não traga nenhuma citação sobre seu uso, pois a Lei Brasileira assume que todos os direitos estão reservados ao autor:

Uma das formalidades mais importantes exigidas para que a obra obtivesse a proteção e o autor pudesse exercer seus direitos era fazer constar a “nota *copyright*”, composta pelo símbolo “©” seguido do nome ou marca do titular (não sendo o titular necessariamente o *autor*) e o ano da primeira publicação para fins de provar anterioridade (FONSECA, 2011.).

Os direitos autorais podem ser aplicados sobre uma diversidade de obras intelectuais, artísticas, culturais e criativas como teses, peças, obras literárias, filmes, coreografias, composições musicais, programações de som, pinturas, desenhos, esculturas, fotografias, programas de televisão e desenhos industriais.

No Brasil, grande parte das leis são baseadas na Constituição Federal. O capítulo I, trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

---

<sup>32</sup> *Copyright* é um direito autoral à propriedade literária, que concede ao autor de trabalhos originais direitos exclusivos de exploração de uma obra artística, literária ou científica, proibindo a reprodução por qualquer meio. É uma forma de direito intelectual. Disponível em: <http://www.significados.com.br/copyright/>

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar (BRASIL, 1988).

Os direitos autorais têm uma lei específica, a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998). O capítulo III é dedicado aos direitos morais e patrimoniais do autor. O texto do Art. 22 explica: “Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou” (BRASIL, 1998), e entre eles estão: direitos sobre o uso do seu nome; pseudônimo; conservar a obra inédita; ter direito a exemplares raros; direitos de modificação do original; e outros. Os direitos morais são irrevogáveis e inalienáveis.

Os direitos patrimoniais podem ser transmitidos a terceiros, entre eles estão a reprodução da obra, tradução, distribuição, representação, musicalização e muitos outros. O “intuito maior é garantir àqueles que criaram uma compensação e um estímulo para que continuem criando” (BRASIL, 1998). Mas, mesmo nesta condição o direito autoral continua nas mãos do autor.

Mas, em muitos casos, os direitos são vendidos pelos autores a grandes empresas culturais, de produção, comercialização e distribuição, para que sua obra possa ter visibilidade. Com isto, a remuneração tão reivindicada e necessária, não acontece da forma esperada, deixando à margem do processo o principal elemento, ou seja, o criador da obra.

Uma revisão desta lei feita pelo do Ministério da Cultura, através de uma série de eventos entre os anos de 2007 e 2010, chamado de Anteprojeto de Lei, que altera e acresce dispositivos à Lei de Direitos Autorais, foi enviada para revisão na Casa Civil, pela Ministra Ana de Holanda e lá se encontra. As modificações são relevantes e podem contribuir para valorização e do autor.

A instituição responsável pelo registro das obras no Brasil é a Biblioteca Nacional, mas é possível fazer o registro da obra em instituições conveniadas com a Biblioteca, porém a proteção ao autor é independente do registro da obra. Acreditamos que o conhecimento dos direitos especificados na lei pode fortalecer o movimento REA, pois é muito comum o autor achar que pode ter perdas com a abertura de sua obra, mas o que se verifica é:

A possibilidade de difusão da cultura, do acesso ao conhecimento, do aumento da produção intelectual e até a divulgação das obras de terceiros, podendo haver mesmo um incremento em suas vendas, e necessariamente não uma diminuição (BRANCO Jr., 2007, p. 8).

A visibilidade de uma obra e a sua divulgação podem fazer diferença tanto para o público que a acessa como para o autor da mesma. O autor precisa ter a segurança que sempre que a sua obra for utilizada de forma inadequada haverá punição para os culpados, com o amparo da lei. Entender como funciona a abertura de obra e que possibilidades isto agrega, é fundamental para os autores. Sem este conhecimento, apenas as ameaças serão visualizadas. As potencialidades ficarão mascaradas pelos dados, favorecendo a sensação de perdas, sem a possibilidade de vislumbrar os benefícios do compartilhamento de forma legal.

Com a modernização tecnológica, a utilização das obras disponíveis nos meios eletrônicos tornou-se uma prática comum, com uma qualidade onde quase não se diferenciam o original da cópia, com custos praticamente nulos (BRANCO Jr., 2007). Se estas obras não têm permissão do autor para tal uso, constituem um crime previsto em lei. É esta clareza que autores precisam ter, para procederem com a abertura de suas obras. A proteção da lei é irrevogável.

Explicando melhor,

Na maior parte das culturas, o direito de propriedade nunca foi condição para se apreciar uma obra. Em muitos casos, é até uma honra ter uma obra copiada ou imitada por outros. Portanto, deve haver uma razão pela qual, nos últimos séculos, a originalidade e a exclusividade se tornaram tão interligadas na cultura ocidental (SMIERS; SCHIJNDEL, s/d, p. 11).

O que nós defendemos neste trabalho é que os autores usem licenças abertas, transformando os seus trabalhos em REA e tendo sempre o amparo da lei e dos seus direitos autorais e patrimoniais. Isso abrirá um leque de benefícios para inúmeras outras pessoas, pela remoção dos custos, em lugares no qual a obra física não chega, em situações de inclusão. Muitas outras pessoas terão acesso às obras, tornando o autor mais conhecido, estudado, discutido. Isso pode ampliar o nível de conhecimento das pessoas e expandir a cultura, incentivando a pesquisa. Esta relação de abertura é imprescindível nas obras financiadas com verbas públicas, para criar e alimentar um ciclo de produção.

Com a democratização das produções, surge às produções em coautoria,

uma atividade que pode ser facilmente desenvolvida a distância com o uso da tecnologia, possibilitando o intercâmbio de ideias - não apenas da produção eventual, mas do remix e das adaptações, como vemos nas palavras de Pesce (2013):

Com relação ao conceito de coautoria é oportuno observar que a Cibercultura a partir de Web 2.0 adquire um caráter coparticipativo, em que a participação, a alternância e a acumulação de papéis sociais antes distintos – de produtor, desenvolvedor e receptor de informações e conteúdos – acabam por alterar profundamente os modelos comunicacionais unidirecionais até então hegemônicos. Nesse contexto coautoral, os REA oferecem uma condição específica e profícua à construção de um conhecimento em constante processo de atualização: a possibilidade de os atores sociais cocriarem, remixarem e adaptarem insumos de coautoria em rede (PESCE, 2013, p. 199).

Então, este processo de constante atualização, que enriquece o conhecimento pelo seu dinamismo, só poderá ser realmente uma realidade potente se os autores passarem a produzir suas obras com licenciamentos que permitam tais práticas, dentro da legalidade, valorizando o trabalho de remix e adaptação.

Como a tecnologia pode ser oferecer o diferencial, Branco Jr, explica,

O estado da arte da tecnologia permite atualmente, a difusão rápida e a custo praticamente nulo de obras protegidas por direitos autorais, com a peculiaridade de que, na maioria das vezes, não há distinção qualitativa entre o original e as cópias, sendo comumente impossível distinguir aquele destes (BRANCO Jr., 2007, p. 19)

Antes de utilizar qualquer material disponível na internet, é necessário saber se o autor do texto, foto, vídeo ou qualquer outro recurso permite o seu uso por terceiros e em que condições. No Brasil, a Lei nº 9.610/98 regula os direitos do autor, distinguindo o que é uso cultural e o que está a serviço da liberdade de expressão. Em tempos de internet, não é uma tarefa simples. A tecnologia favorece a busca por recursos diversos, potencializa as práticas de remix e colaboração, o que pode ser utilizado no meio acadêmico e âmbito doméstico, garantindo ao autor que a sua remuneração seja preservada, para que tenha condições de manter a sua produção. Para isso, é importante o conhecimento de licenças tipo *Creative Commons*. E mais alguns cuidados são necessários ao se utilizar o que está disponível na rede, de forma gratuita, pois nem tudo é REA ou está sob domínio

público. É necessário conhecer e diferenciar.

### 3.5.1 Tipos de Licenças

Para que o acesso às obras seja possível dentro da lei e outras pessoas possam utilizá-las, valorizando os conteúdos educacionais e contribuindo dentro da lei, promovendo uma aprendizagem significativa a um maior número de pessoas, é possível disponibilizar estes conteúdos com a licença da *Creative Commons* <sup>33</sup>.

*Creative Commons* é uma organização sem fins lucrativos, criada em 19 de dezembro de 2002, por Lawrence Lessig, juntamente com outros membros da Escola de Direito de Harvard. No Brasil, a *Creative Commons* é administrada pelo Centro de Tecnologia e Sociedade, da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Veja a citação abaixo.

... apoiadora de longa data do *Creative Commons* é a William and Flora Hewlett Foundation. Sua conexão ao projeto está no ponto dos recursos educacionais abertos (open educational resources), que consistem em uma gama de conteúdos multimídia dedicados à educação e ao ensino que, por serem abertos, podem ser livremente compartilhados e alterados para atender às mais diversas necessidades. Além de exigir a utilização das licenças *Creative Commons* como condição para a concessão de recursos para novos projetos que busquem ajuda financeira da fundação, a Hewlett Foundation generosamente financia as mais diversas atividades do projeto, desde publicações e eventos até programas de conscientização e promoção dos recursos educacionais abertos (BRANCO Jr.; BRITTO, 2013, p. 77).

Esta organização oferece possibilidades de licenças jurídicas, nas quais o autor pode disponibilizar a sua obra para que outras pessoas possam fazer uso, sempre dentro do estabelecido por este. Isto pode ser feito de forma simples, sem que haja a necessidade de um processo jurídico ou de um advogado, mas é preciso ter claro que a *Creative Commons* não oferece registro da obra nem é uma forma de alternativa aos direitos autorais. Ela é, sim, uma forma de proporcionar a outras pessoas o uso da obra com autorização do autor. E, para isso, existem seis formas de licenças, apresentadas no quadro 11.

---

<sup>33</sup> *Creative Commons*, significa “licença criativa comum. Disponível em: <http://www.blogosferalegal.com/2010/08/entendendo-as-licencas-creative-commons.html>

Na apresentação de trabalhos remixados, revisados ou qualquer outro formato, o autor da obra original deve ser sempre citado. O fato de utilizar uma atribuição ou licença *Creative Commons* não desobriga o crédito a sua obra. Isso encontra-se regulamentado por Lei, mas também é uma questão de honestidade de quem utiliza as obras como consulta para os seus trabalhos.

Quadro 11- Atribuições *Creative Commons*

	<b>Creative Commons</b>
	<b>Atribuição BY: O direito de copiar, distribuir, exibir e executar obra e fazer trabalhos derivados dela</b>
	<b>Compartilhamento pela mesma licença</b>
	<b>Compartilhamento pela mesma licença</b>
	<b>Uso não comercial NC</b>

Fonte: [www.creativecommons.org.br](http://www.creativecommons.org.br)

 Este é o símbolo da *Creative Commons* que se encontra em todas as obras que estão nos seus registros e podem ser acompanhadas pelas atribuições de indicação de permissão das obras. Com estas atribuições, é possível compor seis licenças distritais. São elas:

 Esta é a atribuição menos restritiva. Permite que outros distribuam, modifiquem, adaptem, criem obras derivadas, inclusive que se possa utilizar para fins comerciais **CC BY**.

 Esta atribuição permite que a obra seja distribuída, modificada, adaptada, que sejam criadas obras derivadas, podendo ser utilizada também para fins comerciais, mas tudo que derivar desta deve ser licenciado da mesma forma. **CC BY AS**.

 Esta atribuição não permite modificações na obra, pode ser feita a redistribuição e o uso para fins comerciais ou não, mas a obra deve estar completa. **CC BY ND**.

 Esta atribuição restringe o uso comercial da obra, mas permite modificações, adaptações, criação de obras derivadas, porém estas não precisam ser licenciadas sob as mesmas condições, inclusive o uso comercial. Attribution Non commercial **CC BY NC**.



Esta atribuição permite modificações, adaptações, criação de obras derivadas, mas não é permitido o uso comercial das novas obras. É permitido *download*, redistribuição, tradução, mas todas as obras produzidas devem ter o mesmo tipo de licença da obra original, o que significa veto comercial **CC BY NC AS**.



Esta é a atribuição mais restritiva, que não permite modificações, adaptações, nem uso comercial. Basicamente, é para distribuição da obra completa e *download*, sendo conhecida comumente como “propaganda grátis” **CC BY NC ND**.

É importante compreender o trabalho da Creative Commons,

O trabalho desenvolvido pelo *Creative Commons* é comprometido apenas com a manutenção de uma internet livre e o licenciamento aberto é fator fundamental em suas atividades. As contribuições de empresas, associações e fundações de grande porte, que realizam um trabalho sério e pautado pela defesa dos direitos humanos, demonstram o papel crucial que a renovação dos modelos de direitos autorais tem nas garantias à liberdade de informação, de imprensa e de expressão (BRANCO Jr.; BRITTO, 2013, p. 79).

O autor após escolher as atribuições que melhor atendem às suas expectativas, pode proceder ao registro de sua obra. O processo para utilizar qualquer um dos tipos de licença *Creative Commons* é simples. Respondendo a algumas perguntas e seguindo o passo-a-passo disponibilizado no site, é possível escolher a licença desejada. As perguntas são sobre o uso comercial e as alterações. Ainda é possível escolher os metadados<sup>34</sup>. Esta questão é fundamental para facilitar que outras pessoas localizem a sua obra com maior facilidade. Mesmo que algumas perguntas sejam opcionais, é interessante respondê-las, pois estes dados levam à visualização e à citação do trabalho de forma adequada (ver figura 1).

<sup>34</sup> Os metadados são marcos ou pontos de referência que permitem circunscrever a informação sob todas as formas, pode se dizer resumos de informações sobre a forma ou conteúdo de uma fonte. Disponível em: <http://metadados.pt/index.php/oquesaometadados>

**Figura 1 - Como escolher uma licença**

Novo na Creative Commons? [ [Considerações antes de licenciar](#) ] [ [Como as licenças funcionam](#) ]  
 Explore as licenças Creative Commons. [ [Quer o domínio público, ao invés deste instrumento?](#) ]  
 [ [Procurando versões anteriores das licenças, incluindo adaptações?](#) ]

**Características da Licença**  
 As suas escolhas neste painel irão atualizar os outros painéis nesta página.

Permitir que adaptações do seu trabalho sejam compartilhadas?

Sim  Não

Sim, desde que os outros compartilhem igual

Permitir usos comerciais do seu trabalho?

Sim  Não

**Licença Selecionada**  
**Atribuição 4.0 Internacional**

CC BY

Esta é uma Licença de Cultura Livre!

**Ajude os outros a atribuírem-no!**  
 Esta parte é opcional, mas, ao preenchê-la, irá adicionar metadados legíveis por máquinas ao HTML sugerido!

Título do trabalho

Atribuir o trabalho ao nome

Atribuir o trabalho ao URL

URL da fonte do trabalho

URL onde obter mais autorizações

Formato do trabalho

marca da Licença

**Tem uma página web?**

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Copie este código para que os visitantes saibam!

```
<a rel="license"
href="http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/">
</a><br />Este trabalho está licenciado com uma Licença
<a rel="license"
href="http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/">Crea
```

Ícone Normal  Ícone Compacto

Aprenda [como compartilhar o seu trabalho com comunidades existentes](#) que ativaram o licenciamento  
 Fonte: site do *Creative Commons*

A licença gerada na página do *Creative Commons* deve ficar bem visível no trabalho, para assegurar que os usuários farão o uso adequado da produção.

Branco e Brito, explicam com muita propriedade, uma das maiores inseguranças dos autores, o direito a autoria,

... vale lembrar que quem licencia seu trabalho em *Creative Commons* continua integralmente como “dono” da obra (isto é, seu legítimo titular). O *Creative Commons* é um mero instrumento de licença. Ele não opera a transferência da titularidade da obra para terceiros. Apenas permite que outros utilizem a obra nos termos definidos pela licença e com as condições estabelecidas por ela. Com isso, quem licenciou a obra em *Creative Commons* permanece seu legítimo “dono” e titular e pode licenciá-la por meio de outros regimes de licenciamento e até ceder os direitos da obra para terceiros (BRANCO Jr.; BRITTO, 2013, p. 114).

Outra forma de utilizar uma obra, de forma livre, é quando esta está sob domínio público. No Brasil, o Artigo 41, da Lei 9.610 (BRASIL, 1998), estabelece: Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos, contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida à ordem sucessória da lei civil. Para obras literárias, que não envelhecem, a sua beleza é eterna. Este prazo pode até não pesar, mas, para estudos acadêmicos, livros, teses e dissertações isso praticamente invalida a obra, pois com a velocidade da informação, nos tempos atuais, é possível que as informações contidas na obra já tenham sido suplantadas.

A grande contradição do Domínio Público é que as obras derivadas não têm a obrigatoriedade de seguir as mesmas normas, isto é, se as obras forem liberadas para modificações, adaptações e remix, servindo a propósitos altruístas, o intermediário pode transformar o trabalho em “proprietário”, distorcendo completamente a ideia original.

A outra licença bastante encontrada é Copyleft, “cópia esquerda”, uma versão contrária ao Copyright. O copyleft é a licença básica do movimento GNU<sup>35</sup>, software livre que tem objetivo desenvolver programas com o código fonte de forma aberta, contribuindo com as melhorias para do software e ajudando os programadores a disponibilizarem o material de forma livre, mesmo quando este material é desenvolvido dentro de empresas ou universidades.

Muitas vezes utilizamos formatos abertos sem termos conhecimento de que estamos usufruindo de uma condição estabelecida pela licença “Copyleft”. Entre estes formatos estão o HTML, O PDF, ODT, ODF, JPG, OGG, MKV, FLAG. Esta é uma condição técnica, indispensável para o desenvolvimento de REA.

O autor também tem autonomia para dispor de sua obra, sem fazer uso de

---

<sup>35</sup> GNU Operating System . Disponível em: <https://www.gnu.org/gnu/thegnuproject.html>

uma licença padrão, mas com uma autorização expressa com os termos de utilização de sua obra. Em seu livro sobre direito autoral brasileiro, Branco Jr. (2011) expressa que:

Esta obra encontra-se em domínio público pela vontade de seu autor. Nesse sentido, o autor expressamente renuncia irrevogavelmente e em âmbito mundial, a todos os seus direitos patrimoniais e antecipa os efeitos do domínio público sobre seus direitos morais, na extensão permitida por lei. Em razão do ingresso desta obra em domínio público, você pode, independentemente de outra autorização ou do pagamento de qualquer valor:

- Copiá-la e distribuí-la, integral ou parcialmente;
- Explorá-la economicamente;
- Modificá-la, criando obras derivadas.

Em qualquer hipótese de utilização, a autoria da obra original deverá ser devidamente informada (BRANCO Jr., 2011)

Um longo caminho ainda se apresenta para que o poder público consolide leis de incentivo a produção de REA, além do engajamento de professores e autores de uma maneira geral, vencendo as barreiras técnicas, políticas e sociais e fazendo deste movimento um motor de propulsão para a educação de todos.

Ainda pensando no autor e seus direitos, surge o termo “pirata”, que está ligado ao produto que é comercializado de forma ilegal. No Brasil, a pirataria foi definida pelo Decreto nº 5.244 de 2004 (BRASIL, 2004), que criou o Conselho Nacional de Combate a Pirataria, que trata no seu parágrafo único a pirataria como a violação dos Direitos Autorais de acordo com a Lei 9.610, já discutida anteriormente. Na recente publicação “Direito Autoral em Debate”, da Rede pela Reforma da Lei de Direito Autoral, discute e esclarece a confusão entre os termos “pirataria, contrafação e contrabando” que acabam por promover uma rigidez na política de proteção à propriedade intelectual, deixando ainda mais complicado o acesso as obras que circulam no mercado.

Medidas autoritárias, são a solução, veja o que se propõe,

Há propostas, por exemplo, de proibir o funcionamento de máquinas reprográficas nas universidades, de cortar o acesso à internet de quem troca arquivos protegidos por direito autoral, e de introduzir tecnologias anticópia nos receptores da TV Digital Brasileira (ALENCAR et al., 2010, p.16).

Mas de onde vem o conhecimento que hoje circula? Será que não nos baseamos em nada e nem em ninguém para fazer as nossas produções? A filosofia

humanista que alimenta aos REA está repleta de uma ideia de paz, liberdade e justiça, num mundo em que a colaboração e cooperação podem ser um bem comum. Os REA, trazem como princípios básicos, o acesso ao conhecimento, a melhoria dos índices educacionais, a redução dos custos a livros e publicações diversas, além de possibilitar a aprendizagem ao longo da vida, para todos que tiverem o desejo de adquirir conhecimento (ANDRADE SILVA, 2013).

Por isto é necessário expor, discutir os entraves e as limitações para entender e difundir as possibilidades com mais ênfase.

### **3.6 Entraves e possibilidades para o desenvolvimento e consolidação dos REA**

Este movimento não é desprovido de problemas e contradições (HYLÉN, 2006), mas busca se sustentar na ideia de abertura, educação para todos, além da propagação em vários países, com ativistas que desenvolvem projetos na tentativa de deixar o momento mais forte.

Os limites que são impostos ao movimento REA, podem ser de várias ordens. Pesce (2013) reforçando a ideia de Rossini e Gonzalez (2012) traz a necessidade da reforma na Lei dos Direitos Autorais 9.610/1998 (BRASIL, 1998), para a inclusão digital de alunos e professores nas escolas na perspectiva da autoria e também a formação de professores para potencializar o uso e reuso de REA.

Pretto (2012) também discorre sobre os desafios do movimento REA, reforçando a necessidade da reforma na Lei de Direitos Autorais e acrescentando que é necessário pensar uma política de banda larga, que ofereça conexões de qualidade, um “olhar mais atento para o movimento de acesso livre ao conhecimento” (p. 95). Este, articulado com políticas de avaliação da produção científica no Brasil e no mundo, uma implementação da política de utilização dos hardwares e softwares livres, nas instituições públicas e de pesquisa. Neste sentido, compartilhamos da ideia de Pretto (2012), pois é indispensável uma legislação mais abrangente que vise melhorias coletivas, para que o saber deixe de ser prisioneiro de campos específicos.

Neste sentido, o texto de Olinda Evangelista (2006), 'Publicar ou Morrer', traz uma reflexão crítica sobre a necessidade imposta ao professor de produzir, agregada à sua gratificação, pois as produções deveriam ser resultado de pesquisas

feitas com rigor técnico e metodológico. Diante desta proposta, surge uma nova categoria de profissionais que são impelidos em direção à produção e à publicação, inclusive como coautores dos alunos, mas sempre na direção de ter algo em seu nome:

Outra consequência da implementação da GED foi o estímulo à competitividade e o reforço ao individualismo entre os docentes, na medida em que a gratificação era concedida de forma diferenciada segundo o desempenho de cada docente. Com isso, ocorreu uma mudança da natureza do trabalho acadêmico já que as relações de produção acadêmicas passaram a ter como fundamento principal a corrida em busca da pontuação para a obtenção do “ganho adicional” (CHAVES, 2006, p. 9).

Reforçando esta ideia, Litto (2006) relata que a produção de REA, em instituições acadêmicas, enfrenta alguns entraves como a falta de incentivo, premiações e reconhecimento, acrescentando que, em alguns casos, ainda há o desejo de reter a propriedade intelectual dos OERs<sup>36</sup>. Embora todo mundo concorde que educadores deveriam ter o direito de colaborar, compartilhar, modificar e melhorar OERs, não existe, ainda, uma prática de incentivos, de prêmios, para professores/autores daqueles OERs mais usados.

Sabemos que produzir exige tempo e dedicação à pesquisa. Neste sentido, a Lei 12.772/2012 (BRASIL, 2012) regula o regime de trabalho e progressão docente das Instituições de Ensino Superior com a seguinte carga horária:

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I – 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II – tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para área com características específicas.

§ 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.

§ 3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem

---

<sup>36</sup> OERs plural de Open Educational Resources.

dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1, nas seguintes hipóteses:

I – ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II – participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE (BRASIL, 2012).

Assim, a discussão sobre o regime de trabalho dos professores não pode deixar de fazer parte deste trabalho, pois está atrelada diretamente à proposta de abertura das produções realizadas e financiadas com o dinheiro público. Diante disso, precisamos enfatizar a pouca valorização do professor, que, normalmente possui uma carga horária exaustiva e que, além da sala de aula, precisa dedicar seu tempo a diversas atividades, tais como planejamento, pesquisa, orientação de pesquisa, reuniões variadas e diferentes projetos acadêmicos.

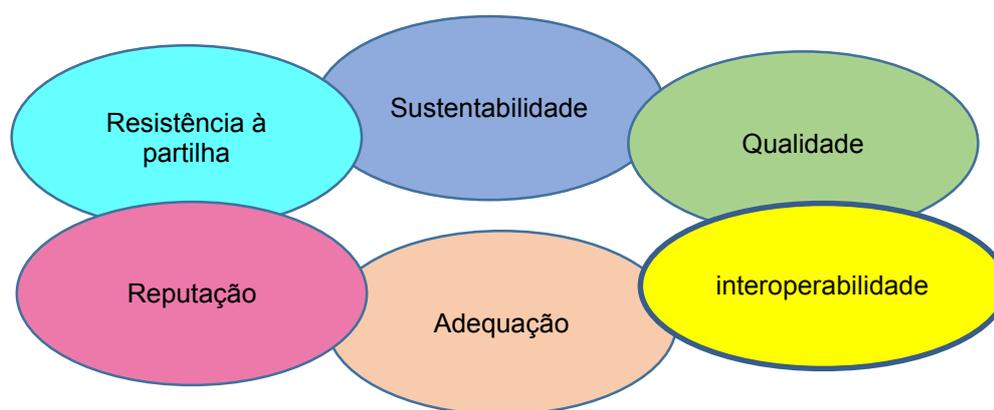
Neste sentido, poderíamos entender a UAB, e toda a sua produção, como aberta, mas o conceito de abertura abrange um pouco mais de flexibilidade do que a UAB oferece, uma vez que esta exige vestibulares para ingresso nos seus cursos e ainda dispõe de produções com o selo copyright.

Mas não é apenas isto. Faz-se necessário ressaltar que o sistema de gratificação dos docentes é regulamentado pela Medida Provisória nº 295, de 29 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), que leva a uma corrida por publicações, a qualquer custo. Diante deste quadro, o que esperar? Produções liberadas e compartilhadas? O investimento que o professor faz em pesquisa, em estudos e planejamento, fora das horas computadas como trabalho remunerado, pode levar a entender o porquê de alguns profissionais não se sentirem sensibilizados pela ideia de abrir a sua produção, para o bem de todos.

Embora, os REA estejam por toda parte na internet, acessível a todos. Muitas destas sequer sabem que estão utilizando um REA. Estas iniciativas estão presentes em grandes instituições mundiais que defendem uma educação de qualidade sem custo e aberta para beneficiar muitas pessoas, levando em consideração os contextos em que podem estudar. Outras questões a serem consideradas são as levantadas por Silva (2003), Andrade Silva (2013) e Santos et al. (2013), como a sustentabilidade do movimento, que carece de apoio governamental e também de iniciativas coletivas e individuais que divulguem o REA.

Este é outro entrave que só deverá ser vencido pelas práticas colaborativas e cooperativas que rompem a resistência à partilha. É necessário ter interoperabilidade que permita a adequação dos recursos, visando melhorias na reputação e na qualidade das produções. Vemos isto como uma sequência que está encadeada e só poderá ser superada com o trabalho de toda comunidade REA (ver figura 2).

**Figura 2 - Desafios REA**



Fonte: Elaborado pela autora

Nas produções coletivas, é possível que se encontre, entre as produções, material protegido por direitos autorais. Eles devem ser substituídos (D'ANTONI, 2008) para não haver problemas legais com a obra. Esta é uma preocupação dos produtores de REA, pois, em muitos casos, verifica-se apenas a licença inicial, mas é necessário que todos os cuidados sejam tomados e que se proceda a verificação em todas as produções que compõem a obra coletiva.

Os países desenvolvidos e os em desenvolvimento têm preocupações diferentes em relação às prioridades de produção de REA. Entre as questões estão as relacionadas com as Instituições de Ensino Superior, os governos nacionais e os centros acadêmicos (D'ANTONI, 2008). Os incentivos à promoção docente, as políticas públicas educacionais e os regimentos internos dos centros acadêmicos, na sua maioria, ainda carecem de ações direcionadas para uma proposta de educação na qual os recursos possam ser um bem comum que favoreça a aprendizagem de todos.

As possibilidades de utilização de REA na Educação presencial e a distância se agigantam nas remixagens que podem ser feitas para contextos específicos, com material de qualidade, como também nas revisões e atualizações que beneficiam muitas pessoas que não têm acesso a livros e materiais com custo elevado.

O fato dos conteúdos serem abertos e licenciados permitem que sejam utilizados em diversos formatos (não somente impressos) tanto na modalidade a distância quanto na presencial. Aí reside nosso principal argumento a respeito do potencial dos REA na integração das tecnologias educacionais e na convergência entre as modalidades (MALLMANN et al., 2013, p. 265).

O formato digital não sofre desgaste e pode ser acessado por muitas pessoas, ao mesmo tempo, mantendo o seu custo original, favorecendo e incentivando a aprendizagem coletiva e individual e promovendo a colaboração e avaliação por pares. O projeto pedagógico deve ser o guia para as alterações necessárias. Somente assim estas poderão cumprir o seu propósito, favorecendo a colaboração e a aprendizagem. Mas isto não acontece de forma instantânea, pois é imprescindível que os professores tenham um conhecimento técnico que permita fazer os remix, e tenham domínio dos assuntos que se propõem a trabalhar, embora não precisem ser especialistas.

O fato é que a qualidade da construção, do espaço e do interesse despendido por educadores e estudantes na elaboração e no uso de um REA é inegavelmente positivo. Provavelmente, o fato de os REA serem reutilizados, criticados ou recriados por membros de uma comunidade se configura como uma das principais variáveis responsáveis pela qualidade das suas produções (PICONEZ; NAKASHIMA; PICONEZ FILHO, 2013, p. 282).

A ideia mais forte que permeia os REA é a de colaboração, que só pode ser concretizada pela abertura que as licenças concedem aos recursos. A partir desta premissa, é possível vislumbrar que as pessoas poderão ter acesso ao conhecimento e que este pode trazer mudanças culturais, intelectuais e sociais para a sua vida. Nós não acreditamos que seja tão simples assim. Pensamos que é necessário que as oportunidades sejam ampliadas por políticas públicas de alcance relevante,

Conhecimento é poder, como explica Santos, (2013),

O conhecimento é uma moeda forte na sociedade atual, e aqueles

que o possuem são mais competitivos. REA representam a abertura do acesso ao conhecimento e, como consequência, o caminho o que conduz à competência e ao conhecimento. REA, por conseguinte, podem ser vistos como parte desse “discurso do nivelamento” (SANTOS, 2013, p. 6).

Isto nos convoca a pensar sobre os formatos nos quais são produzidos os recursos, para promover o remix e aumentar as possibilidades de compartilhamento e colaboração, incentivando o professor a ser um produtor em potencial. Uma forma de se superar as limitações de produção e as incompatibilidades de programas, suportes e mídias é utilizar os formatos abertos, superando o aprisionamento e a lógica proprietária que domina o mundo capitalista. O sistema ODT, Open Document Format, baseado na linguagem XML e que pode ser aberto em qualquer software (BR Office, Libre Office, Google Docs), foi aprovado pela norma ISO em 2006. Com isto, passa a ser um padrão internacional (SILVEIRA, 2012). Esta questão é talvez a mais relevante para a produção de material que se deseja compartilhar na rede com a finalidade de compartilhamento. O formato PDF, por exemplo, é um formato aberto, que pode ser lido por diversos softwares, que não permite modificações e adaptações. Mesmo que o material esteja com uma licença aberta, as modificações tornam-se complicadas. (SILVEIRA, 2012, p.119) desta forma é imprescindível saber onde buscar estes conteúdos e como utilizá-los.

Pesquisar conteúdo aberto é uma função importante permitida pela nossa abordagem. Você pode usar o Google para pesquisar conteúdo licenciado com *Creative Commons*, procurar fotografias no Flickr, álbuns no Jamendo, e arquivos multimídia em geral em spinxpress. A Wikimedia Commons, que é o repositório multimídia da Wikipédia, é um dos principais utilizadores das nossas licenças (*CREATIVE COMMONS* s/d).

Para professores e alunos, é importante saber localizar recursos que podem ser utilizados de forma legal. Uma das formas é através da pesquisa avançada do Google, com a utilização dos filtros. Este é um sistema simples utilizado por muitos usuários, mas que precisa ser refinado para que se possa encontrar o material desejado. Saber utilizar este recurso pode fazer toda a diferença para quem faz pesquisas na internet.

A primeira tela que se apresenta oferece a oportunidade de aplicar os filtros, escolhendo os termos da pesquisa, o lapso de tempo, o idioma e as permissões de compartilhamento. Embora não esteja explícito *Creative Commons*, os termos são

semelhantes às atribuições desta licença (ver figura 3).

**Figura 3 - Tela do Google, pesquisa avançada**

The image shows the Google Advanced Search interface in Portuguese. The search bar at the top contains the text "recursos educacional aberto". Below the search bar, there are several options for refining the search:

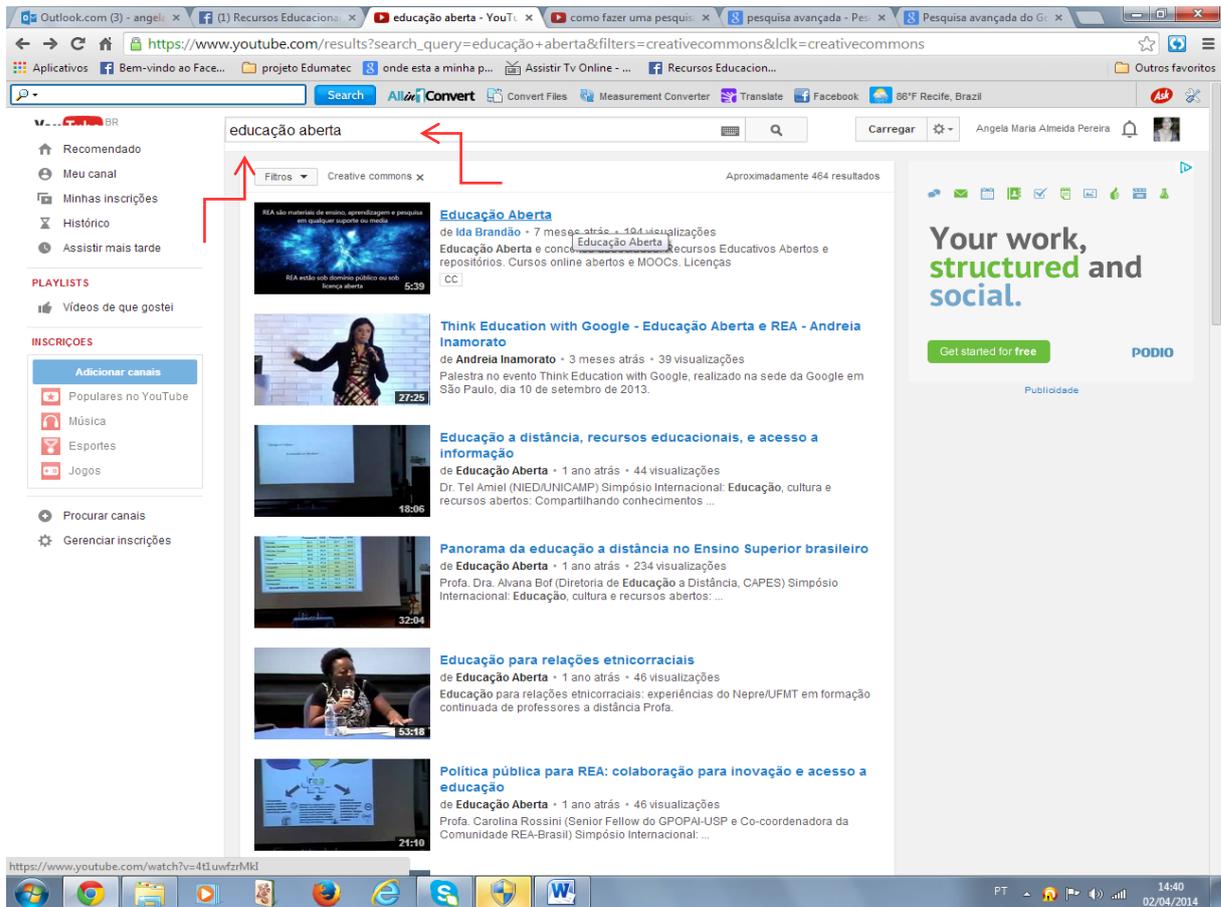
- Localizar páginas com...** (Localize pages with...):
  - todas estas palavras: (all these words):
  - esta expressão ou frase exata: (this exact expression or phrase):
  - qualquer uma destas palavras: (any of these words):
  - nenhuma destas palavras: (none of these words):
  - números que variam de: (numbers that vary from):  a
- Fazer isso na caixa de pesquisa.** (Do this in the search box.):
  - Digite as palavras importantes: (Type the important words):
  - Coloque palavras exatas entre aspas: (Put exact words in quotes):
  - Digite OR entre todas as palavras que você deseja: (Type OR between all the words you want):
  - Coloque um sinal de menos antes das palavras que você não deseja: (Put a minus sign before the words you don't want):
  - Coloque 2 pontos finais entre os números e adicione uma unidade de medida: (Put 2 periods between the numbers and add a unit of measurement):
- Em seguida, limite seus resultados por...** (Next, limit your results by...):
  - idioma: (language):
  - região: (region):
  - última atualização: (last update):
  - site ou domínio: (site or domain):
  - termos que aparecem: (terms that appear):
  - SafeSearch:
  - tipo de arquivo: (file type):
  - direitos de uso: (usage rights):

At the bottom right, there is a blue button labeled "Pesquisa avançada".

Fonte: site do Google

Caso o resultado que aparece na tela informe que não foram encontrados documentos, basta pedir para redefinir a pesquisa e novos resultados aparecem. Estas opções de pesquisas são utilizadas por alunos e professores para capturar vídeos e imagens no YouTube. Neste site é possível encontrar recursos com licenças abertas, mas também material para uso restrito, sendo imprescindível verificar a sua permissão de uso (ver figura 4).

Figura 4 - Tela do YouTube, pesquisa por tema



Fonte: site do YouTube

Quando se lança um tema para pesquisa, uma mescla de assuntos relacionados direta e indiretamente se apresentam. É necessário fazer uma filtragem e verificar as condições de uso. Estas podem ser visualizadas através do filtro “mostrar mais” (ver figura 5).

Figura 5 - Tela do YouTube, filtro mostrar mais

Fonte: site do YouTube

Dentro destas propostas, o movimento REA tenta quebrar as barreiras que impedem a universalização da educação, o custo dos materiais destinados à Educação e a política do livro didático com direito proprietário. Se os materiais didáticos fossem REA, os investimentos públicos destinados ao material didático poderiam financiar projetos que pudessem potencializar a educação, a cultura, a pesquisa e a produção de conhecimento. Os materiais digitais oferecem esta possibilidade.

Além do material que é disponibilizado aos estudantes, acreditamos que o uso dos REA pode contribuir de forma significativa, potencializando o acesso a uma diversidade maior de recursos didáticos e produções culturais, fomentando a cultura e ampliando os níveis de educação.

Este potencial pode ser ainda maior e atingir um número maior de pessoas, se os REA forem utilizados e produzidos por professores e alunos. Assim, as chances de interação e conhecimento de novas técnicas e material será ainda mais diversificada.

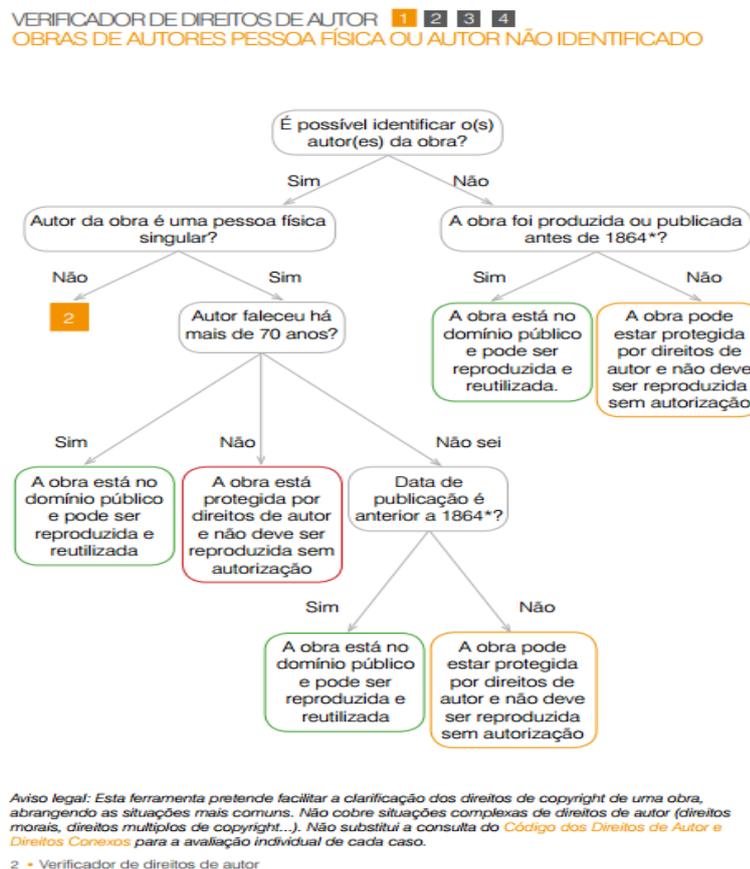
O Guia básico dos REA, trata da disponibilidade destes e dos custos que

implicam sobre estes.

O aumento da disponibilidade de alta qualidade, materiais de aprendizagem relevantes podem contribuir para os alunos mais produtivos e educadores. Porque OER remove restrições cerca de copiar recursos, pode reduzir os custos de acesso educacional materiais. Em muitos sistemas, o pagamento de royalties para os livros de texto e outros materiais educativos constituem uma proporção significativa do custo total, enquanto os processos de obtenção de permissão para usar material com direitos autorais também podem ser muito demorados e caros (A BASIC 2011, p.13), (tradução nossa)

Ainda temos um verificador português que pode ser aplicado também para o caso brasileiro. Basta seguir as indicações dos documentos para cada de tipo de obra. Com isto, é possível ter um grau de segurança maior, na utilização de obras de terceiros (ver figura 6).

**Figura 6 - Verificador de Direitos Autorais**



Este fator tem uma importância ímpar se pensarmos nas possibilidades que os REA oferecem. Responsabilidade na utilização das obras de terceiros, trazendo para o movimento um grau de segurança, que nos distancia de práticas ilegais tão difundidas na internet como o plágio e a pirataria. Explorar a capacidade dos REA dentro da desmaterialização proporcionada pelo virtual, em rede colaborativa por professores, é uma alternativa para aumentar a oferta de material de ensino, aprendizagem e pesquisa, promovendo a interação entre indivíduos separados geograficamente, mas que têm interesses em comum. Esta proposta visa superar o individualismo das produções e passar a um estágio de compartilhamento e colaboração, utilizando o virtual com todo o seu poder de atualização instantânea.

Principalmente na docência online, pelo contexto no qual está inserida, os REA podem se traduzir nesta multiplicidade de conteúdos.

...a docência online está inserida em ambientes virtuais que podem oferecer uma multiplicidade de recursos e interfaces educacionais, dentre eles os REA, que atuam como objetos mediadores na construção do conhecimento. É nesse sentido que a criação e a reutilização de REA devem ser pensadas, produzindo sentidos a partir da autoria individual ou coletiva, compartilhada como formas de tecer novas significações. Uma mediação com interatividade, numa modalidade de comunicação multidirecional, é a base para um currículo em rede (SANTOS et al., 2013, p. 274).

Assim, temos alguns desafios a serem superados, para tornar a produção de REA uma realidade que gere benefícios e produções coletivas em ambientes virtuais, nos quais todas as pessoas possam acessar. Adotar a filosofia de abertura do movimento REA na formação de professores, garantindo que estes possam dar sustentabilidade aos princípios de produção abertas; criar ambiências de aprendizagem, na qual professores, alunos e colaboradores possam utilizar REA; fortalecer a produção de REA com Softwares livres, atendendo ao critério técnico que possibilita a sua utilização em qualquer software.

Os desafios mais contundentes estão aqui relacionados por Santos,

No entanto, alguns desafios devem ser pensados para serem superados, tais como: a falta de consciência acadêmica em relação às questões de licenciamento, da qualidade e do modelo de sustentabilidade. A falta de consciência acadêmica pode ser minimizada ou superada com a instauração do movimento REA no âmbito institucional, por meio de cursos para a formação de professores e estudantes em geral. A garantia da qualidade poderá ser feita pelos próprios praticantes que interagem com os REA, por meio de canais de comunicação (SANTOS, 2013, p. 275-76).

A falta de conhecimento sobre os REA representa o maior entrave para a sua

ampla produção, entender como se processa as licenças e o uso das obras por terceiros, pode liberar o corpo acadêmico para fazer parte do movimento, trazendo contribuições para a aprendizagem e a pesquisa em âmbito mundial.

### **3.7 Pontos críticos das Licenças *Creative Commons***

Não temos como separar a iniciativa REA das licenças *Creative Commons*. Estão intimamente ligadas pelas permissões que as licenças concedem. Conseqüentemente, os problemas também refletem nos dois, embora o movimento tenha algumas especificidades que avançam além das licenças, como a qualidade e a interoperabilidade.

Encontramos na literatura áreas críticas ao *Creative Commons*, principalmente no que se refere à atribuição obrigatória ao autor, a falta de padronização nas licenças, a ausência de um questionamento do copyright, a geração de direitos patrimoniais do autor e não direitos comuns, como uma remuneração (SMIERS; SHIJNDEL, s/d).

Há uma necessidade premente de discutir os problemas que são inerentes aos REA. Não podemos simplesmente aceitar que o movimento é uma nova panaceia que vai salvar a educação, ou criar patamares de igualdade pelo simples fato de termos material aberto disponível na rede. É importante estar atento aos problemas que podem surgir da qualidade das produções, das autorizações prévias dos autores, e das remixagens feitas fora dos contextos das produções originais (FERREIRA, 2012).

Há uma reflexão muito interessante no artigo De Conteúdo a Recurso, Prática e Pedagogia: Sobre o Movimento REA e Suas Ramificações (FERREIRA, 2012), discutido a partir de vários autores as fragilidades do movimento. A ênfase está na propagação feita com o uso da WEB, discutindo a ideia de “inevitabilidade”, que permeia o imaginário, como se tudo escapasse do controle e da ética, no qual tudo é possível.

A Educação a Distância, nas suas diversas taxonomias, e-learning, educação online, educação a distância via Internet (FERREIRA, 2012), com a utilização massiva da web, corre o risco de utilizar recursos que não enriquecem ou acrescentem nada ao processo educacional, motivo pelo qual as possibilidades de

remix, adaptação e tradução devem atender a critérios específicos de qualidade:

Os termos “tradução”, “versão” e “adaptação” pontuam o tratamento dado a aspectos culturais, que parecem estar sendo abordados sem qualquer especificidade como “questões de localização” com respeito ao reuso de materiais produzidos, predominantemente, em países de língua inglesa (FERREIRA, 2012, p. 27).

A qualidade dos recursos é bastante discutida, mas o argumento da qualidade não encontra muito respaldo, uma vez que os materiais produzidos estão sempre assinados, podem ser revisados e remixados, dependendo da licença, o que significa que encontrando erros é sempre possível promover a sua reformulação, o contrário, não acontece com produções produzidas com licença copyright.

Hylén (2007) argumenta sobre a gratuidade,

Por vezes, esgrime-se o argumento de que os materiais grátis não podem ser de qualidade. Mas as instituições envolvidas até agora nas várias iniciativas de criação de REA parecem ter boa reputação internacional ou nos países de origem; e não constam instituições que não sejam conhecidas ou que tenham má reputação. Além do que, a crer na experiência do movimento de *software* livre e de edição de publicações de acesso livre, existem agora novas formas de gestão da qualidade que convivem com os métodos tradicionais. Os sistemas meritocráticos de publicação e de revisão de pares aliam-se aos comentários dos utilizadores e às avaliações dos utilizadores na Rede. Nos ambientes digitais, a reputação é fulcral (HYLÉN, 2007, p. 6).

As principais declarações que tratam de REA, no mundo, trazem orientações diferentes para a questão da qualidade, revisão por pares, ou mesmo disponibilização de materiais, sem revisão alguma. Essas são questões que não estão padronizadas. No nosso entendimento, a revisão ameniza as dúvidas sobre a qualidade, tornando-o mais aceitável e fortalecendo o movimento,

Aparentemente as instituições seguem a definição de repositórios institucionais e não tanto o texto das declarações, ou seja, armazenam toda a produção intelectual da universidade, seja ela, revisada ou não pelos pares (SARMENTO et al., 2005).

Esta forma de disponibilizar o material contribui para fomentar as dúvidas e as polémicas que o movimento enfrenta, relacionadas com o material. As instituições comprometidas com o movimento, têm por obrigação amenizar estas polémicas em relação às suas publicações.

Ponto determinante dos REA, as licenças *Creative Commons* enfrentam uma desconfiança muito grande com relação à padronização das suas atribuições. A ambiguidade nas interpretações deixa muitos autores com receio de publicar as suas próprias licenças. O mais severo destes problemas pode ser a atribuição “NC”, que se refere ao uso comercial. Neste sentido, se faz urgente definir com maior clareza o que de fato é uso comercial. Em tempos de WEB 2.0, na qual as situações distintas se apresentam, ocorrem confusões que, em muitos casos, apenas um juiz poderia resolver tal questão (CASTRO, 2009),

El propio Lawrence Lessig creador de la mismísima *Creative Commons* y profesor de derecho en la Universidad de Stanford, cree que la licencia No-comercial permite usar, por ejemplo, una foto en una página web que incluya anuncios alrededor. La pregunta es ¿opinará lo mismo un juez si un autor reclama sus derechos por violación de los términos de esa licencia? ¿Echaremos la culpa a Lawrence Lessig, o a la *Creative Commons* si algo falla?

É importante que estes termos sejam aclarados e legalmente esclarecidos para que os autores se sintam seguros em utilizar as atribuições, publicando as suas obras e não tendo surpresas com o uso que terceiros podem dar as suas produções. Castro (2009) acredita que estas ambiguidades têm impedido que as licenças sejam utilizadas de forma massiva, uma vez que não tem uma definição clara do que consideram “uso comercial”, e acrescenta, na internet com tantas possibilidades de acesso, as dúvidas se avolumam de tão forma, que a própria *Creative Commons* em 2008, lançou uma enquete pública para saber do público que se considera “não comercial”. Mas a dúvida permanece. Sites que visam lucro podem publicar obras que trazer o selo não comercial? Posso utilizar em uma palestra paga, citações e conhecimentos obtidos destas produções. A primeira vista parece bastante disponibilizar a licença, mas como uma análise mais cuidadosa, as dúvidas afloram e quem poderá resolvê-las?

As licenças são importantes para garantir ao autor um acompanhamento do seu trabalho, de acordo com Caetano (2006),

Há quem considere que este tipo de licenças, ao reservarem certos direitos para o autor, não contribuem para a promoção de uma cultura efetivamente livre, no amplo sentido da palavra, ou seja, para a reutilização futura dos trabalhos por outros criadores (CAETANO, 2006).

A ideia de livre nos remete a algo sem limites, motivo pelo qual temos que refletir sobre o que de fato se encontra intrínseco nas licenças que condicionam determinados tipos de uso. A filosofia capitalista teria suas raízes bem fincadas nesta relação? A propriedade do que se produz é realmente privada? Mas essa produção não advém de muitos outros conhecimentos, que foram sendo agregados ao longo do tempo e que permitiram uma produção mais refinada? Estes e outros pontos devem ser levados em consideração na hora de eleger a licença. Existe a ideia de que, ao invés de liberar a obra para que esta sirva ao bem comum, contribuindo para o crescimento de toda uma comunidade, ela exerce exatamente uma função contrária, impondo limites e exercendo determinados controles, legitimando a barreira entre produtos e consumidores (CAETANO, 2007)

Um leitor mais desavisado, num primeiro momento, pode encarar com naturalidade as condições impostas pelas licenças e pode até encontrar justificativas para as limitações de derivação e uso não-comercial, por termos resquício de propriedade sobre o que produzimos de forma individual, sem considerar as contribuições que recebemos de tudo o que lemos, ouvimos e presenciamos. O uso comercial passa a ser uma espécie de direito e compensação pelo esforço empregado na produção, chegando aos limites de justificar a própria sobrevivência do autor.

De acordo Caetano (2007), as licenças CC, são

Para comprovar o modo como as CC preservam os contornos do conceito de propriedade intelectual, basta verificar que grande parte das obras publicadas segundo estas licenças não permitem a utilização comercial e, o mais grave, a criação de obras derivadas a partir do original, o que talvez seja um resquício velado das ideias românticas a respeito da originalidade e da concepção “imaculada” e solitária pelo intelectual, essa força quase divina que labora em clausura, longe de influências exteriores (CAETANO, 2007)

Neste sentido, temos um agravante, pois não parece que as licenças *Creative Commons* ampliam as concessões que a Lei de Direitos Autorais já permite. Citar pequenos trechos, mesmo deixando no ar a dúvida sobre o que considerar pequenos trechos, citar um autor e discordar dele. A utilização das licenças só representa um avanço em relação à lei quando permitem adaptações e remix, criando a possibilidade de uso das obras em contextos diferenciados, inúmeras outras questões podem ser levantadas e rebatidas, tanto por produtores como por

juristas.

A posição de Caetano (2007), em relação as licenças CC,

*A Creative Commons é uma subversão semelhante que em vez de contestar o “direito” à propriedade privada, tenta obter pequenas concessões num campo de jogos em que o jogo e as suas regras já estão previamente determinadas. O efeito real da Creative Commons reside em confinar a contestação política à esfera do que já é admissível (CAETANO, 2007)*

Mas, mesmo que a grande maioria das obras licenciadas estejam entre as licenças mais restritivas, já é um caminho para conhecer outras possibilidades que podem conduzir a uma produção de fato aberta e livre (CAETANO 2007).

A publicação com as licenças *Creative Commons*, concretizam a oportunidade de desvelar os critérios mais conservadores e evoluirmos para o compartilhamento de toda e qualquer produção, fruto do conhecimento produzido pela humanidade ao longo dos tempos e com o esforço de muitos.

### **3.8 Iniciativas REA de alcance mundial**

O mundo virtual dispõe de uma variedade de recursos que podem ser utilizados para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem nos mais distintos formatos. Muitos destes são acessados com frequência por usuários em diferentes partes do mundo que sequer ouviram falar de REA, mas que se beneficiam deles. Vamos apresentar algumas destas alternativas de repercussão relevante.

#### **3.8.1 Academia Khan**

A academia Khan teve início em 2004, quando Salman Khan resolveu ajudar a uma prima que estava com dificuldade na escola, acreditando que se a prima entendesse melhor os assuntos, ela seria capaz de fechar suas lacunas no aprendizado e ter sucesso na escola.

A proposta de ensinar a alguém que não morava no mesmo estado, pedia uma ação diferente, e Salman foi buscá-la na tecnologia. A princípio, duas mesas digitalizadoras permitiam que aluna e professor se comunicassem. Depois, seguindo sugestão de um amigo, ele decidiu colocar as suas aulas também no canal You Tube

e concluiu:

A tecnologia reduziu de forma drástica os custos anteriormente associados à aprendizagem para o domínio. Nada mais de livros didáticos em papel. Nada de impressões dispendiosas de exercícios individualizados. Tudo o que é necessário para a aprendizagem com ritmo próprio está bem ali no computador; o custo de envio de material aos alunos é irrisório (KHAN, 2013, p. 48).

A aluna teria acesso irrestrito ao material, estudando ao seu ritmo e de acordo com a sua disponibilidade. Essas são premissas da educação a distância, mas o diferencial estava na linguagem, no estilo dos vídeos, na didática do professor, na sua abertura, sem precisar cadastro, nem teste nivelador e nem avaliação, sendo um material para complementar o que aluno necessitava.

A proposta da Academia tem dois princípios que o torna radical, “todos os alunos podiam aprender se lhes fossem proporcionadas condições adequadas para suas necessidades; ninguém devia “ficar para trás” ou ser colocado num caminho que levasse ao fracasso acadêmico” (KHAN, 2013, p.44). Esta mesma ideia faz parte da proposta de Educação inclusiva vigente na atualidade brasileira:

... É não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. Por isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2006, p. 19).

A fusão destas ideias nos faz acreditar que a Educação pode e deve ser um bem comum, onde as oportunidades iguais e as potencialidades dos alunos possam ser trabalhadas sem exigências de homogeneidade. Ainda mais em tempos de cibercultura, em que grande parte dos alunos tem acesso aos conteúdos através da internet, podendo revisitá-los sempre e, se for REA, sem custo, administrando o seu progresso e o seu ritmo de aprendizagem.

No Brasil, a Fundação Lemann e o Instituto Natura já traduziram parte dos vídeos publicados pela Academia Khan e tem cerca de 300 exercícios online na plataforma.

### 3.8.2 Plataforma Edx

Uma iniciativa da Universidade de Harvard e do Massachusetts Institute of Technology, a plataforma Edx oferece aulas *online* para 850 mil alunos, de 192 países, em diversas universidades e em várias áreas. Estes dados foram fornecidos pelo presidente da Instituição, Anant Agarward, em um evento realizado no estado de São Paulo, no ano de 2013.

Na página da Edx é possível visualizar as instituições e as áreas nas quais os cursos estão oferecidos: Edx offers interactive online classes and MOOCs from the world's best universities. Online courses from MITx, HarvardX, BerkeleyX, UTx and many other universities. Topics include biology, business, chemistry, computer science, economics, finance, electronics, engineering, food and nutrition, history, humanities, law, literature, math, medicine, music, philosophy, physics, science, statistics and more. Edx is a non-profit online initiative created by founding partners Harvard and MIT. (<https://www.edx.org>).

Em 2013, a Edx abriu o seu código-fonte para que qualquer instituição, grupo ou indivíduo, em qualquer parte do mundo, ofertasse serviços educacionais na plataforma. Neste sentido, para ser aberto é preciso:

Ser baseado em padrões abertos. Deve ser desenvolvido de forma transparente e de modo coletivo, tal como ocorre, por exemplo, com o HTML 5. As especificações de um formato aberto devem estar documentadas e ser acessíveis para todos os interessados (SILVEIRA, 2012, p. 119).

Abrir os códigos-fontes dos programas, possibilitando o uso por outros, em qualquer parte do mundo, vai além de uma postura política. Está implícita, nesta atitude, a corresponsabilidade que nós temos de trabalhar para formar uma sociedade mais igualitária.

### 3.8.3 Wikis

A denominação Wiki é utilizada para identificar um tipo de produção coletiva com formato de hipertexto<sup>37</sup> ou software coletivo<sup>38</sup>, criado em 1994 por Howard G.

---

<sup>37</sup> Hipertexto é um termo que remete a um texto em formato digital, no qual agregam-se outros conjuntos de informações em formatos diversos, cujo acesso se dá através de referências denominadas de hipertexto. Disponível em <http://hipertexto.wikidot.com/o-que-e-hipertexto>

<sup>38</sup> Software coletivo é um sistema que facilita o trabalho em grupo, ou seja, um termo usado para

Cunningham, programador de computadores. Baseado na ideia de compartilhamento e colaboração, em 2001, Jimmy Donal Wales e Larry Sanges, iniciaram o projeto da Wikipédia, enciclopédia multilíngue de licença aberta que, atualmente, é administrada pela Fundação Wikimedia, uma fundação sem fins lucrativos.

Os conteúdos da Wikipédia podem ser atualizados e acessados por qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo. Por este motivo, a credibilidade das informações não tem um valor muito alto, mas a ideia do trabalho colaborativo e de compartilhamento é de extrema importância, pois consolida esta filosofia mundialmente.

O projeto é definido pelos princípios fundadores. O conteúdo é disponibilizado sob a licença *Creative Commons* BY-SA e pode ser copiado e reutilizado sob a mesma licença — mesmo para fins comerciais — desde que respeitando os termos e condições de uso (WIKIPÉDIA, 2014)

A fundação Wikipédia tem muitos outros projetos sob a sua administração, todos sem fins lucrativos e com licenças abertas<sup>39</sup>. Estas iniciativas de REA são utilizadas por milhões de pessoas, em todo mundo, para as mais diversas finalidades: pesquisas estudantis, atualização de informação, cópia de fotos, baixar arquivos de sons, vídeos, entre outros. Muitas destas pessoas não sabem que estão utilizando um REA, que se encontra licenciado para permitir que todos possam usufruir da melhor forma do que ele oferece.

---

classificar softwares que simplificam a colaboração através do compartilhamento de informações. Disponível em: <http://www.mknod.com.br/?q=node/155>

<sup>39</sup> [http://pt.wikiquote.org/wiki/P%C3%A1gina\\_principal](http://pt.wikiquote.org/wiki/P%C3%A1gina_principal)

## 4 METODOLOGIA

A tarefa de escrever uma dissertação não é simples. O desafio maior é escolher uma metodologia que realmente dê conta do proposto, no qual a produção do mestrando seja coerente e revele um entendimento claro do que ele busca com a sua pesquisa. Foi diante deste desafio que enquadrámos o nosso trabalho no método dialético, pois a nossa problemática traz elementos contraditórios que se movem dentro de um contexto social amplo, sofrendo influências econômicas e filosóficas na busca de soluções que, por sua vez, geram novas inquietações.

De acordo com Gil, 2008

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2008, p. 14).

Nosso trabalho tem o objetivo geral de analisar como professores da Educação a Distância/UAB (Recife e seus campi avançados) utilizam os Recursos Educacionais Abertos (REA) nas disciplinas dos cursos de licenciatura diversas. Com este propósito mais amplo, traçamos nossos objetivos específicos, que são os seguintes: identificar o nível de conhecimento dos professores sobre os Recursos Educacionais Abertos (REA) e licenciamentos; mapear a origem do material selecionado para o uso em sala de aula; verificar se o professor faz ou propõe alguma adaptação, remix, do material indicado.

Sabemos que o movimento pelos REA, na nossa região, é pouco divulgado ou que ainda não tem o mesmo volume de trabalhos e integrantes como as regiões Sul e Sudeste. Com base nisto, a nossa hipótese é a de que os professores utilizam REA, porém, desconhecem os licenciamentos abertos que podem favorecer as diversas formas de uso, potencializando os processos de ensino e aprendizagem.

Para comprovar ou refutar esta hipótese, fizemos escolhas metodológicas criteriosas. Estas recaem sobre a melhor forma de responder ao problema da pesquisa, levando em consideração a abrangência da problemática e a hipótese formulada inicialmente como uma possível resposta para a pesquisa.

Neste trabalho, vamos levar em consideração não apenas a abordagem quantitativa, mas levantar dados que nos permitam também uma abordagem qualitativa do objetivo, uma vez que não pretendemos ter uma visão estanque do

problema, mas apresentar um recorte desta realidade.

Figueiredo e Souza (2010) justificam

Quando o objeto pretende focar o conhecimento de forma concreta, objetiva, mensurável, e valendo-se de dados estatísticos, o método indicado é o quantitativo. Na medida em que o objeto é traduzido em seu subjetivismo, isto é, relativo a um fenômeno não mensurável, o método proposto é o qualitativo, e quando o objeto admite a integração de ambos, o método mais adequado é o quali-quantitativo (FIQUEIREDO; SOUZA, 2010, p. 82).

O assunto que escolhemos para investigar ainda é bastante novo no meio acadêmico, mas já apresenta uma produção científica significativa. Isso nos permite fazer um estudo investigativo exploratório, para conhecer e proporcionar conhecimento a quem o deseje sobre o uso de REA, que é o objetivo desta pesquisa.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e se torna difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

Mas apenas explorar não daria conta de responder ao nosso propósito, por isto vamos também descrever as relações que a utilização de REA pelos docentes estabelece com a formação inicial, com os hábitos de pesquisa, com os tipos de atividades propostas para os alunos, com o conhecimento das licenças do tipo *Creative Commons*, além de saber a disponibilidade deste professor em produzir materiais REA no futuro, buscando entender o porquê destas relações, “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28).

É dentro desta proposta de pesquisa quali-quantitativa, exploratória e descritiva, que escolhemos o instrumento de coleta de dados: um questionário semiestruturado, com o qual esperamos ser capazes de responder de forma adequada aos objetivos e ao problema que estamos nos propondo a pesquisar.

A abordagem dialética foi escolhida com o propósito de atender aos nossos objetivos, de forma criteriosa, resultando em uma pesquisa confiável, que possa

servir de base para estudos posteriores, bem como oferecer um panorama detalhado do uso de REA por professores da UAB, nas licenciaturas ofertadas em IES federais de Recife e seus campi avançados.

Os REA se encaixam nesta perspectiva por trazerem um processo de luta entre vários segmentos: autores, editores, governo, sociedade, cientistas e sociedade, com muitos defensores e também muitos críticos.

Entendemos a dialética, na mesma perspectiva de Gil, 2008.

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2008, p. 14).

Considerando as implicações econômicas, sociais, políticas que os REA podem trazer para educação, compreendemos que isto pode representar mudanças na condição de vida das pessoas, no sentido de possibilitarem maior acesso ao conhecimento. Isso está intrinsecamente ligado à atitude dos indivíduos que compartilham a produção acadêmica.

Para nos aproximar desta realidade, vamos detalhar os sujeitos de nossa pesquisa e o instrumento de coleta escolhido para esta finalidade.

#### **4.1 Campo de pesquisa**

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) tem Unidade Acadêmica em Recife, Garanhuns, Serra Talhada e Cabo de Santo Agostinho. A Unidade de Educação a Distância está sediada em Recife e atende aos seguintes polos, como mostra a figura 7, a seguir:

**Figura 7 - Polos da Universidade Federal em Pernambuco**



Fonte: EAS/UAB UFRPE.

Estes polos oferecem cursos de licenciatura e bacharelados, mas para este trabalho vamos considerar apenas as licenciaturas, por serem as formadoras de docentes. Este mesmo critério será utilizado para a UFPE e IFPE (ver quadro 12).

**Quadro 12 - Cursos oferecidos pela UAB/UFRPE**

Bacharelado em Administração Pública	Bacharelado em Sistema de Informação
Bacharelado em Artes Visuais Digitais	Licenciatura em Computação
Licenciatura em Física	Licenciatura em História
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais	Licenciatura em Pedagogia
Licenciatura em Letras	

Fonte: Adaptado da EAD/UAB UFRPE

Para atender a estes polos e cursos, a UFRPE conta com 64 professores executores, distribuídos da seguinte forma: 16 professores da licenciatura em Letras; 6 da licenciatura em Pedagogia; 11 da Licenciatura em Física; 21 da licenciatura em Artes Visuais; 10 da Licenciatura em História, que respondem de forma isolada à coordenação dos cursos e estes a uma coordenação geral.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) tem unidades acadêmicas em Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru. A EAD tem a sua sede no Centro Acadêmico de Recife e atende aos seguintes polos, com os cursos relacionados no quadro 13, a seguir.

**Quadro 13 - Cursos e polos da UAB/UFPE**

Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa	Ipojuca
	Jaboatão dos Guararapes
	Limoeiro
	Palmares
	Pesqueira
	Recife
	Santa Cruz do Capibaribe
	Trindade
Licenciatura em Letras – Língua Espanhola	Carpina
	Garanhuns
	Jaboatão dos Guararapes
	Olinda
	Palmares
	Pesqueira
	Petrolina
	Recife
	Surubim
	Tabira
Trindade	
Licenciatura em Matemática	Carpina
	Garanhuns
	Jaboatão dos Guararapes
	Recife
	Surubim
	Tabira
Bacharelado em Ciências Contábeis	Afrânio
	Petrolina
	Tabira
	Trindade
	Maragogi/AL

Fonte: Adaptado da EAD/UAB UFPE.

A UFPE conta com o número total de 42 professores executores, mas estamos considerando apenas 41, pois deste grupo faz parte a orientadora desta pesquisa, que, por motivos éticos, não participou da coleta de dados.

Cada licenciatura responde a uma coordenação e esta a uma coordenação geral. A distribuição dos professores é a seguinte, Licenciatura em Letras Espanhol, 10 professores, Licenciatura em Letras Português 21, Licenciatura em Matemática 10 professores.

O Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia (IFPE) oferece cursos técnicos, superiores, especializações, apresentando um Campi bastante ampliado no estado de Pernambuco, com sede em Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Caruaru, Garanhuns, Ipojuca, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão, mas a UAB tem a sua sede no Campi de Recife e atende os polos relacionados no quadro 14.

**Quadro 14 - Cursos e polos da UAB/IFPE**

Tecnologia em Gestão Ambiental	Ipojuca
	Pesqueira
	Limoeiro
	Itabaiana/PB
Licenciatura em Matemática	Ipojuca
	Pesqueira
	Limoeiro
Licenciatura em Geografia	Sertânia
	Águas Belas
	Carpina
	Palmares
	Gravatá

Fonte: Adaptado da EAD/UAB Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias.

O IFPE com o número total de 94 de professores executores, distribuídos entre as Licenciaturas de Gestão Ambiental, Matemática, Geografia, que, no mesmo modelo de coordenação das Universidades Federal e Federal Rural, respondem a uma coordenação específica e esta a coordenação geral.

## 4.2 Sujeitos

O acesso aos sujeitos foi feito por meio do Ofício nº 143/2014, encaminhado à coordenação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CONNECT[e]), entregue em 27/06/2014 e liberado na mesma data.

Para a Universidade Federal Rural Pernambuco (UFRPE) foi encaminhado o Ofício nº 145/2014, entregue em 30/06/2014, que seguiu para agendamento da pauta de Reunião da Coordenação Geral e foi liberado na reunião do dia 14/08/2014. Mesmo com a liberação da Coordenação Geral, não conseguimos

realizar a pesquisa com os professores da Licenciatura em Computação.

Para o IFPE foi encaminhado o Ofício nº 144/2014, entregue em 03/07/2014. Embora o parecer da coordenação geral tenha sido favorável à nossa pesquisa desde o primeiro momento, a pesquisa só foi liberada e iniciada em 16/09/2014.

A decisão de fazer uma abordagem formalizada através das coordenações foi para evitar incidentes e falhas na comunicação, mas também teve o caráter de aproximação para explicar a importância desta pesquisa para a nossa região, já que estendemos que REA tem um potencial significativo de melhoria na oferta de material para EAD. É importante ressaltar que este é um procedimento quase padrão do nosso programa, e não uma iniciativa apenas nossa.

Nossos sujeitos foram os professores executores dos cursos de licenciaturas oferecidos pelas Instituições Federais que fazem parte do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A coleta de dados foi encerrada nas três instituições no dia 13/10/2014, totalizando 114 sujeitos.

Este quantitativo nos permitiu trabalhar com um erro percentual de 6%, este número é o resultado de alguns cálculos estatísticos que considera o tamanho da amostra (população) e a quantidade de entrevistados válidos. O nível de confiança é de aproximadamente 95%, determinado por tabela de distribuição normal. (FONSECA; MARTINS, 1996).

### **4.3 Instrumento de coleta**

Como os sujeitos estavam espalhados pela região metropolitana do Recife, isso dificultou muito a abordagem pessoal. Neste sentido, precisávamos de um instrumento que tivesse o alcance de responder ao nosso objetivo e que, ao mesmo tempo, pudesse ser aplicado com um grande quantitativo de pessoas.

Por este motivo, a nossa opção recaiu na utilização de um questionário semiestruturado, elaborado através da ferramenta Formulário, do Google Docs, que foi enviado para os professores através do e-mail. Esta opção se deve à praticidade do instrumento, que armazena os dados, permite sua exportação, além de gerar tabelas e gráficos. O questionário conteve 19 questões, sendo que 2 delas foram abertas, com o propósito de captar a opinião dos professores e obter sugestões sobre o tema discutido por esta pesquisa.

Levando em consideração todas as vantagens para a aplicação do questionário, descritas por Marconi e Lakatos (2007, p. 203-204) e Gil (2008, p. 121-122), e também a opinião dos nossos pares do programa de pós-graduação, acreditamos que este instrumento é o que melhor se aplica ao nosso propósito, por que:

- a) economiza tempo;
- b) atinge um maior número de pessoas;
- c) abrange uma ampla área geográfica e obtém respostas mais rápidas, entre outras;
- d) implica menores gastos com pessoal;
- e) garante o anonimato das pessoas;
- f) permite que as pessoas respondam no momento em que julgarem mais conveniente,
- g) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Mesmo com todas essas vantagens listadas, temos conhecimento das limitações deste instrumento. Como desvantagens, apresentamos os seguintes aspectos:

- percentagem pequena dos questionários que voltam;
- grande número de perguntas sem respostas;
- não pode ser aplicado a pessoas analfabetas;
- impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas;
- a dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente;
- na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra;
- a devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização;
- o desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos os questionários torna difícil o controle e a verificação;
- nem sempre é o escolhido quem responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões;
- exige um universo mais homogêneo (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 203-204).

Na estrutura do questionário, optamos por perguntas abertas e fechadas, para contemplarmos as abordagens quali-quantitativa da nossa proposta.

O questionário foi enviado com uma apresentação, na qual explicamos o motivo da pesquisa e solicitamos a participação de todos, além de darmos a garantia da divulgação dos resultados, de forma aberta, para que todos tenham acesso a eles.

## Seguimos as orientações de Marconi, Lakatos (2007)

Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro do prazo razoável (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 203).

Com isso, tentamos minimizar as desvantagens do questionário (MARCONI; LAKATOS, 2007), (GIL, 2008), e conseguir um número de respostas válidas que pudessem viabilizar as nossas questões de forma confiável.

Antes de iniciar a elaboração do questionário, fizemos um enquadramento da pesquisa e planejamos as diversas etapas do instrumento de coleta, com a finalidade de refinar a elaboração das perguntas, para que estas nos fornecessem respostas que nos levassem ao resultado desejado (ver quadro 15).

**Quadro 15 - Enquadramento da pesquisa**

<b>Tema</b>	<b>Uso de REA por professores da EAD</b>
Amostra	Professores executores da IES Federais que fazem parte do sistema UAB
Objetivo Geral	Analisar como professores da Educação a distância /UAB (Recife e seus campi avançados) utilizam os Recursos Educacionais Abertos (REA) nas disciplinas dos cursos de licenciatura diversas
Hipótese	Os professores utilizam REA, porém, desconhecem os licenciamentos abertos do tipo <i>Creative Commons</i> , que podem favorecer diversas formas de uso, potencializando o processo de formação acadêmica.
Objetivos Específicos	Hipótese operacional
Identificar o nível de conhecimento dos professores, sobre os REA e licenciamentos.	Os professores já ouviram falar, mas não estão apropriados dos detalhes que lhes permitem uma posição consolidada em relação ao movimento.
Mapear a origem do material selecionado para o uso em sala de aula	O professor utiliza material que seja disponibilizado pela Instituição, de forma impressa, e complementa com indicações de material disponível na internet
Investigar se o professor faz ou propõe algumas adaptações ou remix do material utilizado	O professor faz adaptações e remix para atender a necessidade de suas aulas, mas somente quando a licença do material permite.

Fonte: FRANCISCO, (2012, p. 74

A segunda etapa do trabalho exigiu um planejamento detalhado quanto à quantidade, tipo, clareza, importância das perguntas do questionário (ver quadro 16).

Quadro 16 - Definição das bases para as perguntas do questionário

Objetivo	Contextualização	Dimensão	Questões
Caracterizar o professor	Titulação do professor	Organizacional	Formação
	Tempo de atuação na EAD/UAB	Temporal	Tempo, curso e disciplina em que atua
Identificar o nível de conhecimento sobre REA e licenciamentos	Conhecimento das licenças de material intelectual	Contextual	Diferenciar licenças do tipo fechado e aberto, grátis, domínio público, <i>Creative Commons</i>
	Conhecimento dos repositórios, projetos, sites de REA	Contextual	Nível de conhecimento e utilização de recursos, sites e projetos ligados aos REA
	Conhecimento do movimento REA	Organizacional	Conhecer a prática o compartilhamento de material sob licenciamento aberto
Mapear a origem do material selecionado para uso em sala de aula	Uso da internet	Temporal	Frequência para selecionar material
	Caracterização do uso da internet	Organizacional	Procedimentos utilizados nas buscas
	Opções de seleção de material	Contextual	Material impresso, material digital, arquivo pessoal, material disponibilizado pela coordenação do curso
	Restrições do material	Contextual	A lei de direitos autorais já produziu entraves para o seu trabalho
Investigar se o professor faz ou propõe alguma adaptação ou remix	Fonte dos materiais utilizados nas aulas	Contextual	Utiliza material de autoria própria
			Utiliza material impresso disponibilizado pela UAB
			Utiliza material digital de fontes diversas
			Utiliza material indicado por terceiros em formatos distintos
	Costuma utilizar programas aplicativos, ligados ao movimento de código aberto (software livre).	Contextual	Utiliza algum programa de código aberto para suas produções
			Que tipo de material é mais utilizado nas aulas
		Contextual	Faz remix ou revisão de material de terceiros
Contextual	Que tipo de material estaria disposto a compartilhar		

O questionário foi elaborado com sessões distintas para atender aos objetivos do trabalho, formando blocos de perguntas de conteúdo relevante que permitissem ao professor pensar na temática sugerida de forma sequenciada, mas sem uma visão linear e estanque. Também foram propostas perguntas abertas, dando a oportunidade do professor expressar a sua opinião e trazer suas contribuições para propostas de trabalhos futuros.

As perguntas tiveram o objetivo de testar a hipótese principal, mas também de levantar questões que dessem conta das hipóteses operacionais propostas para cada objetivo específico. Assim, foi possível ter um nível de segurança maior para os resultados pretendidos.

A versão final do questionário da pesquisa foi definida após a validação com um grupo de professores: 1 professor pós-doutor, 5 (cinco) professores doutores e 3 (três) mestres que não atuam na UAB/Recife. Este cuidado foi tomado para evitar contaminação. A finalidade do teste foi a de verificar a compreensão das perguntas, por parte dos leitores, corrigir erros de gramática e, também, verificar a fidedignidade, validade e operacionalidade do instrumento. Nesta etapa, recebemos diversas contribuições sobre o formato das perguntas e a forma de abordagem do conteúdo. A versão final apresenta as correções sugeridas.

#### **4.4 Métodos de análise**

Esta pesquisa se refere a um núcleo específico: o sistema UAB (das universidades federais localizadas em Recife e seus campi avançados). Entendemos que as respostas obtidas neste estudo não podem ter caráter generalizador, por ser referente a uma situação histórica e temporal, e que está propensa a sofrer mudanças quantitativas e qualitativas.

Esta base de dados é importante para alavancar situações de interferência que levem a melhorias que possam ser significativas na forma como tratamos a propriedade intelectual e o compartilhamento de conhecimento. Para estas considerações, levamos em conta que o conhecimento disseminado pela internet, como no caso da UAB, é constantemente atualizado e renovado, o que pode influenciar de forma significativa a postura destes professores.

Foi enviado um total de 200 questionários, dos quais recebemos 114 respostas: da UFPE, recebemos 30 respostas; da UFRPE, recebemos 42; e, do IFPE, recebemos 42. Consideramos que o quantitativo foi verídico, uma vez que foi fornecido pelas coordenações dos cursos.

Para as análises desta pesquisa, consideramos o questionário com duas partes distintas. Na primeira parte, formada pelas perguntas fechadas, utilizamos o Libre Office Calc para o tratamento das informações, que permite a criação de tabelas, gráficos e várias análises diferenciadas pela aplicação de filtros e funções avançadas.

A segunda parte do questionário, formada por perguntas abertas, teve a intenção de obter dados que complementassem o posicionamento dos professores com relação aos REA. Nesta parte, procedemos a uma análise descritiva dos dados e completamos com a análise de conteúdo.

Buscamos analisar como os REA são utilizados pelos professores e a aceitação e disponibilidade destes em produzir recursos de forma aberta. Para isso, estabelecemos relações entre as variáveis escolhidas para a nossa pesquisa. Desta forma, esperamos estar contribuindo para um melhor aproveitamento dos materiais disponíveis na rede e divulgando e esclarecendo o movimento pelos REA.

Para sermos coerentes com a nossa linha de pesquisa todo o nosso trabalho foi realizado utilizando software livre, que apresenta as mesmas funções de programas proprietários, mas não requer a compra de uma licença para a sua utilização.

A análise dos dados quantitativos foi realizada de forma bem simples, uma vez que o programa Libre Office Calc gera tabelas os gráficos. Para os demais dados, elaboramos uma tabela com as categorias de análise, que foram idealizadas de forma prévia e consolidadas após a leitura da coleta de dados. O programa eleito para as análises de conteúdo foi o RQDA<sup>40</sup>, que é um pacote de aplicativos que serve para análise qualitativa de dados e pode ser utilizado em plataforma Windows e Ubuntu. Em nosso caso, utilizamos o Ubuntu/Linux, levando em conta os nossos objetivos e hipótese descritos anteriormente.

De acordo com Moraes, (1999) é possível unir a pesquisa qualitativa e quantitativa.

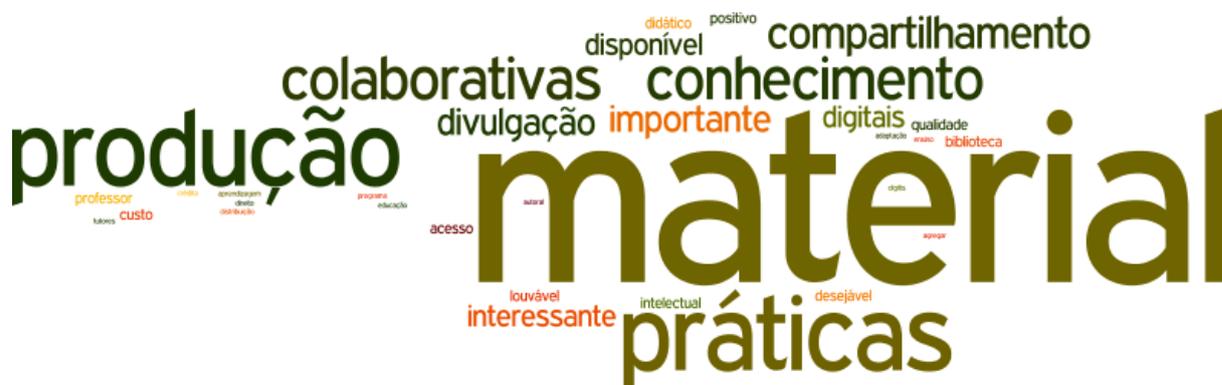
---

<sup>40</sup> RDQA é um pacote para análise qualitativa de dados, um **free** (livre como a liberdade) aplicação de software de análise qualitativa ([BSD](http://rqda.r-forge.r-project.org/) license). Disponível em: <http://rqda.r-forge.r-project.org/>

Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999, p. 8).

Seguindo as orientações de Moraes (1999), preparamos o material para a análise, fizemos uma leitura flutuante e separamos todo o material. A unitarização ou classificação das unidades foi realizada apenas para as duas perguntas aberta, pois as demais, por se tratarem de perguntas fechadas, já se encontram em destaque nos resultados. Com as unidades das perguntas 18 e 19, construimos um mapa de tags com a finalidade de confrontar este resultado com o caminho percorrido em nossa fundamentação teórica, e certificar-nos que estas unidades estão contempladas (ver figura 8).

Figura 8 - Mapa de tags para elaboração das categorias



Fonte: Elaborado pela autora

Este processo mostrou-se de suma relevância, para reduzir ao máximo a perda de material e pela possibilidade de poder retornar sempre que necessário à unidade de origem, deixando a etapa seguinte, categorização, mais confiável.

A nossa opção de categorização foi pelo critério semântico. As categorias

teóricas foram contempladas nos achados empíricos, os quais também já vinham sendo discutidos na fundamentação teórica. Desta forma, procedemos ao aprofundamento da relação destas categorias com a EAD e os REA (ver quadro 17).

**Quadro 17 - Categorias temáticas e unidades de registro**

<b>Ações colaborativas relacionadas com o material</b>		
Produção	Compartilhamento	Restrição
<b>Unidades temáticas</b>		
Pesquisa	Divulgação	Comercial
Iniciativa	Distribuição	Direitos Autorais
Incentivo	Modificação	Autorização
Criações	Disponibilidade	Ressalvas
Produtos	Alternativas	
Prática	Repositórios	

Fonte: Elaborado pela autora.

Embora a neutralidade não seja possível, Moraes (1999) justifica

De certo modo, a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação (MORAES, 1999, p. 9).

Este percurso tem como finalidade guiar o nosso leitor para uma compreensão detalhada de toda análise, na tentativa de ser o mais neutro possível na elaboração das categorias, nas unidades temáticas e nas unidades de registro. Caso os nossos dados fossem fornecidos para outro pesquisador, este não sentiria dificuldade de chegar aos mesmos resultados, sendo esta uma condição básica para a análise de conteúdo.

#### **4.5 Categorias**

Este procedimento permite ao autor agrupar os dados para uma visão total das ideias apresentadas pelos sujeitos. A partir deste ponto é possível encontrar as semelhanças e agrupar os dados por categorias temáticas. Este momento é fundamental para se compreender o pensamento dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

#### 4.5.1 Ações colaborativas relacionadas ao material: produção

O universo desta pesquisa se refere a REA e sua localização dentro da EAD. Isto justifica o porquê do verbo “ação”, uma vez que a pergunta norteadora para esta questão é sobre a troca de material entre as IES, o que resulta em uma ação colaborativa sobre a produção de material, ou o compartilhamento deste, mas também sobre as restrições que emergem sobre esta prática.

Vamos partir de algo bem simples, conceituar produção, de acordo com o dicionário MICHAELIS: ato ou efeito de produzir, fabricação, manufatura, extração, geração, **coisa produzida naturalmente ou pelo trabalho**, produto, **obra literária** ou artística. As etapas da produção de material exigem do autor um envolvimento em pesquisa, projeto e desenvolvimento, validação (TRIMER, 2011). No decorrer da história da EAD, o livro texto e as apostilas foram se tornando uma formalidade, pois a web incorpora inúmeras possibilidades de construção dos conhecimentos, com a utilização de materiais digitais disponíveis na rede e também nas bibliotecas virtuais,

Com o surgimento das bibliotecas virtuais, abriu-se uma nova alternativa para o fornecimento aos alunos de textos validados pela academia e pelo mercado, garantindo-lhes um canal de aprofundamento sólido e reconhecido. Além da possibilidade de leitura em tela e da impressão de trechos importantes, a biblioteca virtual permite a pesquisa transversal de temas em livros de diversos autores e áreas, possibilitando aprendizado mais pluralista e conjunto (TRIMER, 2011, p. 315).

Portanto, ter disponível uma produção de qualidade, com autorização para ser utilizada dentro do sistema UAB, mas, também, de forma aberta para usuários que busquem acesso ao conhecimento, é parte de uma filosofia que incentiva o compartilhamento, cada vez mais disseminada no mundo, trabalhada por instituições como o MIT e a Open University – Reino Unido, entre outras. Sendo ou não adeptos desta prática, os nossos sujeitos ressaltaram algumas expressões para expressar a sua opinião sobre as práticas entre as IES. As mais utilizadas foram: **positivo, interessante, importante, melhoria, melhor, possibilidades, qualidade, relevante.**

Sampaio, (2013) o virtual é favorável para a produção colaborativa,

Marcada pelo vasto universo de ferramentas e ambientes favoráveis à produção colaborativa, pelo aumento da capacidade de disseminação da informação por meio de mecanismos não proprietários e alternativos, e ainda, pela diversidade da informação produzida, a economia das redes na era da informação pode prover mais autonomia e capacidade de julgamento crítico ao indivíduo. Pode ainda proporcionar novas reflexões sobre como viver sua própria vida e o que valoriza, dentro da perspectiva de um senso crítico mais apurado inclusive, para um aumento na qualidade de vida (SAMPAIO, 2013, p. 41).

As trocas de material nos remetem a uma postura colaborativa, mas, como estamos falando de IES federais, esta iniciativa depende de uma determinação registrada por documentos. No caso da disponibilização de material, é apenas uma orientação da CAPES como fomento à EAD. Neste cenário, surgem às vinculações com a colaboração e o compartilhamento do material.

#### 4.5.2 Ações colaborativas relacionadas ao material: compartilhamento

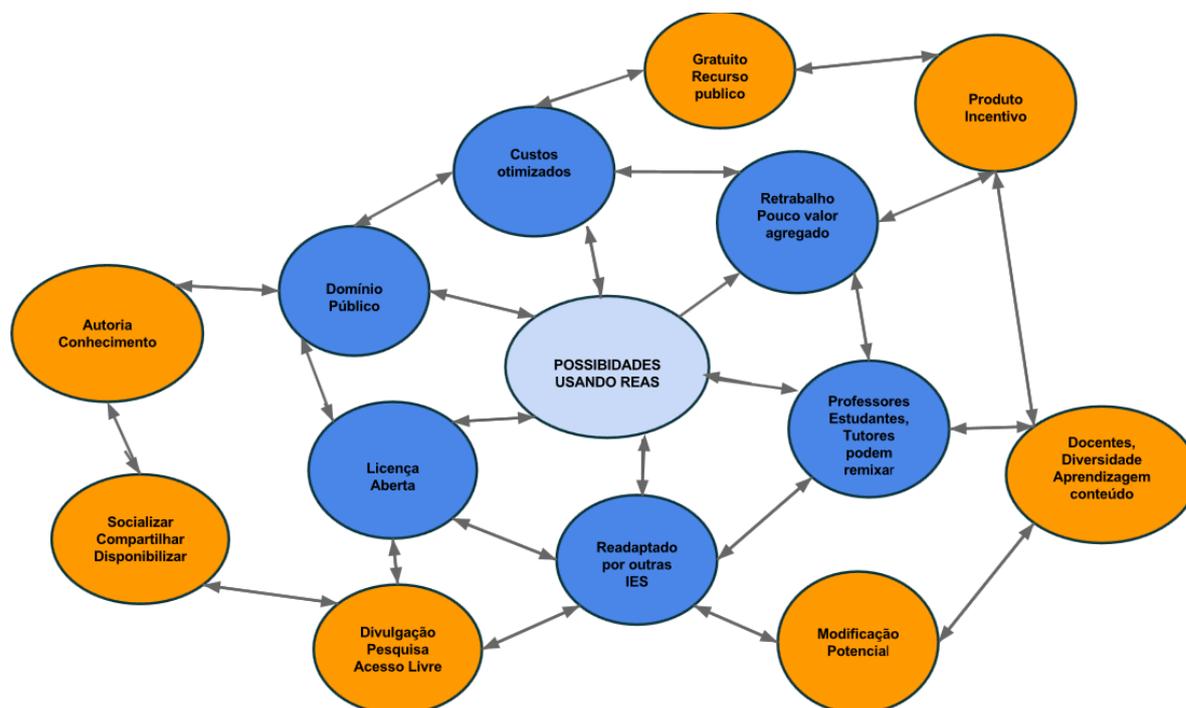
Após a fase de produção do material, este precisa ter visibilidade para justificar a sua existência. Na educação a distância, o material digital disponibilizado nas bibliotecas virtuais do ambiente de aprendizagem ajuda o estudante a interagir com o conhecimento, sem burocracia, uma vez que não existe limites de acesso, ou tempo limitado para o mesmo. Este material atende as exigências de qualidade da IES que o disponibiliza.

Atendendo a uma exigência do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), no seu artigo 7, cada IES deve produzir o material para os cursos que oferta, estando esta produção vinculada à avaliação dos cursos. Como compartilhar, de forma legal, a produção e atender aos critérios do Documento de Qualidade para o ensino Superior, atendendo a Lei de Direitos Autorais, se esta não permite modificações, remix?

Hoje o cenário da EAD é completamente diferente da data deste documento, a internet favorece outras formas de compartilhamento e colaboração. O movimento REA defende que todo material produzido com dinheiro público seja disponibilizado de forma aberta para o benefício de todos e a democratização da Educação. Este cuidado deveria ser uma preocupação do Estado, para que os conteúdos educacionais não sejam monopólio de entidades privadas, mas que possam ser

distribuídos, remixados e adaptados em todas em IEA (SERRA; RIBEIRO; PINTO, 2013) (ver figura 9).

**Figura 9 - Produção e Compartilhamento de material didático na UAB/associação de palavras do mapa**



Fonte: Adaptado de SERRA; RIBEIRO; PINTO (2013, p.344).

As categorias deste trabalho demonstram uma ligação de muita pertinência, produção e o compartilhamento estão intrinsecamente conectados por questões internas nas IES, por documentos que trazem direcionamentos no âmbito público, ou até mesmo por posicionamento individuais e afiliações a filosofias de democratização da Educação. Por isto agora vamos discutir outra vertente da prática colaborativa, isto é, as opiniões que se opõem a estas iniciativas.

### 3.5.3 Ações colaborativas relacionadas com o material: restrição

Esta categoria surgiu das preocupações ligadas aos direitos autorais e à comercialização das obras. Mesmo se tratando de um questionamento específico sobre a UAB, alguns sujeitos revelaram uma preocupação com a situação financeira do professor, e produções avaliadas para sua promoção profissional.

Todo autor tem o direito de escolher o destino que deseja para a sua obra, autorizando a sua reprodução artística, arranjo musical, tradução para outro idioma, bem como de ser citado como referência sempre que a sua produção for utilizada por terceiros ou por ele próprio, quando for o caso. Neste sentido a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, protege o autor, dando-lhe liberdade para tomar decisões relacionadas com a sua obra.

Os direitos autorais podem ser aplicados sobre uma diversidade de obras intelectuais, artísticas, culturais e criativas como teses, peças, obras literárias, filmes, coreografias, composições musicais, programações de som, pinturas, desenhos, esculturas, fotografias, programas de televisão e desenhos industriais.

No Brasil, grande parte das leis é baseada na Constituição Federal. O capítulo I, trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar (BRASIL, 1988).

O capítulo III, da Lei de Direitos Autorais é dedicado aos direitos morais e patrimoniais do autor. O texto do Art. 22 explica: “Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou” e entre eles estão: direitos sobre o uso do seu nome; pseudônimo; conservar a obra inédita; ter direito a exemplares raros; direitos de modificação do original; e outros. Entre os direitos patrimoniais, estão a reprodução da obra, tradução, distribuição, representação, musicalização e muitos outros. O “intuito maior é garantir àqueles que criaram uma compensação e um estímulo para que continuem criando” (Lei 9.610).

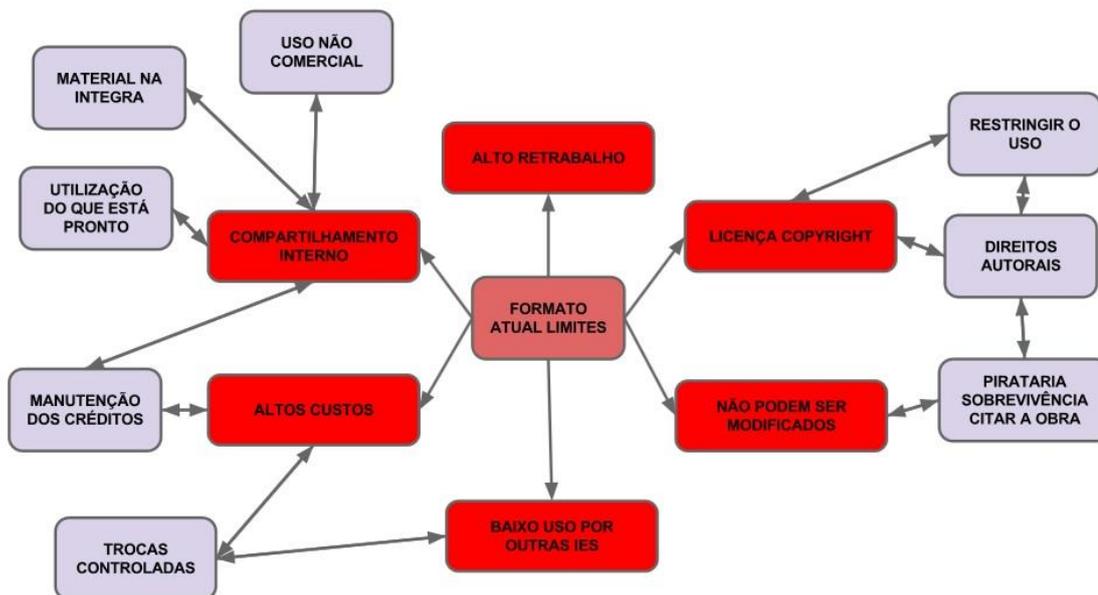
Muitas vezes o autor, fica na dependência de outros, Machado coloca a situação

No sistema de distribuição convencional de obras literárias ou musicais, o autor tem de recorrer a um editor. É este quem possui os meios de fixar a criação em suportes para sua distribuição. Se a obra é comercialmente interessante ao editor, este pode negociar com o autor a transferência de direitos através de um contrato, cada cópia *legal* da obra. Somente essas cópias podem ser comercializadas no mercado. Trata-se de uma espécie de casamento onde, em troca da

difusão da obra e um possível ganho financeiro, o autor concede ao editor o direito de explorar sua comercialização. Em geral, a transferência de direitos é sempre exclusiva, estabelecendo um sistema monopolista de comercialização. Sem concorrência na produção, cabe somente ao editor fixar o preço a ser cobrado, o que tende a ser o mais elevado possível. Isso permite que ele simplesmente deixe de produzir a obra, ao mesmo tempo em que também empela outros de o fazer (MACHADO, 2008, p. 247)

Mas, em muitos casos, os direitos são vendidos pelos autores a grandes empresas culturais, de produção, comercialização e distribuição, para que sua obra possa ter visibilidade. Com isto, a remuneração tão reivindicada e necessária, não acontece da forma esperada, deixando à margem do processo o principal elemento, ou seja, o criador da obra. A visibilidade de uma obra e a sua divulgação podem fazer diferença tanto para o público que a acessa como para o autor da mesma. O autor precisa ter a segurança que sempre que a sua obra for utilizada de forma inadequada haverá punição com o amparo da lei.

**Figura 10 - Restrições a produção e ao compartilhamento de REA/UAB**



Fonte: Adaptado de SERRA; RIBEIRO; PINTO, 2013, p.344.

Numa tentativa de minimizar esta situação a Lei 9.610, que regula os Direitos Autorais, de 19 de fevereiro de 1998, permite que pequenos trechos da obra sejam copiados, por se tratar de uma informação que leva a diversas interpretações, inclusive por apresentar a criminalidade para interpretações errôneas. Por isto a Lei

nº 10.695, de 1º de julho de 2003 (BRASIL, 2003), faz uma reforma da Lei de Direitos Autorais:

§ 4º-O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º não se aplica quando se tratar de exceção ou limitação ao direito de autor ou os que lhe são conexos, em conformidade com o previsto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, nem a cópia de obra intelectual ou fonograma, em um só exemplar, para uso privado do copista, sem intuito de lucro direto ou indireto (BRASIL, 2003)

Com a modernização tecnológica, a utilização das obras disponíveis nos meios eletrônicos tornou-se uma prática comum, com uma qualidade onde quase não se diferenciam o original da cópia, com custos praticamente nulos (BRANCO Jr., 2007, p. 6). Se estas obras não têm permissão do autor para tal uso, constituem um crime previsto em lei.

O que nós defendemos neste trabalho é que os autores possam fazer uso de licenças abertas, transformando os seus trabalhos em REA e tendo sempre o amparo da lei em relação aos seus direitos autorais e patrimoniais.

#### 4.5.4 Questionários e perfil dos sujeitos

Durantes a análise dos dados, algumas respostas fornecidas pelos professores despertaram muita curiosidade, o que resultou em um trabalho extra, que não estava programado no início dos trabalhos. O perfil de alguns sujeitos necessitava ser corroborado com informações adicionais, principalmente no que se referia ao conhecimento e a produção dos REA.

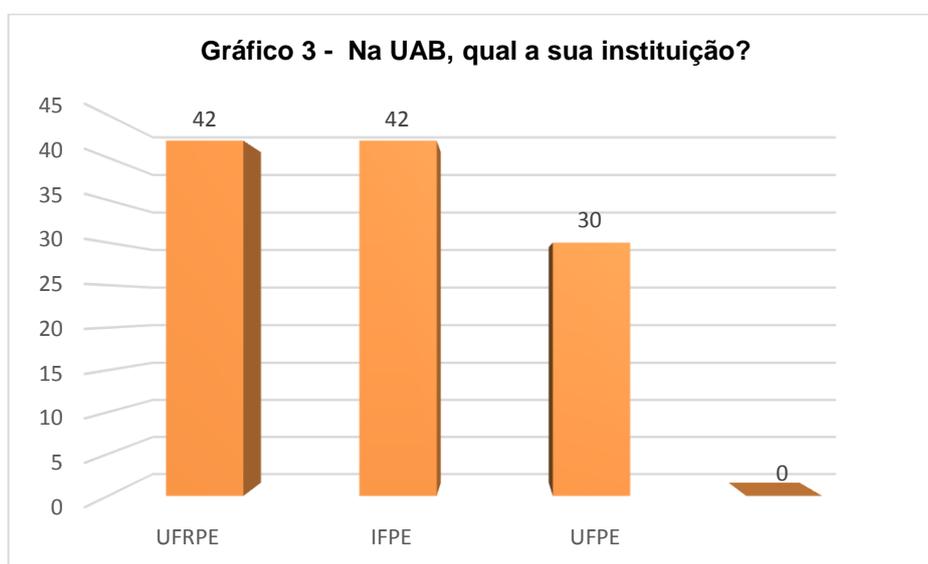
Nas perguntas sobre o conhecimento de REA, os sujeitos que declararam conhecimento extremo, desconheciam termos como *Copyright*, o que não era muito coerente, embora o contrário fosse totalmente possível. Outro caso curioso foi o dos sujeitos que declararam produzir REA, quando, em outra resposta, declararam não conhecer os REA.

Assim, foi necessário recorrer a um aprofundamento das análises, para aumentar o nível de confiabilidade nas respostas, pois não queríamos apenas exibir resultados, mas ter certeza que eles eram a expressão da verdade. Nestes cruzamentos das respostas, verificamos que alguns sujeitos não tinham entendido a questão ou tinham respondido sem a sinceridade esperada e desejada.

Este trabalho extra ocupou uma fração de nosso tempo, que, apesar de não estar programado, teve uma importância fundamental para o entendimento da pesquisa, abrindo um leque de possibilidades para capacitações, cursos, tutoriais. Estes dados serão melhor explicitados nas análises que apresentamos a seguir.

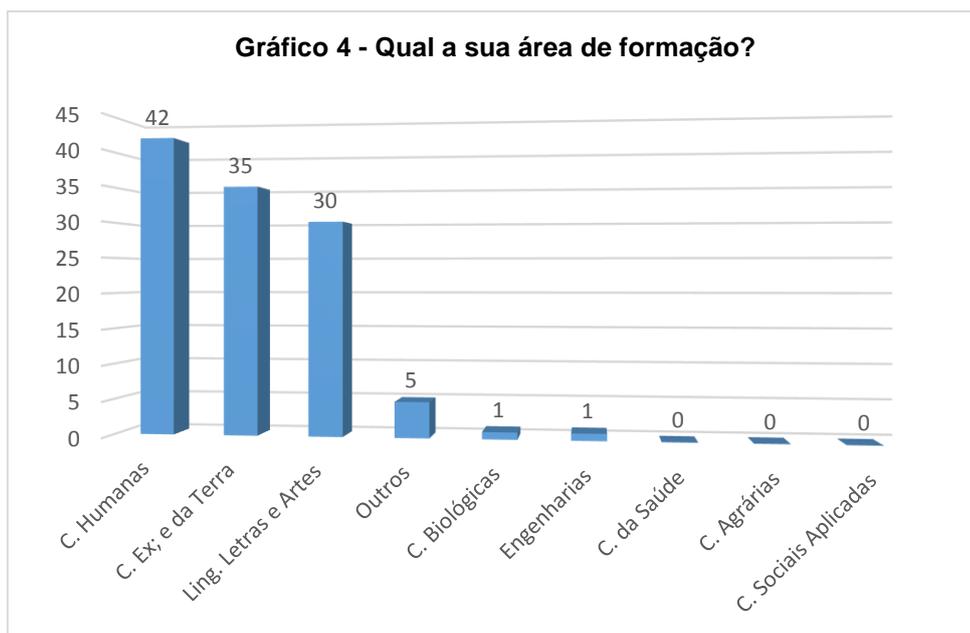
## 5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Com a base de dados organizada, as categorias definidas e leitura flutuante realizada, passamos à organização dos resultados. Escolhemos utilizar gráficos trabalhados a partir do programa Libre Office Cálculo. Alguns gráficos são acompanhados de tabelas com valores absolutos e percentuais, sempre em relação à quantidade de respostas válidas, considerando que os sujeitos foram bastante receptivos a nossa pesquisa o que nos dá uma margem de segurança satisfatória. Com a apresentação destes dados torna-se mais fácil a compreensão das análises realizadas com o cruzamento dos dados (ver gráfico 3).



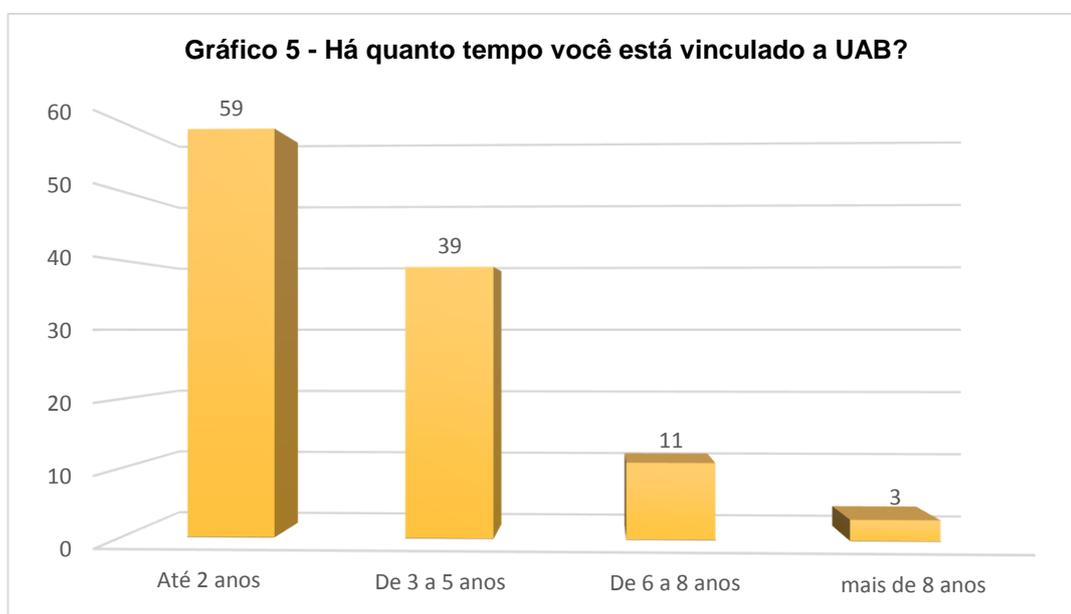
Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

O número de professores participantes de cada instituição permite um equilíbrio nos resultados, não deixando que as concepções filosóficas de uma instituição se sobreponha sobre a outra (ver gráfico 4, a seguir).



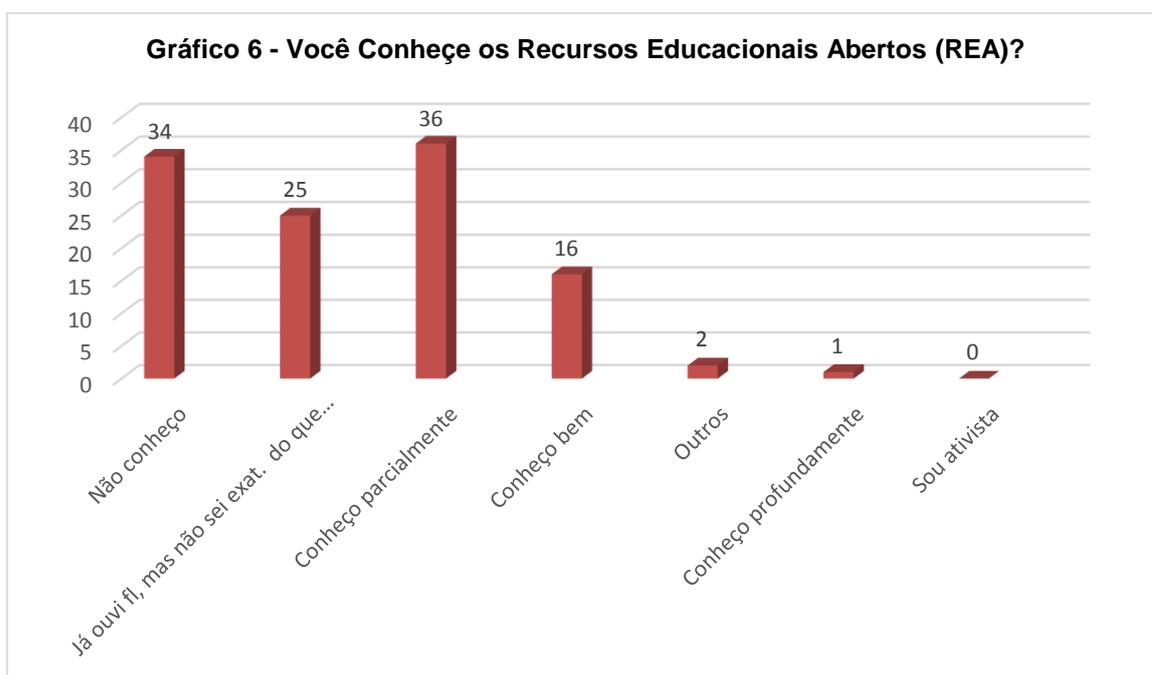
Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

A pergunta de número 3 (Na UAB, quais as suas disciplinas?) Não gerou gráfico, pois estava diretamente ligada à área de formação dos sujeitos. Depois da análise final, verificamos que esta poderia ser abolida, sem prejuízo para pesquisa. No gráfico nº 5, tratamos do tempo de vinculação ao sistema UAB.



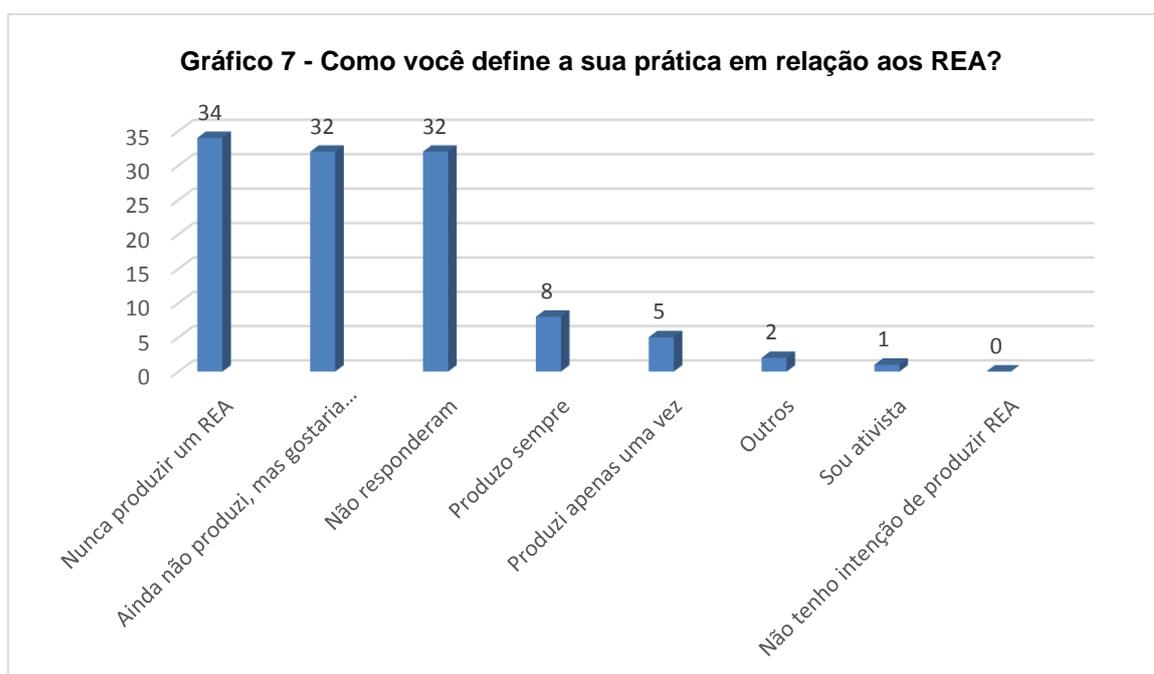
Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

É importante enfatizar que há uma grande rotatividade na EAD, principalmente por esta ser uma atividade na quais os professores com vínculo institucional não recebem bolsa para desempenhar as funções, mas é um complemento de sua carga horária (ver gráfico 6).



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

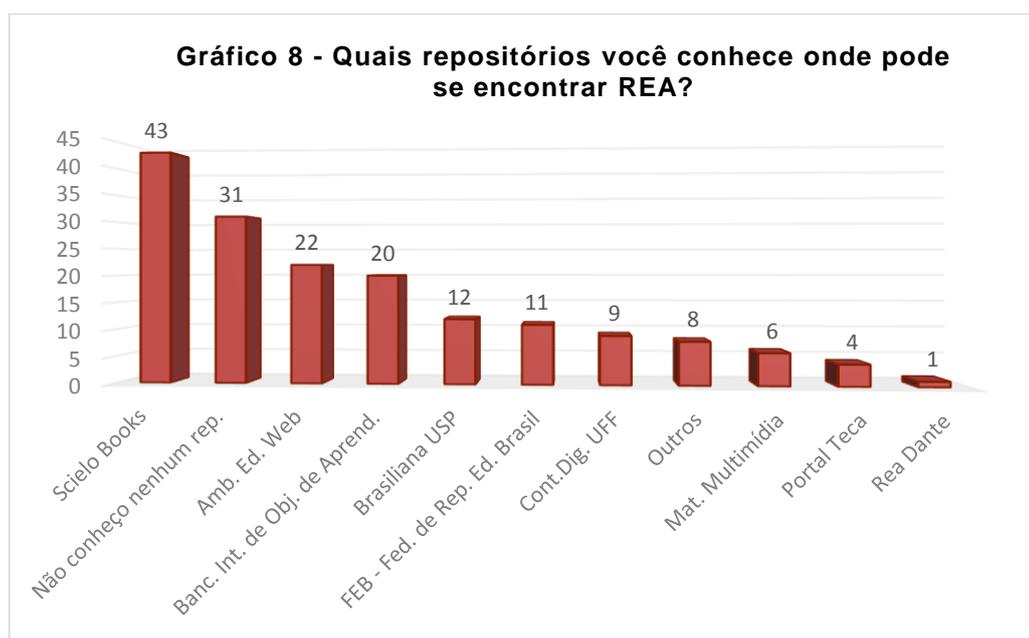
Se consideramos a similaridade entre os termos “não conheço, Já ouvi falar, mas não sei exatamente do que se trata, conheço parcialmente”, estaríamos falando de um termo desconhecido entre os docentes que participaram da pesquisa. Mas isto não implica que eles não tenham ou que não partilhem das ideias que permeiam a filosofia REA. Apenas que não têm conhecimento do termo como foi apresentado (ver gráfico 7).



Fonte: Dados levantados pela autora (2014)

Os resultados registram uma coerência entre as respostas, como foi declarado na pergunta anterior: a maioria dos professores não conhecem os REA. Desta forma, a prática não poderia ser muito diferente. O que consideramos mais importante no resultado desta pergunta é o desejo dos professores em produzir REA, estando em sintonia com o pensamento de que produções abertas podem ser uma vantagem para o trabalho acadêmico e para a visibilidade do professor.

Acreditamos que, em pouco tempo, os REA se tornarão conhecidos em todo o meio acadêmico, impulsionados pela velocidade que a internet impõe às publicações, além das publicações em congressos, dissertações e teses que tratam do tema (ver gráficos 8 e 9).



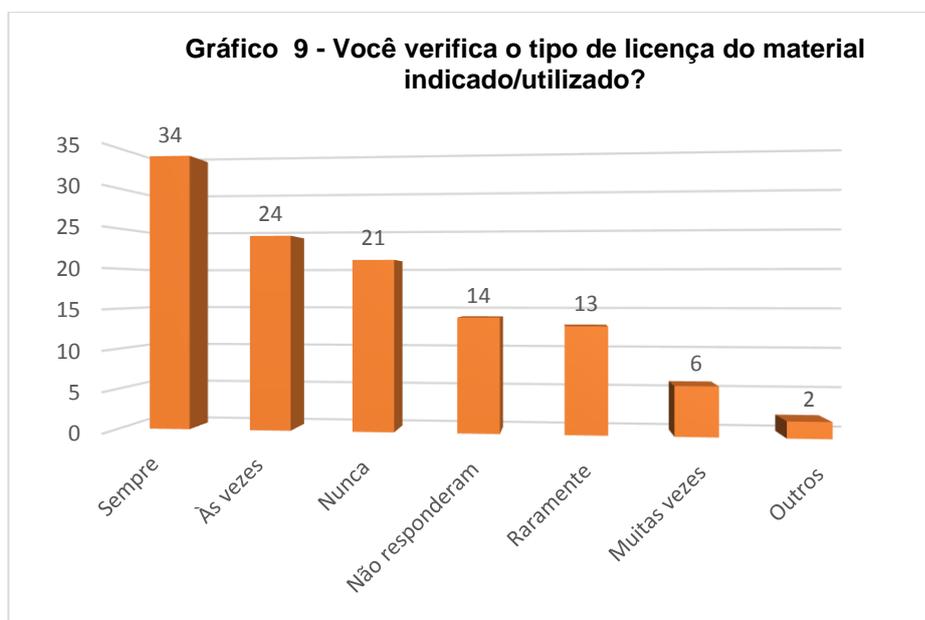
Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Esta pergunta era de múltipla escolha, o que explica os índices elevados de cada um dos itens

Este bloco de perguntas 09, 10 e 11 busca mapear a origem e o tipo do material selecionado pelo professor para as suas aulas. A internet desempenha um papel fundamental, pela praticidade, agilidade e quantidade e variedade de produções que disponibiliza para professores.

Esta prática apresenta outros elementos que devem ser considerados: o

custo, a conservação do material e, principalmente, contempla as novas formas de aprender e ensinar, uma vez que todo este material pode ser acessado por dispositivos móveis, ou projetado em lousas digitais, favorecendo o trabalho colaborativo entre os alunos, que podem utilizar os diversos recursos da internet para estudar, sem necessidade de deslocamento físico



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Consideramos várias possibilidades quando perguntamos se o professor conhece repositórios, inclusive porque este não é um termo familiar. Por isto oferecemos um leque de possibilidades e verificamos que Scielo Books apresenta um bom nível de acesso, o que significa indiretamente que o professor utiliza REA, mesmo sem saber, confirmando a nossa hipótese inicial

Para aprofundar o entendimento dos dados, a fala dos sujeitos é um dado importante que nos leva a compreender a melhor suas posturas diante do objeto pesquisado.

Sujeito 57: essencial, agora que sei que existem esses repositórios, vou pesquisar ao montar minhas disciplinas, e, se possível, contribuir com meu material.

Sujeito 11: Toda a produção deve ser compartilhada, porém existe pouco suporte para um compartilhamento inteligente. Precisaria inclusive compartilhar situações de formação.

O fato dos professores não estarem preocupados com as licenças dos trabalhos de terceiros que utilizam, foi uma surpresa. É como se todas as licenças

fossem abertas. Mas isso também valeria para as suas produções disponibilizadas na rede?

Alguns sujeitos revelaram uma preocupação com a utilização das obras, como podemos observar nas falas seguintes:

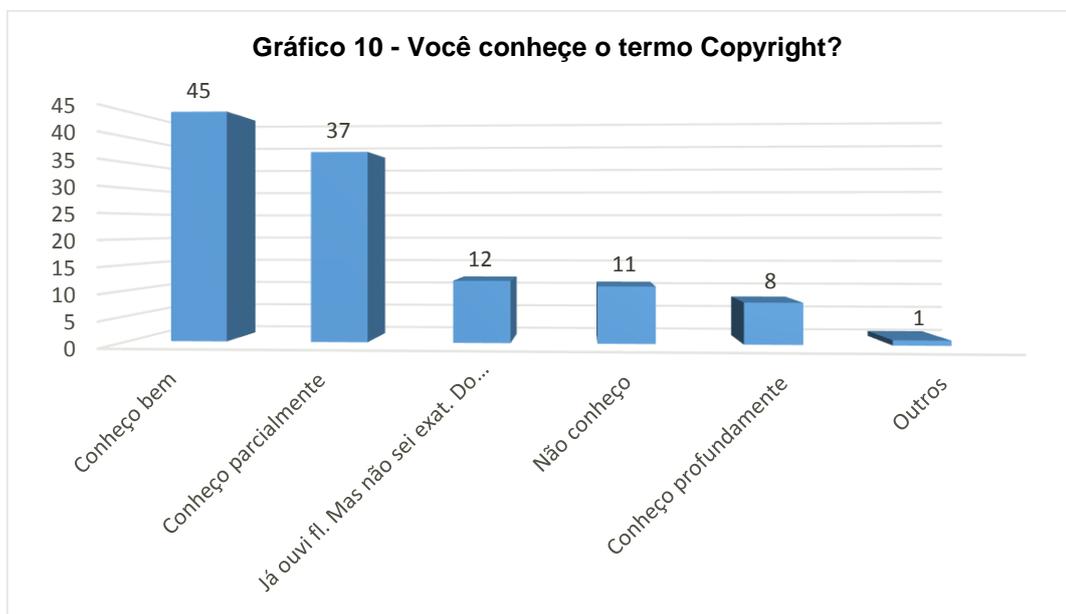
Sujeito 42: Acredito ser importante a colaboração entre os educadores, desde que respeitem a íntegra do material trabalhado.

Sujeito 59: Acho interessante, mas sem alterações e uso comercial.

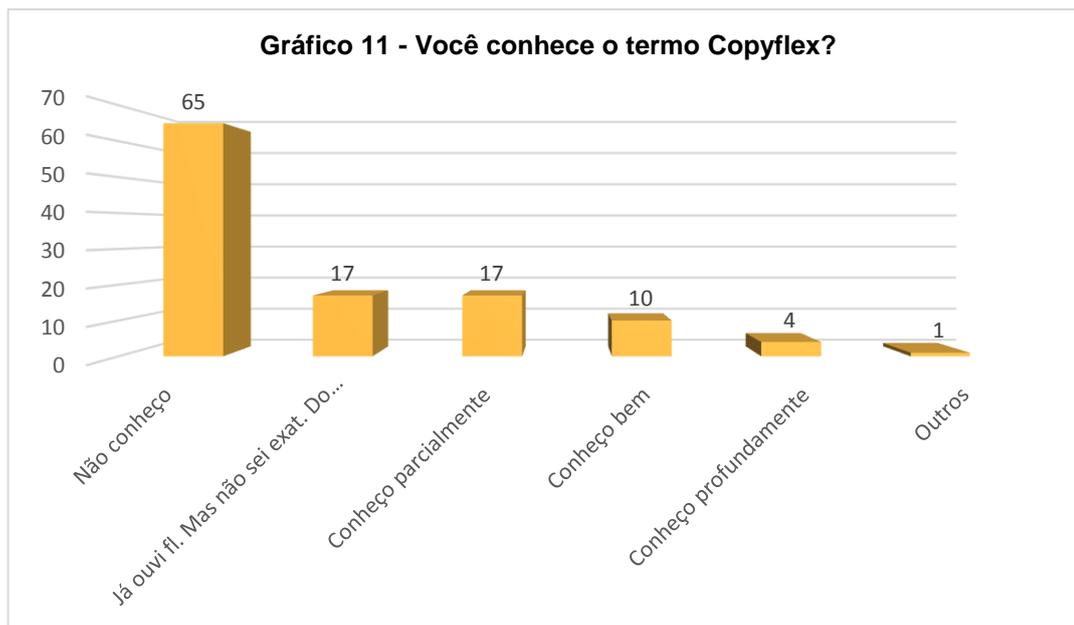
Sujeito 74: Acredito nas práticas colaborativas, porém tenho ressalvas.

Sujeito 82: Penso que as práticas colaborativas são importantes e devem ser praticadas, contudo deve-se também respeitar e referenciar a autoria dos materiais.

Quando tratamos de copyright, o índice de conhecimento é diferenciado, pois trata-se de um termo utilizado, não apenas nas produções escritas, mas em filmes, vídeos e que circula desde dos tempos da Rainha Ana, na Inglaterra (ver gráficos 10 e 11).

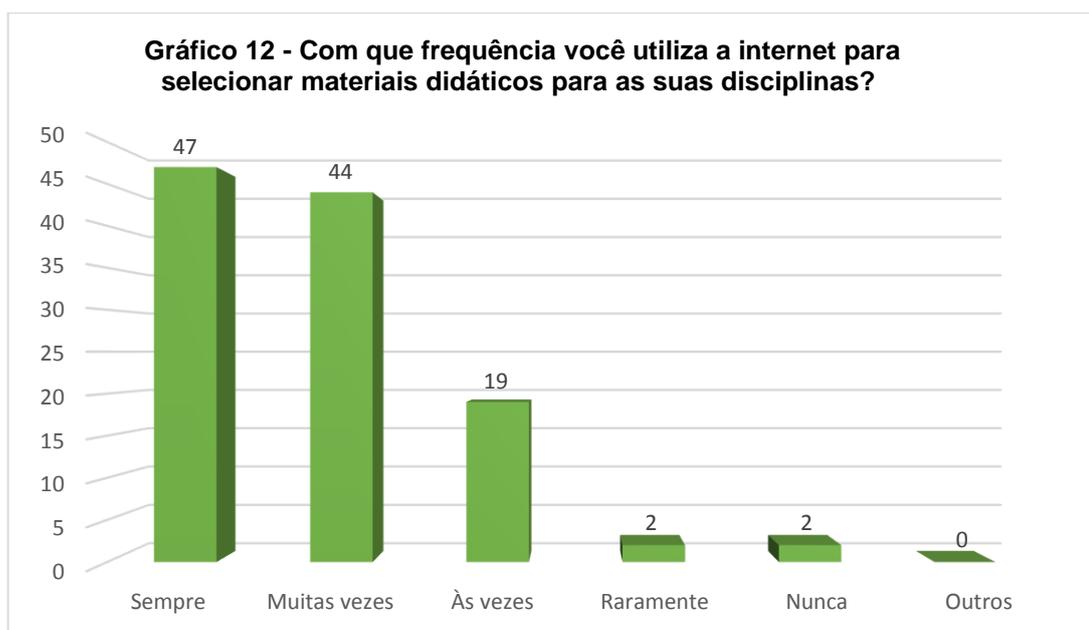


Fonte: Dados levantados pela autora (2014).



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

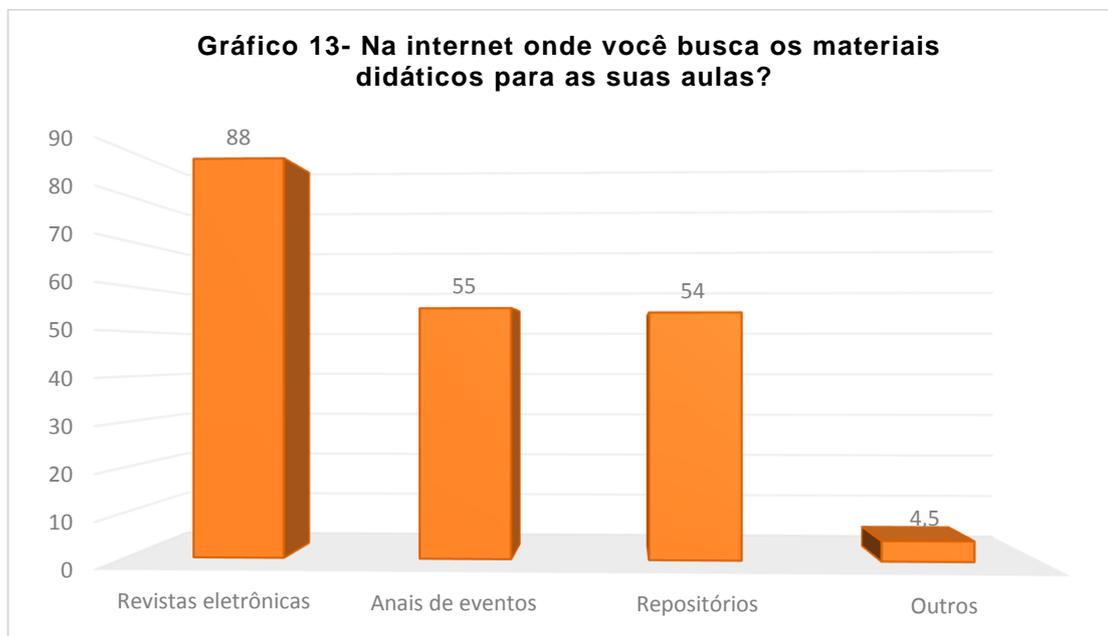
Os Gráficos, 12, 13, 14, 15, estão diretamente relacionados com a prática do professor, quem materiais prefere, onde e como faz as suas pesquisas para estruturar as suas disciplinas. Considerando que estamos no campo da EAD, o espaço virtual esperamos que a internet fosse amplamente utilizada. O que é muito abre portas para a utilização dos REA.



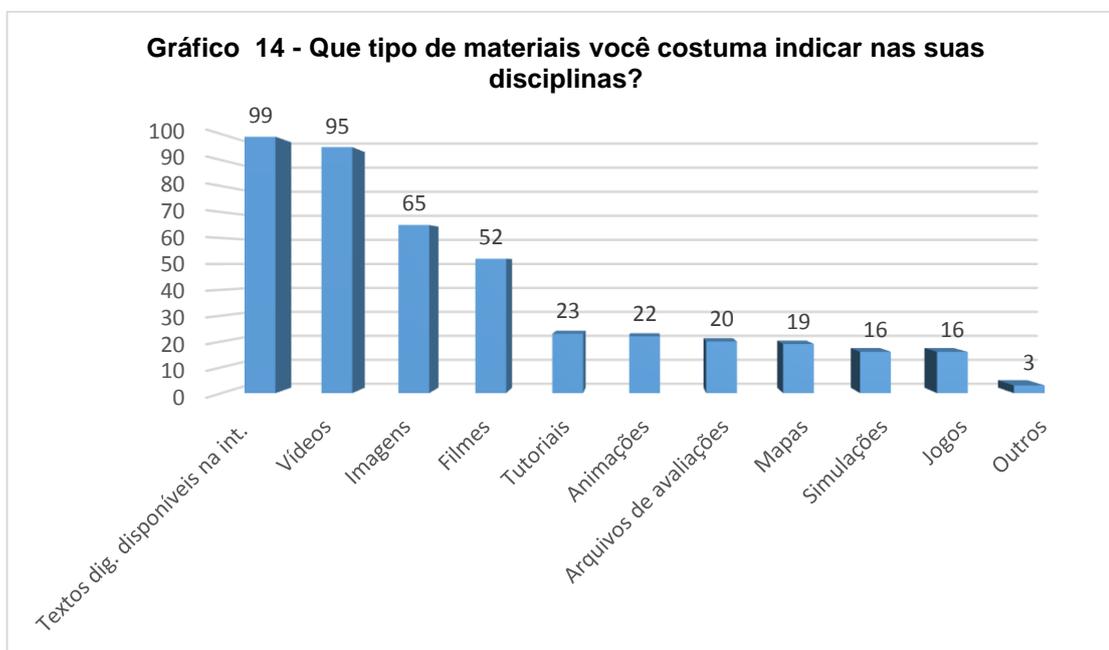
Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Quando a opção é a internet, a preocupação deve ser pelo uso legal dos

recursos encontrados, pois nem tudo que está na rede, é aberto. Mas ainda é muito tímida a divulgação de material sem restrições de uso.

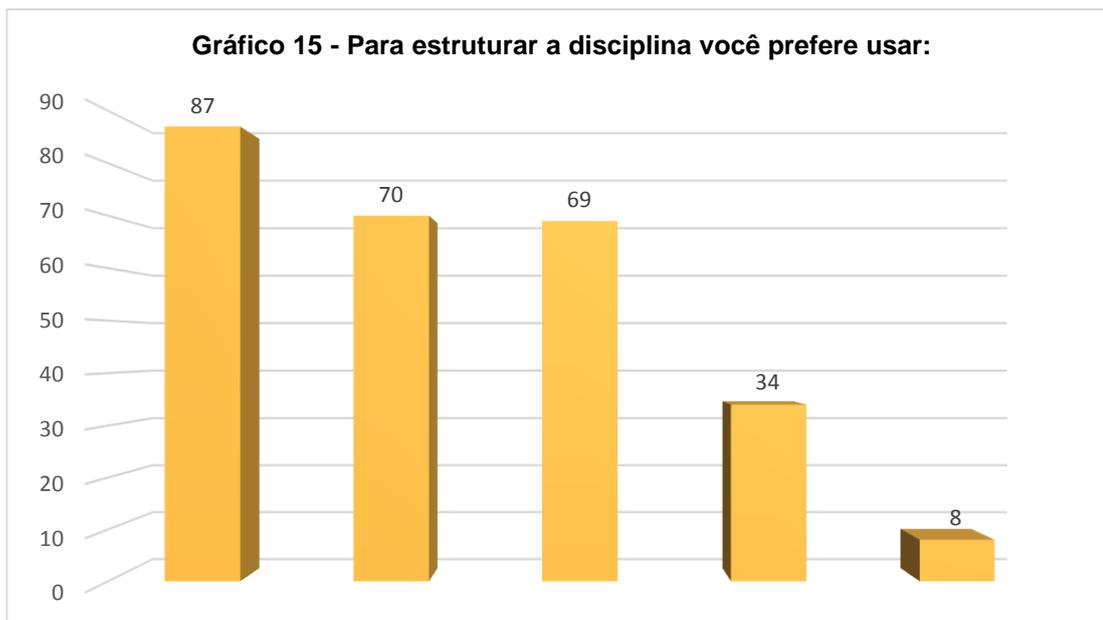


Fonte: Dados levantados pela autora (2014).



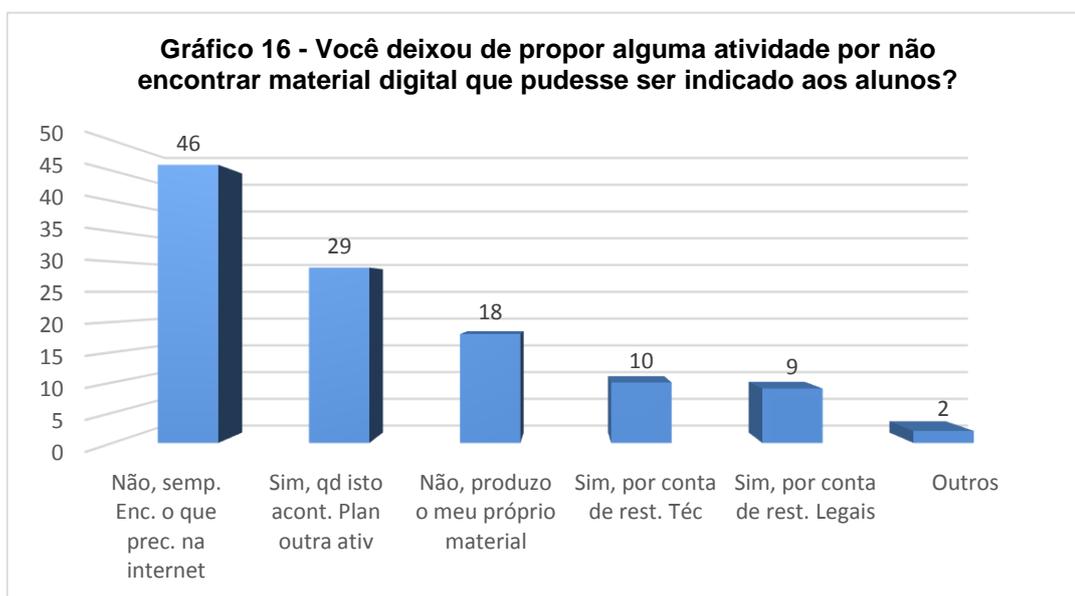
Fonte: Dados levantados pela autora (2014)

Os gráficos 13, 14 e 15 foram gerados a partir de perguntas de múltiplas escolhas.

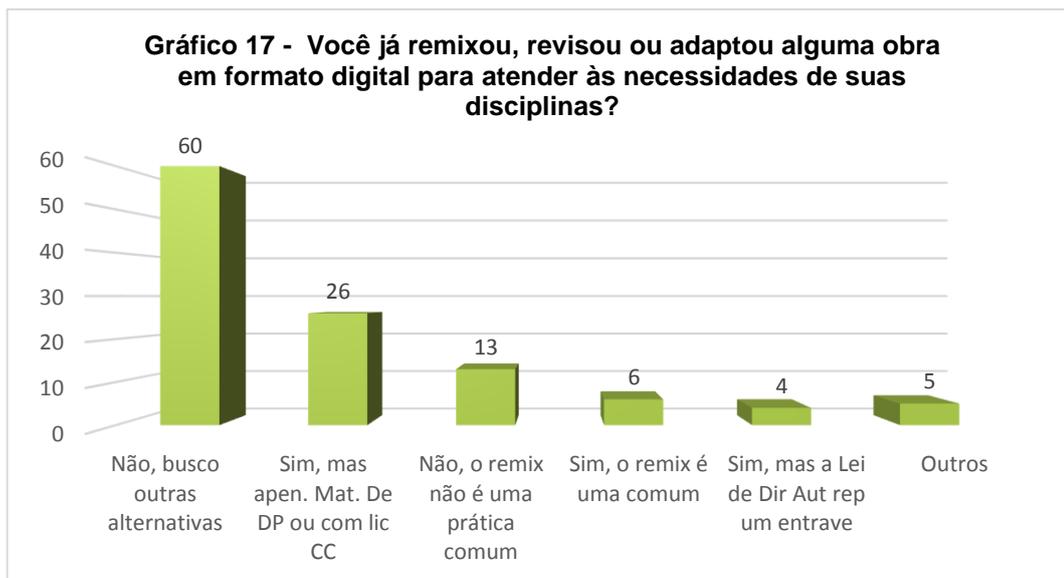


Fonte: Dados levantados pela autora (2014)

Os gráficos 16 e 17, nos ajuda a entender como os professores agem diante das limitações técnicas e legais.



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Uma disciplina deve disponibilizar recursos diversificados para estimular os alunos e atender as especificidades de aprendizagem, no ambiente virtual isto é ainda complicado, pois outros fatores como uma boa conexão de internet interfere diretamente neste processo.

A opção de utilizar o material no seu formato original é sempre considerada em primeira instância pelos professores, o remix é uma prática ainda pouco utilizada, seja por restrições técnicas ou legais porém é uma alternativa para as seguintes situações:

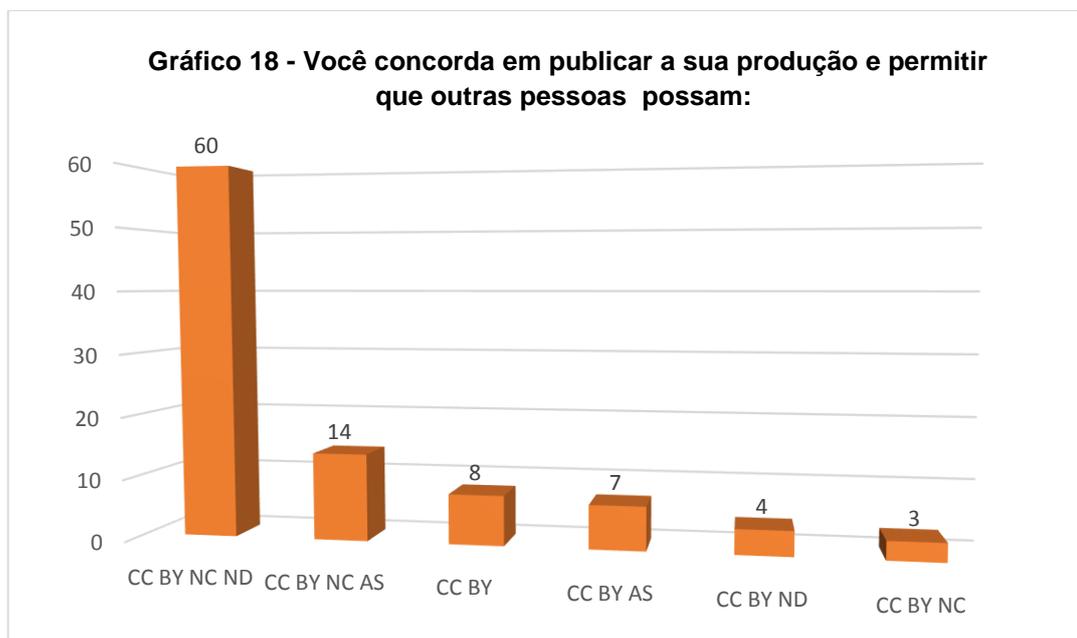
**Sujeito 29:** Acho fundamental, já que um dos problemas mais sérios da UAB é a falta de material didático adequado ao trabalho a distância.

**Sujeito 36:** Vejo como uma alternativa importante em situações como, por exemplo, a da minha instituição que não tem material disponível para todas as disciplinas.

Outra consideração que achamos pertinente fazer: remix nem sempre é simples. Combinar materiais, às vezes, produzidos em formatos distintos, exige um tempo que, em muitas situações, o professor não dispõe. Isso faz com que o que já está pronto na rede seja considerado mais adequado para uso.

Quando perguntamos ao professor sobre a forma como concordariam em disponibilizar suas publicações, queríamos entender as posturas destes em relação a produção que é feita dentro do meio acadêmico e que pode ser o diferencial para outras pessoas, já que pesquisar na internet é uma prática bastante comum. (ver

gráfico 18)



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Disponibilizar a produção no formato mais fechado não é um avanço para o que já temos. O diferencial está em compartilhar a produção com o formato que permita o remix e adaptações a contextos distintos. É nesta particularidade que está o potencial REA.

A comunidade REA, não considera as obras publicadas com a atribuição ND, como REA, é importante que o autor compartilhe a sua produção com a finalidade de ser aproveitada em diversos contextos educacionais, contemplando ensino, aprendizagem e pesquisa.

A filosofia que desejamos compartilhar foi bem defendida na fala seguinte:

Sujeito 37: O ideal seria que toda produção, no nosso país, se tornasse patrimônio cultural público. Inclusive, sendo disponibilizado e socializado virtualmente, sem restrições de publicações e acesso, visando à formação do ser humano. Muito mais, quanto à socialização dos materiais construídos pelas IES, pois, ampliaria a possibilidade de se ter materiais atualizados, respaldado em pesquisas, uma vez que o objetivo é o desenvolvimento cultural do país, e não da instituição de ensino. Inclusive, em nosso país, não há de fato a "Universidade Aberta", no termo legal. A que há com este nome "UAB", se restringe aos que passam no vestibular. Logo, não é aberta, é fechada. O MEC disponibiliza "cursos abertos", mas, o valor do certificado ainda é alto para a realidade de muitos brasileiros.

Com as duas perguntas abertas no questionário, foi possível gerar

tabelas com os dados das categorias temáticas. Com estes números é possível identificar que o compartilhamento é sempre muito bem aceito pelos professores, mas que para isto possa acontecer na realidade se faz necessários indivíduos dispostos a produzir de forma aberta. (ver pergunta 18)

18º) Qual a sua opinião sobre as práticas colaborativas que fomentam a educação, através das trocas de material entre as IES que ofertam cursos pela UAB?

**Tabela 1: Dados Absolutos da questão 18**

<b>AÇÕES COLABORATIVAS RELACIONADAS AO MATERIAL</b>		
<b>PRODUÇÃO</b>	<b>COMPARTILHAMENTO</b>	<b>RESTRIÇÃO</b>
38	60	12

Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

19º) Você tem alguma sugestão para aumentar a oferta de material de ensino, aprendizagem, pesquisa e avaliação para a UAB?

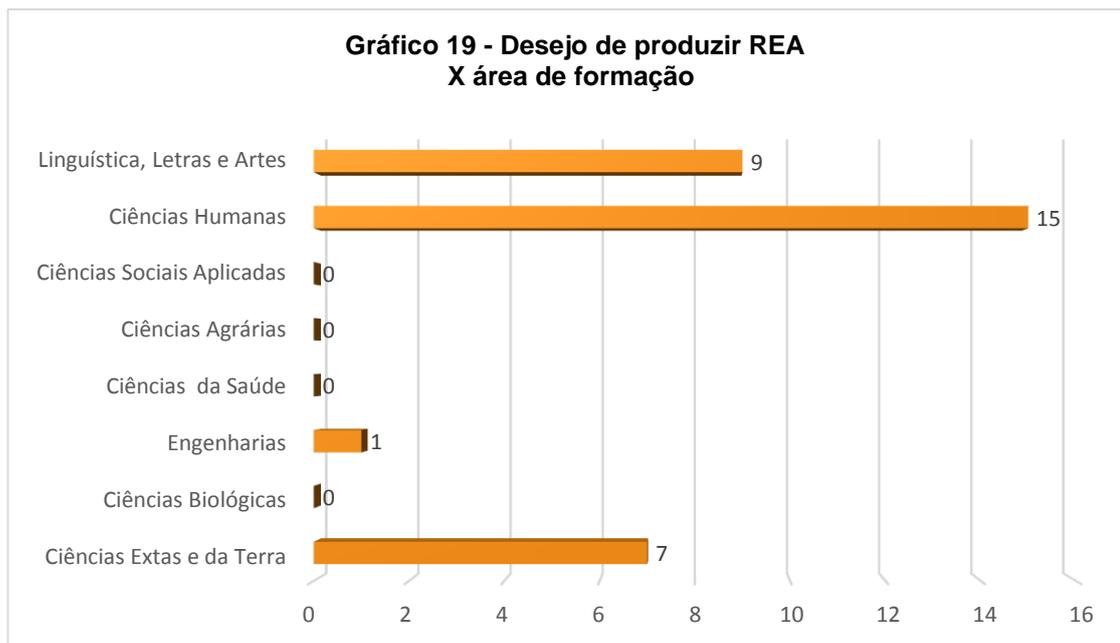
**Tabela 2: Dados Absolutos da questão 19**

<b>AÇÕES COLABORATIVAS RELACIONADAS AO MATERIAL</b>		
<b>PRODUÇÃO</b>	<b>COMPARTILHAMENTO</b>	<b>RESTRIÇÃO</b>
19	53	

Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Ao elaborar os gráficos, verificamos que, para responder aos objetivos da pesquisa, era necessário cruzar as respostas, buscando um significado mais profundo para entender como acontecia, ou não, a utilização de REA, no Ensino Superior a Distância UAB nas IES Federais de Recife. Apresentamos os resultados, em consonância com Okada, (2007) que Educação aberta deve promover o acesso criando oportunidades de aprendizagem ao longo da vida em locais distintos, com opções de metodologias e conteúdos diferenciados, que atendam às necessidades de todos.

- 1 - Os 32 sujeitos que disseram que ainda não produziam REA, mas que gostariam de fazê-lo, estão distribuídos pela seguinte área de formação (ver gráfico 19, a seguir).

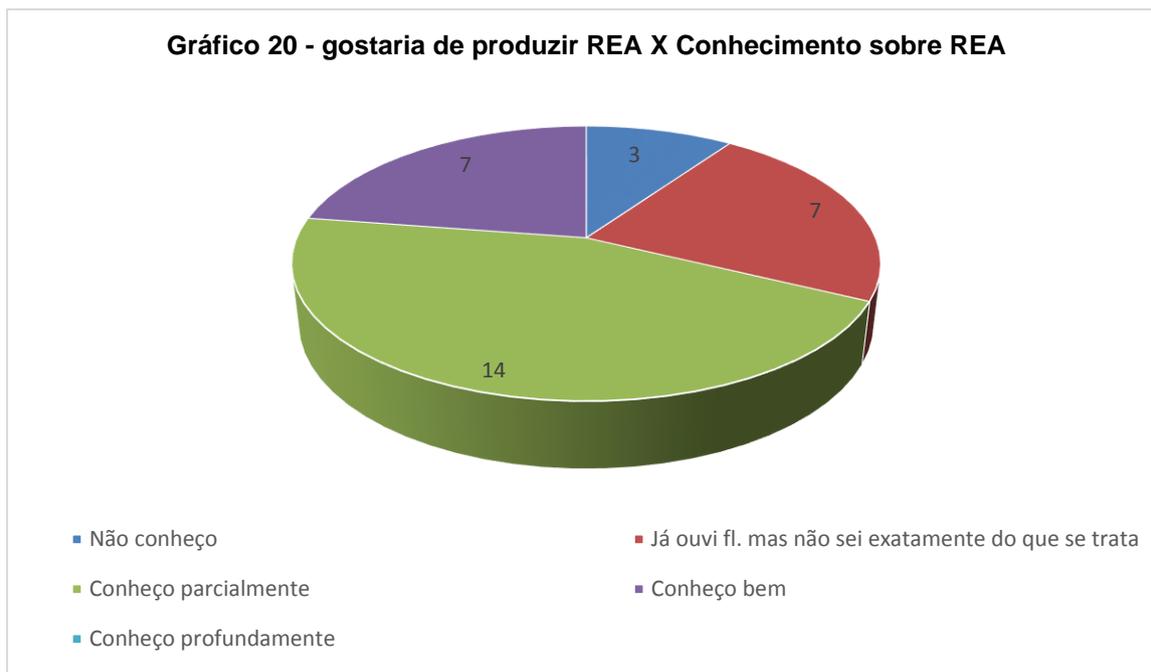


Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Os docentes com formação na área de Ciências Sociais, já são imbuídos de características da filosofia humanista, que permeia os REA, motivo pelo qual não se configura uma surpresa que estes, apesar de ainda são serem produtores, demonstram interesse em concretizar esta ação. Isto não implica que os docentes de outras áreas não partilhem da mesma ideia, mas como os números mostram este percentual é bem menor.

É possível que a disponibilidade para produzir material esteja relacionada com as possibilidades de *“un conocimiento intercambiable, acumulativo, colaborativo, que puede ser compartido, transferido y convertido en un bien público”* (COBO, 2007, p.102).

2 - Dos 32 sujeitos que disseram que gostariam de produzir REA, verificamos qual o nível de conhecimentos deles em relação aos REA (ver gráfico 20).



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Sabendo que os REA surgiram no Brasil no ano de 2008, podemos considerar um movimento em fase de conhecimento e expansão, sendo compreensível que poucos docentes estejam de fato envolvidos e comprometidos com a sua missão. Esperamos que esta seja uma realidade em curso de transformação e engajamento de muitos profissionais na missão REA, que é “promover a inovação em políticas públicas de educação, e na forma de pensar e garantir o acesso ao conhecimento necessário à Educação de qualquer indivíduo” (REA Brasil). A Declaração de Acesso Aberto à Literatura Científica (BRASIL, 2005) explica bem esta situação, quando cita que muitos profissionais fazem suas publicações em revistas científicas sem fins lucrativos, com a finalidade de contribuir para a difusão do conhecimento e contribuir com outros profissionais, fazemos uma ligação com os sujeitos de nossa pesquisa, que responderam que “ainda não produziam, mas gostariam de fazê-lo”, de acordo com SANTOS et al. (2013, p. 275) a docência online oferece uma multiplicidade de recursos e neste sentido os REA, devem ser pensados a partir da coletividade, pois estes só fazem sentido quando trabalhados dentro de um contexto multidirecional, todos produzem, todos compartilham, criando uma rede.

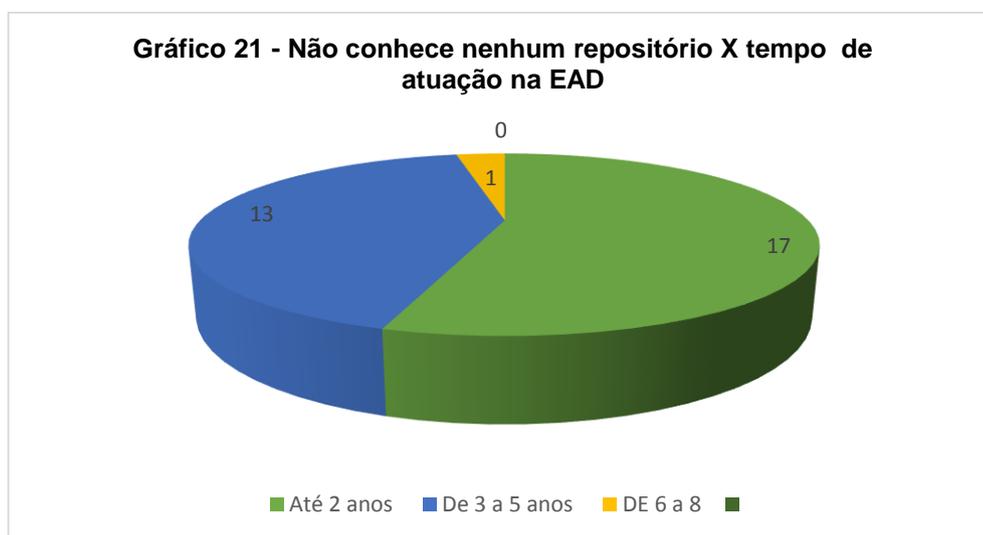
Atuar neste contexto, expressando o desejo de produzir REA, revela um perfil colaborativo e intrínseco deste movimento. Mas ainda é preciso muito trabalho, para que esta intenção se transforme em realidade.

Tomar conhecimento do seu papel na sociedade e passar a agir em prol deste comportamento é uma reflexão que o movimento REA propõe, na perspectiva de ampliar e incentivar o uso de boas práticas que reduzam as barreiras técnicas e legais que impedem o movimento de crescer. Esta é uma ideia que já foi aqui amplamente defendida pelos autores que fundamentam este trabalho.

Conhecer o movimento e entender a sua proposta de promover acesso a materiais que possam favorecer o processo educacional formal e informal, entender as suas licenças com profundidade, ou pelo menos no nível de utilização, permite a professores, alunos e pesquisadores trabalhar com toda a abundância de material disponível em formato digital, que está na rede.

Nesta mesma questão encontramos um dado muito relevante: 34 sujeitos, simplesmente não responderam à pergunta, embora a questão oferecesse um leque de respostas que incluíam até “não tenho intenção de produzir REA”. Não faremos inferência sobre este dado, pois não encontramos um suporte teórico que nos remeta a este silêncio.

- 3 - Dos 31 sujeitos que disseram não conhecer nenhum repositório, verificamos há quanto tempo atuavam na EAD (ver gráfico 21, a seguir).



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Os cursos da EAD/UAB são desenvolvidos em plataformas online, nas quais os professores estruturam as suas disciplinas. É possível que o docente, ao responder esta questão, não tenha feito a interpretação correta do termo “repositório”, uma vez que a própria página da Associação Brasileira de Educação a

Distância, por seu presidente, Frederico Litto, disponibiliza uma lista de sites de REA, e vamos mais além com todo o material disponível na rede, alunos e professores, certamente utilizam recursos, sem que tenham o conhecimento de que se trata de repositório de REA, ou de material que trazem esta filosofia embora não estejam licenciados como tal.

De acordo com SANTOS (2013), encontramos muitos materiais disponíveis na internet que embora não tenham uma licença que os caracterizem como REA, nem estejam em repositórios, têm a filosofia REA, estas iniciativas se enquadram nas iniciativas governamentais de disponibilizar conteúdos multimídias e também em atitudes individuais, então podem ajudar a compensar a falta de recursos para o ensino e aprendizagem.

Os repositórios são uma concretização do mundo digital, possibilitando trocas de forma colaborativa e intensificando as relações através da rede de computadores, disponibilizando produções. São “redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informações a partir de conhecimentos acumulados nos nós dessas redes” (CASTELLS, 2005, p. 19). Novas ideias são produzidas, beneficiando a muitos (SILVEIRA, 2012) e poderiam ter a sua utilização mais divulgada e estimulada entre professores e alunos.

A Educação a Distância é composta por grande cenário de profissionais, tutores, professores conteudistas e executores. Estes, são bolsistas, não têm vínculo empregatício. Acreditamos que este é um dos motivos pelos quais a rotatividade do sistema é tão grande (SILVA, 2012). Esta é uma questão que inquieta muitos profissionais que atuam na EAD, pois o vínculo empregatício ainda é muito valorizado na nossa cultura.

- 4 - Dos 31 sujeitos que disseram não conhecer os repositórios, após verificar o tempo que estavam na EAD, tiveram suas respostas cruzadas com a área de atuação dos mesmos. Um sujeito não especificou a sua área de formação (ver gráfico 22).

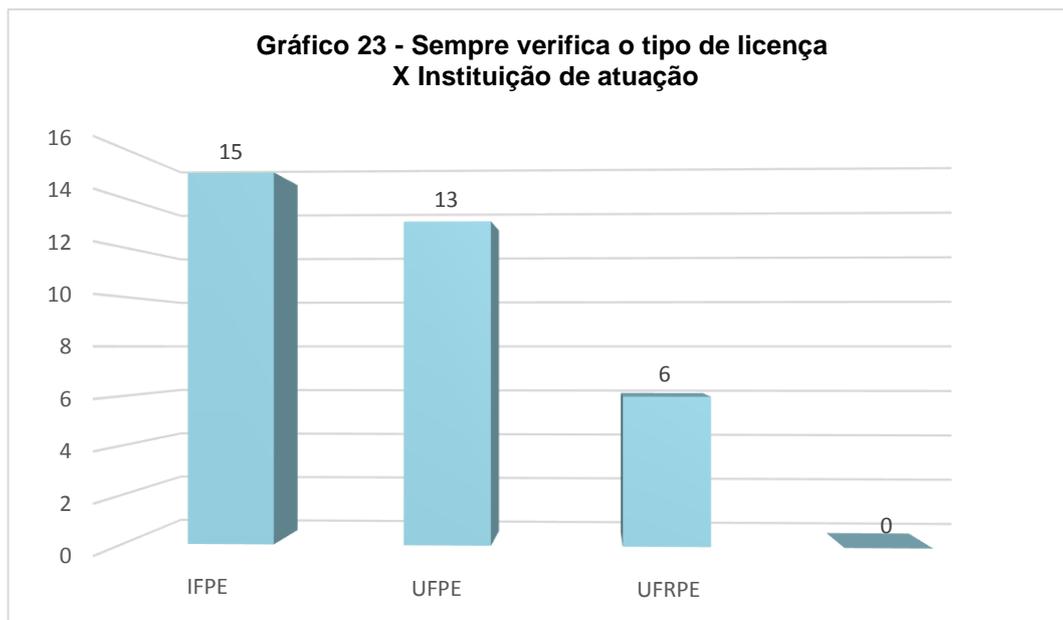


Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

O fato de conhecer os repositórios pode se apresentar como uma vantagem na hora de estruturar as disciplinas, mas esta busca por material disponível pode estar ligada ao domínio da tecnologia e a postura filosófica da instituição. A proposta da EAD é democratizar a educação superior e a formação de professores, porque a Educação como um direito humano, permite que pessoas, além de ascenderem a outros direitos, têm aumentada a qualidade de vida (ASTORGA et al., 2008, p.12) sendo assim não podemos concordar que ainda existam pessoas sem acesso a escolaridade,

Talvez isto seja uma explicação para o grupo de docentes de Ciências Humanas, ter um nível de apropriação maior de REA. Só que não encontramos na literatura algo que possa servir de base teórica para este pensamento.

- 5 - Dos 34 sujeitos que disseram sempre verificar o tipo de licença do material utilizado, cruzamos os dados respondidos com a Instituição na qual está atuando (ver gráfico 23).



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

As licenças de um material explicam o uso permitido perante a Lei e pelo próprio autor. Fazer esta verificação pode evitar processos judiciais referentes a acusações de plágio e apropriação indébita. Para a Lei de Direitos Autorais 9.610, de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), os direitos morais são irrevogáveis. O Art. 22 explica que o direito sobre o próprio nome, pseudônimo, conservar a obra inédita, ter direito de modificação do original, e os patrimoniais são os negociáveis, e por isto é imprescindível verificar a licença do material. Sempre que o material não traz nenhuma especificação quanto ao seu uso, a Lei assume que este é Copyright, ou todos os direitos reservados. A história dos direitos autorais tem o seu reconhecimento no Estatuto da Rainha Ana, preservando o direito às cópias, ficou conhecido pelo termo “Copyright”. Isso impede que a obra tenha a sua reprodução liberada por terceiros, sem uma autorização prévia do autor. Mas esta era uma época de escassez, hoje o panorama é outro. A modernização tecnológica possibilita que as cópias disponibilizadas no meio eletrônico tenham uma qualidade tão boa quanto o original, com custo praticamente nulo (BRANCO Jr., 2007). O copyright deixa à margem as atitudes colaborativas, impede os remix, as adaptações que favorecem alunos e professores nos processos de ensino e aprendizagem.

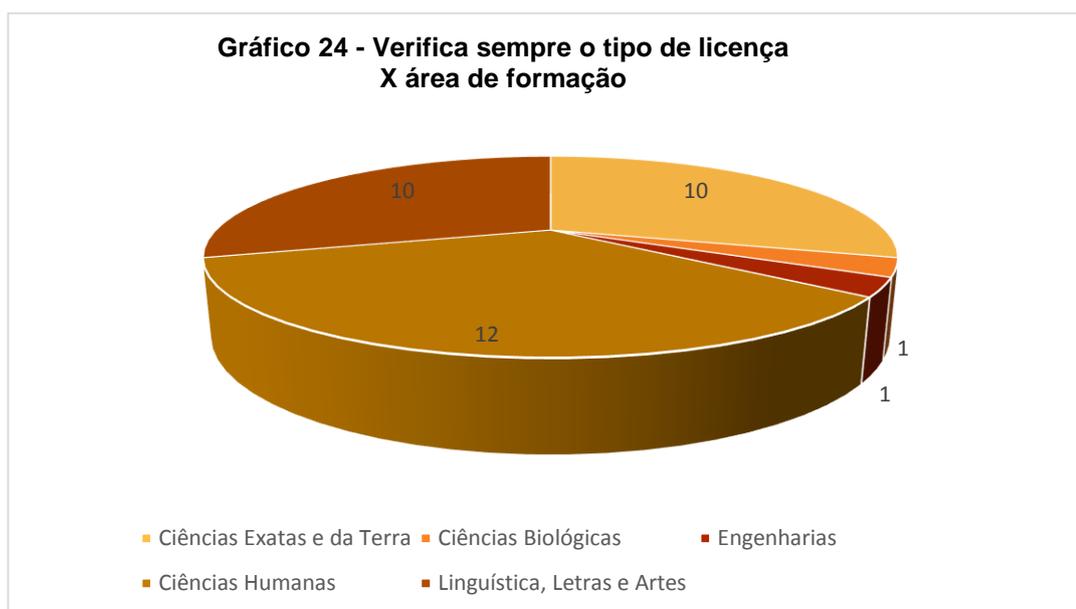
O convívio de um grupo com os mesmos objetivos, trabalhando de forma conjunta, pode gerar impactos positivos de uns sobre os outros, se os meios digitais são utilizados como apoio, estas trocas podem contribuir para o crescimento do grupo, é neste sentido que Kenski, Gozzi e Jordam (2013), diz que a necessidade de

emitir e justificar sempre as suas opiniões faz o grupo desenvolver o seu pensamento crítico.

A formação de novas posturas críticas e reflexões transformadoras só acontecem quando os protagonistas das produções se dispõem a colaborar, disponibilizando as suas obras para que terceiros possam fazer uso de forma legal, respeitando os direitos autorais e nas permissões concedidas pelos autores.

Os docentes da IFPE são os que mais verificam as licenças do material. A única diferença desta instituição e das demais, é o fato deste oferecer cursos de formação de nível médio e tecnológico.

6 - Dos 34 sujeitos que disseram verificar o tipo de licença, verificamos qual era a área de **formação destes** (ver gráfico 24).



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Consideramos que esta questão apresenta um empate técnico, já que tem apenas uma diferença de 2 sujeitos de uma área para outra e a quantidade de docentes e Engenharia e Ciências Biológicas é inexpressível, não sendo possível fazer considerações a respeito da área de atuação dos docentes. Mas, quando se verifica o tipo de licença do material, é possível encontrar, além do copyright, outras licenças que permitem o uso do material, como as licenças *Creative Commons*, o Domínio público e o Copyleft. As licenças *Creative Commons*, são a forma mais utilizada para transformar o material em REA. Com elas, é possível disponibilizar a

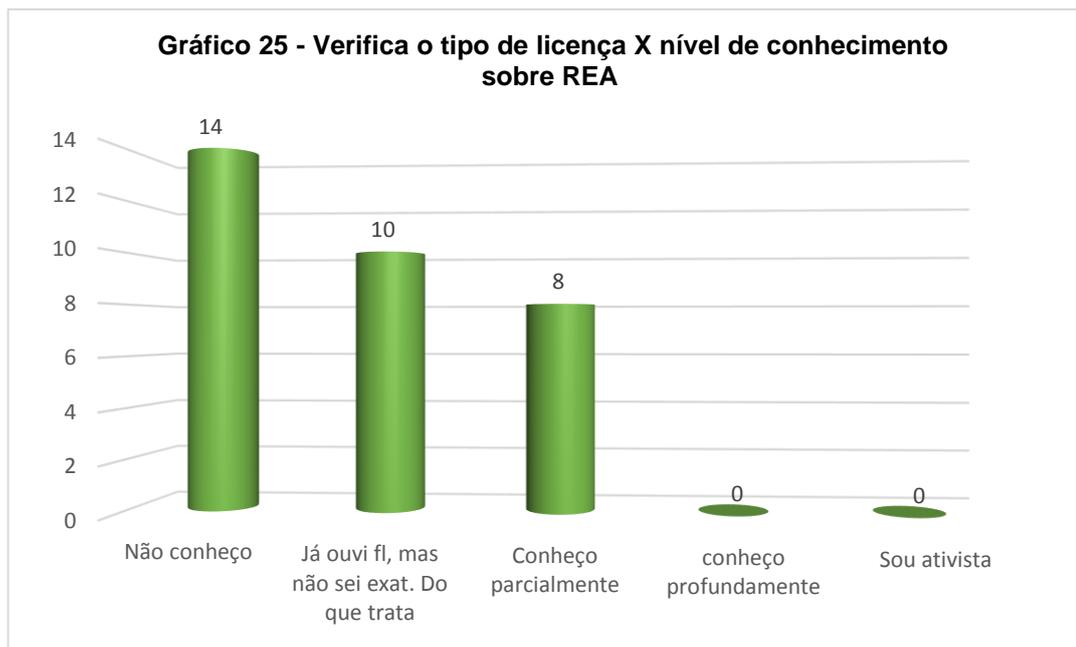
produção para que outras pessoas utilizem, criando um ciclo de colaboração. A comunidade REA não considera a licença ND, porque não permite derivações da produção. O princípio fundamental da filosofia é a abertura que possibilita a remixagem e a adaptação do material em diversos contextos, minimizando custo e desenvolvendo o potencial criativo dos participantes.

As licenças abertas impactam diretamente em uma postura que pode gerar implicações diversas, transformando a realidade da oferta de material, do acesso à cultura, possibilitando base de conhecimento que leve ao questionamento de outros direitos como serviços e direitos básicos.

Precisamos avançar além de uma internet livre e licenciamentos abertos, embora isto seja fundamental, se faz necessário o trabalho de empresas e instituições que possam desenvolver um trabalho mais intenso na defesa dos direitos humanos, que resulte numa renovação dos direitos autorais, garanta a liberdade de expressão, (BRANCO; BRITTO, 2013), informação e formação ao longo da vida.

O Domínio Público é um tipo de licença que acontece após 70 anos da morte do autor, ou por vontade deste, que pode colocar a sua obra para ser utilizada por outros, porém é necessário ficar atento a um detalhe: o produtor intermediário não tem a obrigação de licenciar a obra nas mesmas condições, pode inclusive, deixar todos os direitos reservados, quebrando um ciclo de colaboração e abertura.

- 7 - Dos 34 sujeitos que responderam verificar sempre o tipo de licença do material, procuramos saber qual o nível de conhecimento sobre os REA (ver gráfico 25, a seguir).



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Se existe a preocupação de verificar a licença é porque de alguma forma sabe-se que existem restrições quanto ao uso de material disponibilizado na rede. Conhecer os REA seria uma vantagem para o professor que deseja remixar ou apenas disponibilizar para os seus alunos. Promovendo a ampliação destes direitos em relação à Lei de Direitos autorais, é que esta permite alguns usos acadêmicos, mas não especifica o que seria pequenos trechos de citações. E não especifica, também, a questão das alterações e remix, deixando margem para muitas dúvidas. Por isto tramita um pedido de alteração, mas o mesmo já se encontra parado há bastante tempo.

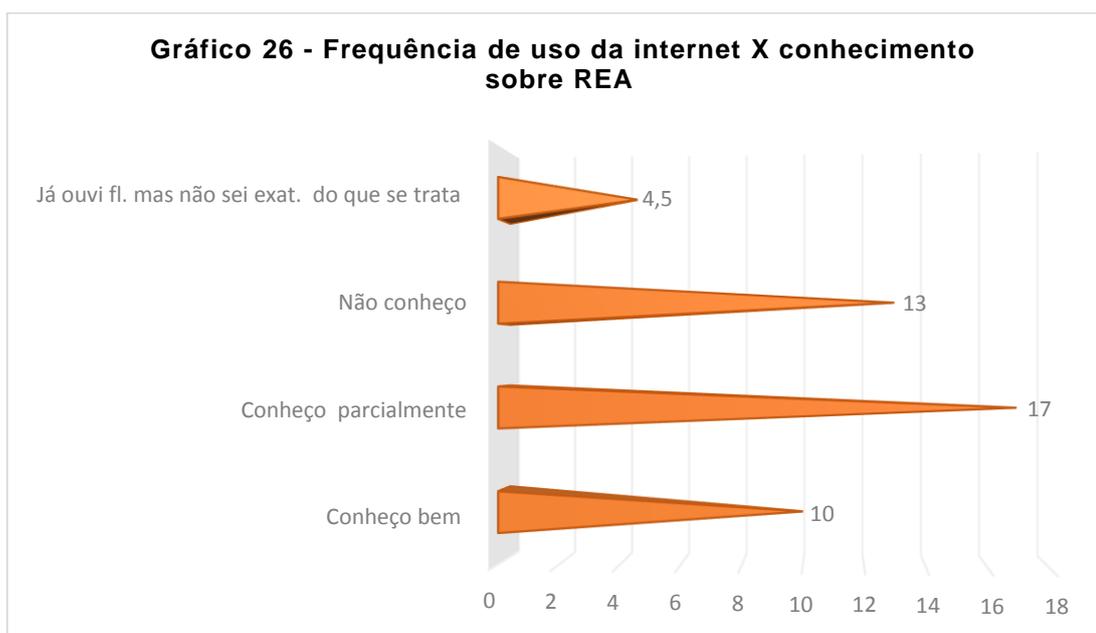
Quando se domina este conhecimento, é possível agilizar o processo de busca, que pode ser feito através da busca avançada do Google docs. nos repositórios, e em diversos sites públicos e particulares disponibilizados em várias tabelas neste trabalho, viabilizando a utilização do material em sala de aula.

O movimento REA está em fase de expansão. Muitas revistas científicas já trazem artigos que tratam de REA; e eventos já têm o tema incorporado. Por isto conhecer, mesmo não sabendo exatamente do que se trata, já é um caminho para se apropriar do conhecimento. Vários projetos são bastante conhecidos em todo o mundo como o MIT e a Academia Khan. Além destes, é possível encontrar outras iniciativas, principalmente se considerarmos que estes podem envolver governos, instituições de ensino e indivíduos (FERREIRA, 2012).

Conhecer bem os REA, dentro de uma Instituição pode ajudar a superar os problemas que cercam o movimento, impondo limitações, como as dúvidas sobre a propriedade do material, a qualidade, favorecendo o compartilhamento e desenvolvendo atividades colaborativas que gerem mudanças positivas na sua utilização. Muitos desafios ainda precisam ser superados, entre eles a consciência acadêmica (SANTOS, 2013) relacionada com o conhecimento dos licenciamentos, quanto maior os níveis de apropriação das licenças mais envolvidas estarão as pessoas que desejam superar esta norma proprietária do conhecimento produzido ao longo da história da humanidade.

Para os docentes que conhecem profundamente a filosofia REA e os que têm conhecimento parcial, é importante que possam difundir a ideia do movimento e principalmente criar uma imagem positiva, argumentando em defesa dos REA sempre que houver necessidade, expandindo o uso de material licenciado de forma aberta e ampliando as ações de remix e adaptação.

- 8 - Na pergunta nº 11 (Com que frequência você usa a internet?) Dos 47 sujeitos que responderam “sempre”, buscamos saber qual o nível declarado de conhecimento sobre REA. Estes dados nos levam na direção da comprovação de nossa hipótese, os professores utilizam material digital, estes podem ser REA, mas eles desconhecem esta possibilidade (ver gráfico 26).



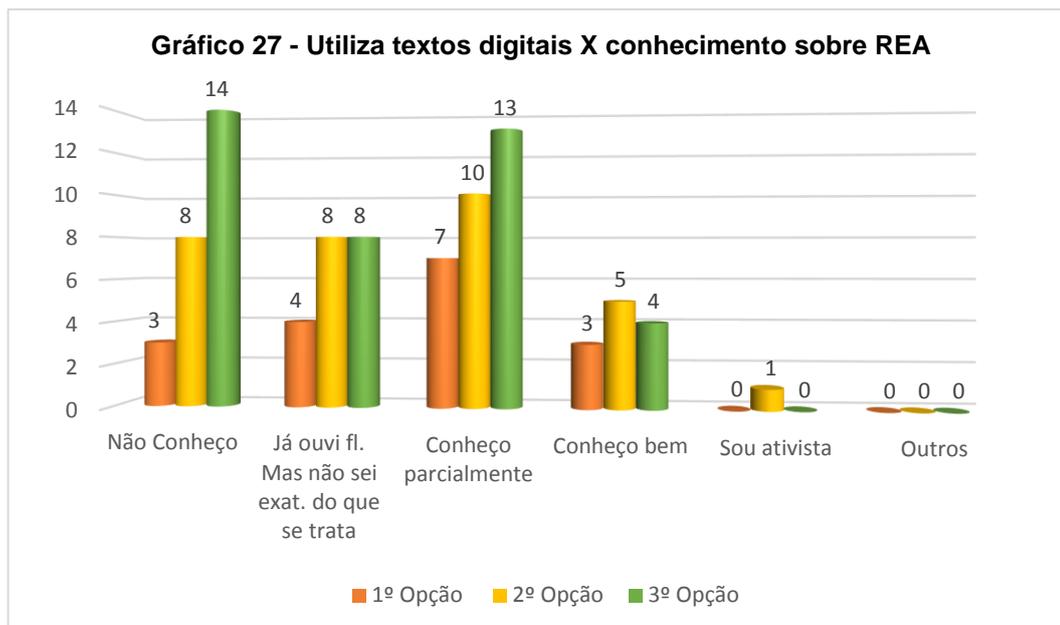
Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Temos que ter presente que esta pesquisa foi realizada no cenário da EAD. Sendo assim, temos que considerar que a internet é um ponto crucial para estes alunos e professores, pois estamos vivenciando a oferta de educação online, que pode fazer uso de diversos recursos, como som, imagem, textos e vídeos, ampliando consideravelmente a oferta de material para os alunos. Se dentro deste panorama, o professor conhece os REA, a dimensão deste material pode ser diferenciada daquele que fica restrito o material indicado pela coordenação do curso.

A rede de aprendizagem vivenciada por professores, alunos, técnicos e coordenadores, na educação online, está diretamente ligada ao uso da internet. Dando novo significado para estar conectado, o professor deixa de ser o centro distribuidor da informação e passa a definir junto com os seus alunos as rotas que devem e podem ser exploradas, formando uma consciência crítica do ato de aprender e buscar novas fontes de pesquisa a todo momento.

O censo da EAD (2013) constata que a maioria das instituições utiliza material do You Tube e Google Docs. Estes sites oferecem opção para se verificar o tipo de licença e que usos são permitidos (figuras 5, 6 e, 7). As instituições são compostas por pessoas que atuam nas diversas funções dos cursos, mas, se os professores atuam em rede e conseguem promover uma aprendizagem baseada na colaboração, é muito importante que este professor conheça o que a rede lhe oferece. Nesse sentido, encontramos 21 sujeitos que sempre utilizam a internet e que dizem não conhecer ou conhecer parcialmente os REA. Eles podem utilizar materiais que de fato são REA, sem saber, e, com isto, perder a oportunidade de fazer adaptações e inovações que permitam um nível maior de apropriação do conhecimento.

- 9 - Na pergunta nº 13, 99 sujeitos responderam que, para compor as suas disciplinas, utilizam textos digitais disponível na internet. Buscamos saber se, como primeira, segunda ou terceira opção, 89 sujeitos se enquadraram neste filtro. Os demais utilizam textos como quarta ou demais opções (ver gráfico 27).



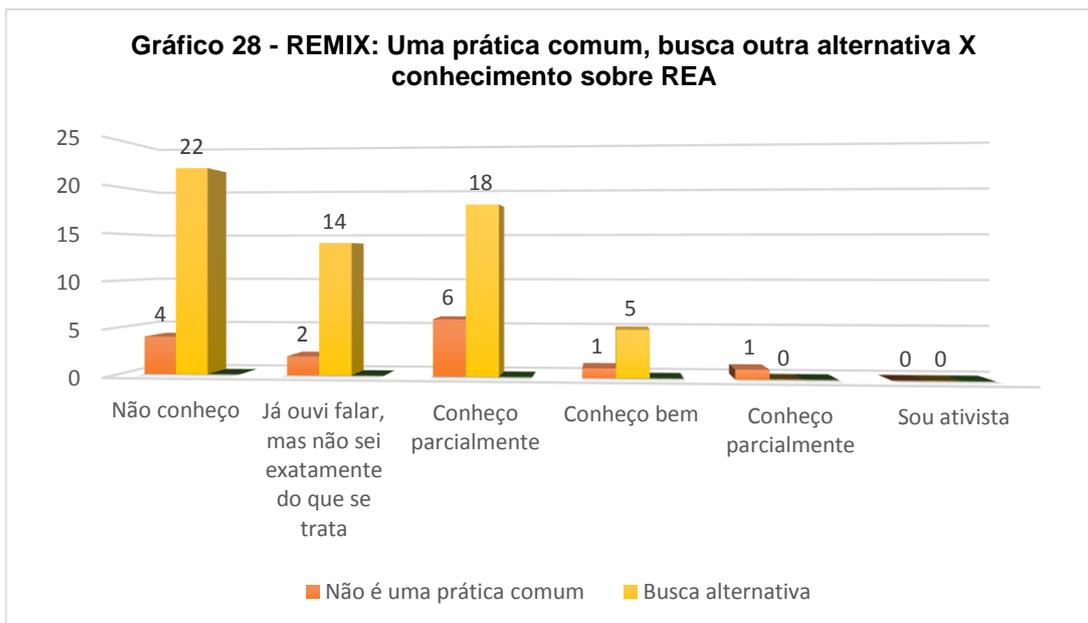
Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Apenas 1 sujeito se classificou como ativista e outro disse conhecer os REA profundamente, mas eles buscaram textos digitais apenas como segunda opção.

Para os sujeitos que dizem conhecer parcialmente ou conhecer bem os REA, esta opção é ainda muito tímida; os que não conhecem ou dizem que já ouviram falar, mas não sabem exatamente do que se trata, são os que mais optam por textos digitais na internet. Desta forma, acreditamos que eles realmente podem estar utilizando REA, sem ter conhecimento do que estão fazendo.

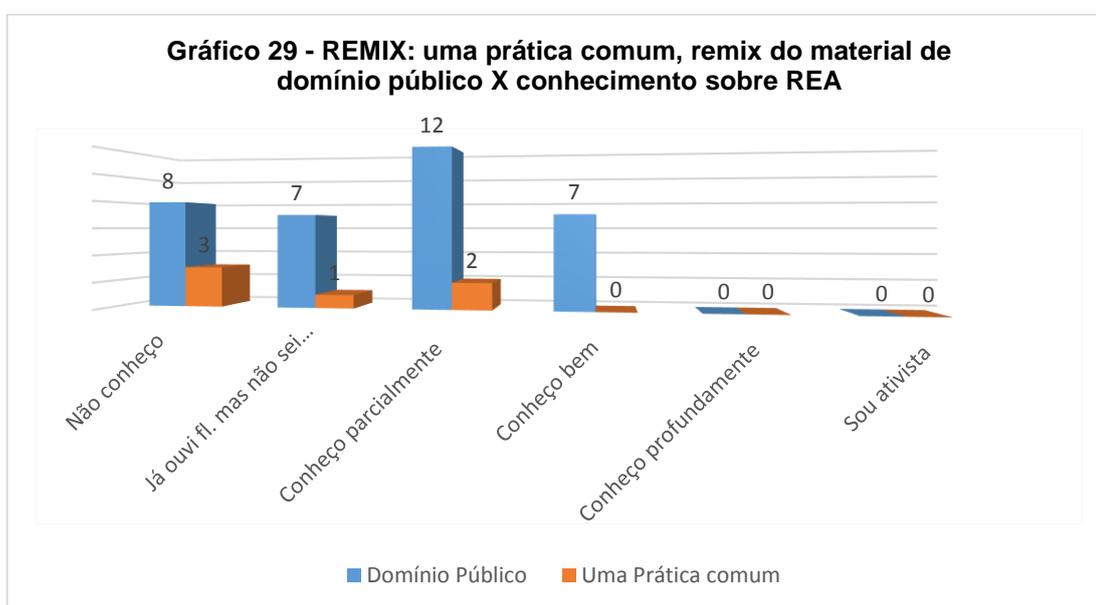
A internet privilegia o uso de programas abertos e a formação de comunidades que podem ser utilizados por qualquer usuário (KENSKI, 2007), oferecendo uma diversidade de material que pode fazer a diferença na relação de custo, e também na qualidade do que é disponibilizado. Aprender em colaboração é mais do que uma atitude de desprendimento no meio digital. É contribuir com a aprendizagem dos demais, disponibilizando informações (KENSKI; GOZZ; JORDAM, 2013). Desta forma, a internet se constitui em um canal de colaboração de grupos formados com objetivos definidos, como também de oportunidades ocasionais.

- 10 - Quando perguntamos sobre a prática do remix, os sujeitos responderam que **não** era uma prática comum, ou que buscavam alternativas para atender a demanda de sua (s) disciplina (s). Então, cruzamos com a informação declarada sobre o conhecimento dos REA (ver gráfico 28).



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

- 11 - Quando a resposta para o remix **era** uma prática comum, ou que se remixava apenas material de domínio público, cruzamos esta informação com o conhecimento declarado sobre os REA (ver gráfico 29).



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

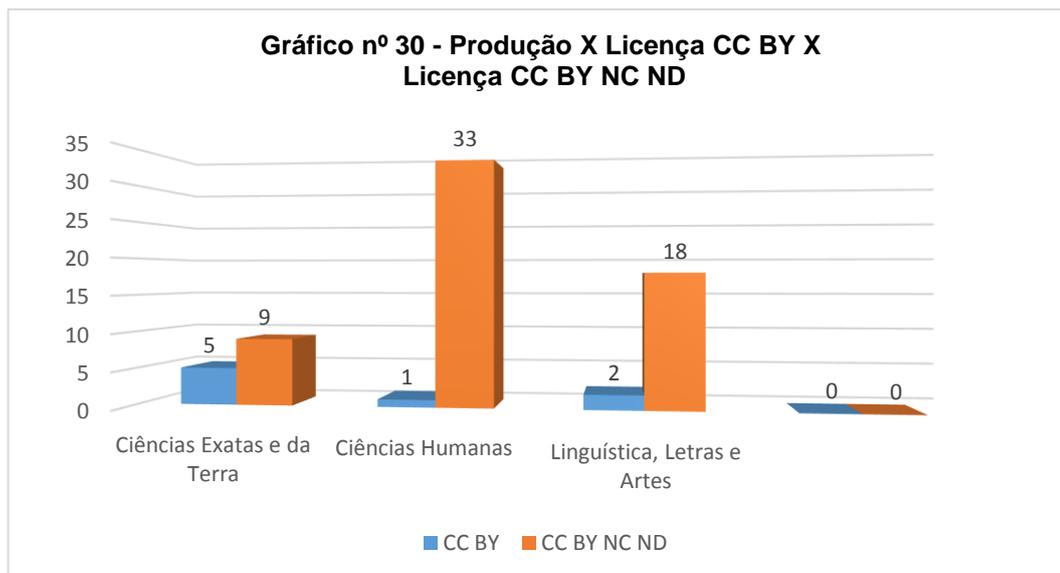
Quando o assunto é o remix, como prática comum, ou não, o conhecimento sobre REA, parece não exercer nenhuma ação motivadora, pois quem tem um nível de conhecimento profundo ou é ativista, não exerce esta prática. Logo, a troca de material, a complementação de trabalhos entre sujeitos como colaboração, não é

contemplada. O remix desenvolve um campo de colaboração entre as pessoas envolvidas, é neste processo que as pessoas aprendem juntas (TORRES, 2007). O remix favorece a adaptação a contextos e culturas diferentes, vinculando a isto uma redução dos custos dos materiais educacionais.

Os REA devem ter acesso aberto (licenças), educação aberta (conteúdos de aprendizagem) e software livre (ferramentas técnicas), para possibilitarem o desenvolvimento de processo conjunto de novos materiais, que levem a processo de compartilhamento e colaboração. Mas o professor é pressionado a apresentar resultados e, como sugere Evangelista (2006), *Publicar ou morrer, Morrer para Publicar*. Pode ser esta razão pela qual o professor prefere utilizar material pronto e em determinados momentos corresponder a uma política de pontos que lhe é imposta pelo sistema.

Para a filosofia REA, o mais importante é ser licenciado com permissão de remix e adaptar o material, pois isto permite sua utilização em contextos diferentes e proporciona colaboração entre os pares, promovendo transformações sociais, culturais e tecnológicas, pela permuta do conhecimento e informação entre as pessoas (PRETTO, 2012). Um conhecimento que possa ser trocado, compartilhado, mas principalmente convertido em um bem público (COBO; PARDO KUKLINSKI, 2007).

- 12 - Quando os sujeitos responderam sobre a sua disponibilidade de produzir REA, alguns declararam que o fariam com a licença mais aberta (CC BY) e outros com a licença mais restritiva (CC BY NC ND). Nesta situação, cruzamos esta informação com as suas respectivas áreas de formação (ver gráfico.30, a seguir)



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Os docentes de Ciências Humanas demonstraram uma postura mais fechada em relação à produção de REA, sendo o grupo mais avesso a licenciar o material de forma mais aberta, declarando que as suas produções poderiam ser restritivas. Para nossa surpresa, os docentes das Ciências Exatas demonstraram um comportamento contrário, traduzindo isto como uma postura mais colaborativa, talvez pela própria complexidade da ciência, que exige um envolvimento muito grande destes docentes.

Para produzir REA é necessário conhecer a filosofia do movimento, entender como funcionam as licenças, os direitos autorais e ter uma postura voltada para a linha de Direitos Humanos em relação à educação, mas, além disto, é importante disponibilizar esta produção com as licenças mais abertas, para que elas possam de fato trazer contribuições positivas para a população que carece de educação formal e ao longo da vida.

O autor não deixa de ser “dono” na sua obra pelo fato de licenciar. As licenças são uma forma legal de permitir que terceiros possam fazer uso da sua produção, dentro de termos pré-estabelecidos (BRANCO Jr., 2013). A *Creative Commons*, não é única forma de licenciamento que existe e mesmo e quando utilizada numa produção a obra fica livre para o autor fazer outros usos.

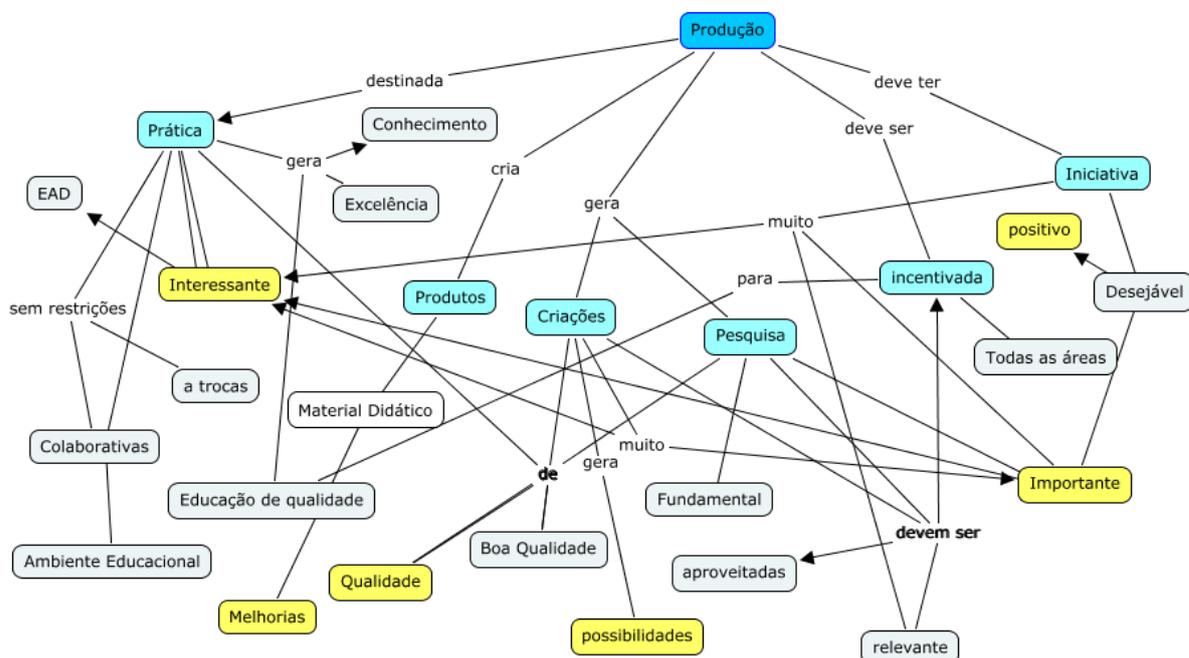
O quadro 11 (pag. 65) mostra as possíveis licenças e as permissões que estas concedem às produções. A licença mais aberta, a CC BY, permite as modificações, o remix e o uso comercial; já as produções que trazem a atribuição “ND”, não são consideradas REA, por não permitirem obras derivadas e, com isto,

impedirem o remix, excluindo a colaboração e os processos de coautoria das adaptações, que podem ser muito úteis em contextos de escassez.

O remix libera o processo de coautoria, que passa a ser colaborativo, no momento que as pessoas tendo um objetivo comum, podem desenvolver trabalho mesmo que não estejam juntas no mesmo espaço, mas através da virtualidade. Em tempos de Cibercultura, a Web 2.0 oferece a condição específica de atualização permanente (PESCE, 2013).

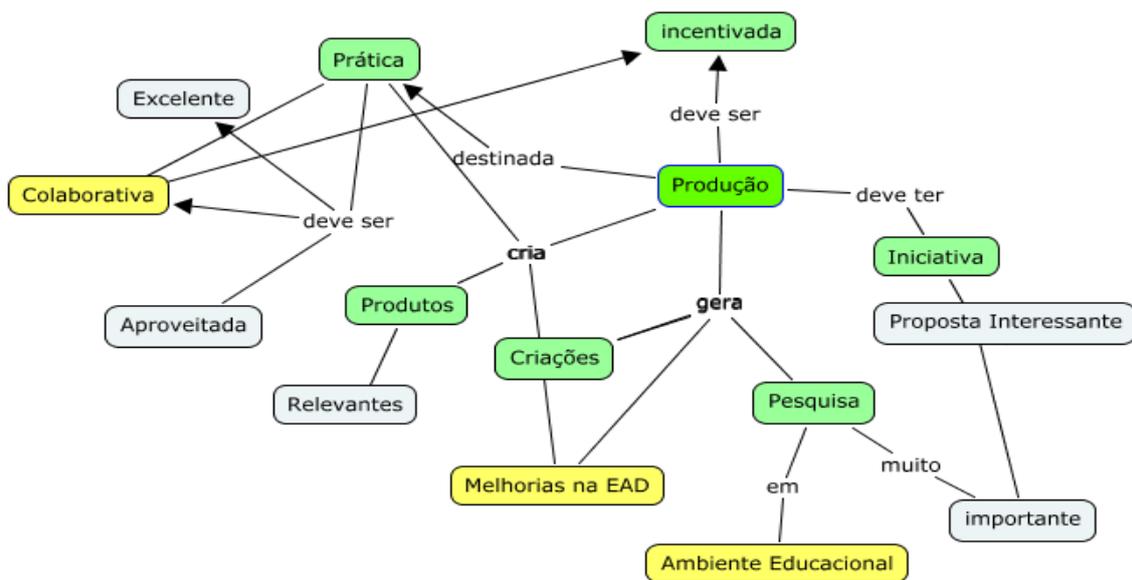
13 – Para as perguntas 18 e 19, que fecham o questionário, escolhemos o formato aberto para dar oportunidade ao docente de expressar a sua opinião de forma espontânea. Na primeira fase da análise, vimos que era possível analisarmos as duas questões juntas, sob as mesmas categorias, pois ambas remetem a ações de produção, compartilhamento e restrições (ver figuras 11 e 12, a seguir).

**Figura 11 - Pergunta 18 - Ações colaborativas relacionadas com a produção de material**



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

**Figura 12 - Pergunta 19 - Ações colaborativas relacionadas com a produção de material**



Fonte: Dados levantados pela autora. (2014).

Para a primeira categoria “produção”, após a montagem do mapa conceitual, separamos as falas dos sujeitos que nos ajudaram aprofundar esta análise.

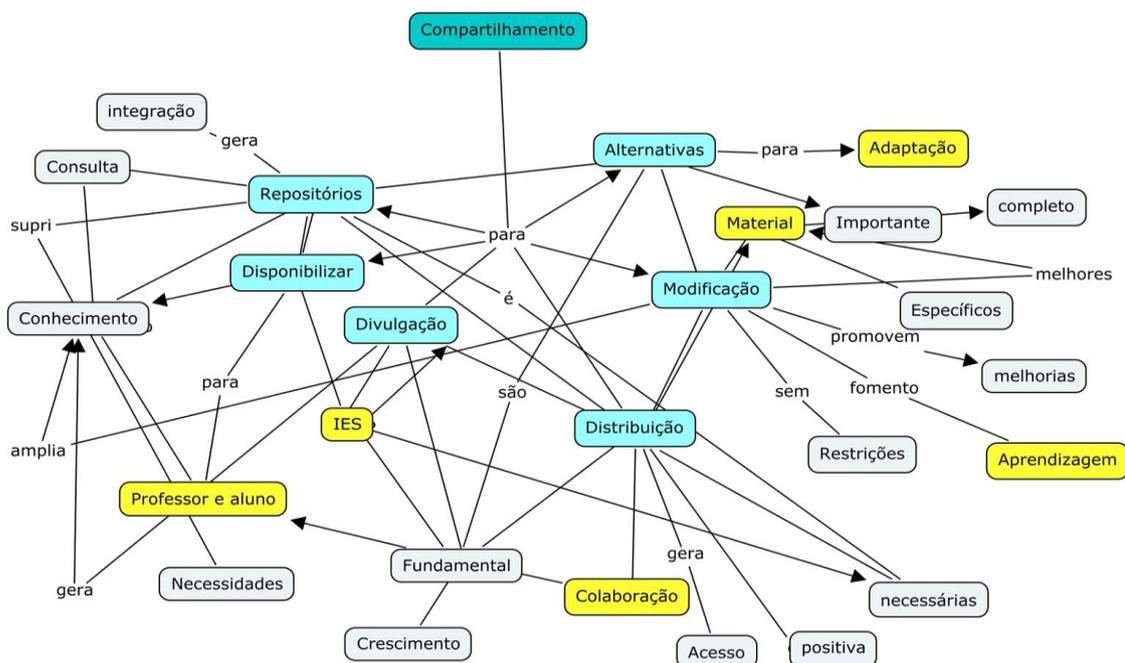
Sujeito 9: Quanto mais variadas e divulgadas forem, melhor. É preciso muito mais colaboração entre as IES, especialmente na educação a distância.

Sujeito 28: Fundamental, pois amplia o acervo de material disponível para o trabalho em EAD. Além do que, é utilizada verba pública, o que, por si só, já é passível de acesso livre.

Sujeito 53: Que se crie projeto de lei que permita a utilização de xerox de livros apenas para fins educacionais.

A UAB tem por finalidade interiorizar a educação superior e, para isto se concretizar, é necessária uma infraestrutura que dê suporte a esta política, como o acesso a uma conexão de banda larga. O site Tobeguarany (<http://tobeguarany.com/>) apresenta números das conexões disponíveis no Brasil e as diferenças entre as regiões, assim como as classes sociais e as etnias. Uma boa conexão é imprescindível para uma interação de qualidade entre alunos e professores. Pretto (2012) chama atenção para os movimentos do acesso livre, pois é impossível produzir sem leituras, sem cultura e possibilidade de explorar outras fontes de conhecimento, favorecendo um crescimento intelectual através da partilha do conhecimento, que Maia e Mattar (2007) complementam com a separação entre alunos. A interação possibilita as trocas, de forma síncrona e assíncrona, pois alunos e professores podem baixar este material e estudar de forma mais intensa e, depois, disponibilizar as produções. Neste sentido, a colaboração é o ponto chave para os sujeitos superarem os conflitos, com respeito e bons resultados para todos (KENSKI; GOZZI; JORDAM, 2013). Assim, de fato, as produções virtuais podem fazer a diferença para todos (ver figuras 13 e 14, a seguir).

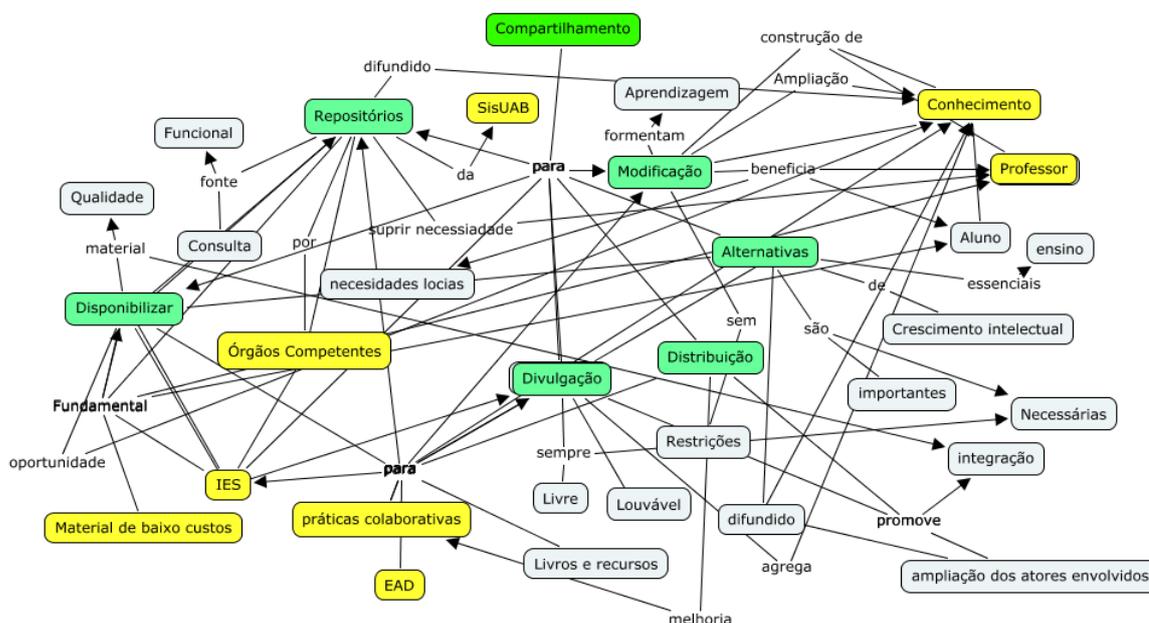
**Figura 13 - Pergunta 18 - Ações colaborativas relacionadas com o compartilhamento de material**



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

A figura 13 mostra o processo de licenciamento das obras. Com duas perguntas simples é possível concluir o processo, mas as implicações destas escolhas é que podem ser diferentes, trazendo colaboração e contribuindo à democratização da educação ou apenas repassando conteúdo. Isto depende das opções e dos impactos políticos, sociais e econômicos que se deseja alcançar

Figura 14 - Pergunta 19 - Ações colaborativas relacionadas com o compartilhamento de material



Fonte: Dados levantados pela autora (2014).

Para entender todas as conexões feitas no compartilhamento de um material, seja quando sugerindo ações que possam fomentar esta prática, ou quando opinando sobre estas, é importante que estes sejam valorizados. Pois é neste que reside todo o potencial dos REA.

Sujeito 7: Quanto mais variadas e divulgadas forem, melhor. É preciso muito mais colaboração entre as IES, especialmente na educação a distância.

Sujeito 51: pergunta 18: Defendo a liberdade de uso educacional de todo e qualquer material. Sou contra patente e "direito autoral". O conhecimento é da humanidade. Foi produzido ao longo de séculos e por milhões de cérebros. NINGUÉM é dono do saber e do conhecimento. "Abaixo a propriedade privada! Inclusive e principalmente do conhecimento!" Tudo é de todos. Colaborar é imperativo e é demonstração de solidariedade. As IES (e outras) devem ser abertas às práticas colaborativas. Todas são financiadas pelos contribuintes.

Sujeito 52: As práticas colaborativas devem ser divulgadas para que outros profissionais possam desenvolver em outras Instituições, contribuindo para a construção do conhecimento tanto dos professores quanto dos estudantes, contribuindo também para uma educação de qualidade.

Sujeito 6: Acho que deve ser mais divulgado as informações sobre as REA e os softwares livres. Acredito que pouco se sabe sobre este universo de relações, a internet é um recurso eficiente, mas seu uso ainda guarda segredos que penso que poderia ser desvendados por mais pessoas.

Sujeito 102: Melhor divulgação. Infelizmente as pessoas estão

acostumadas a produzir só o que é pontuado pela plataforma Lattes. Para mim, essa cultura é a grande barreira para produção e difusão de conhecimento para formação de pessoal.

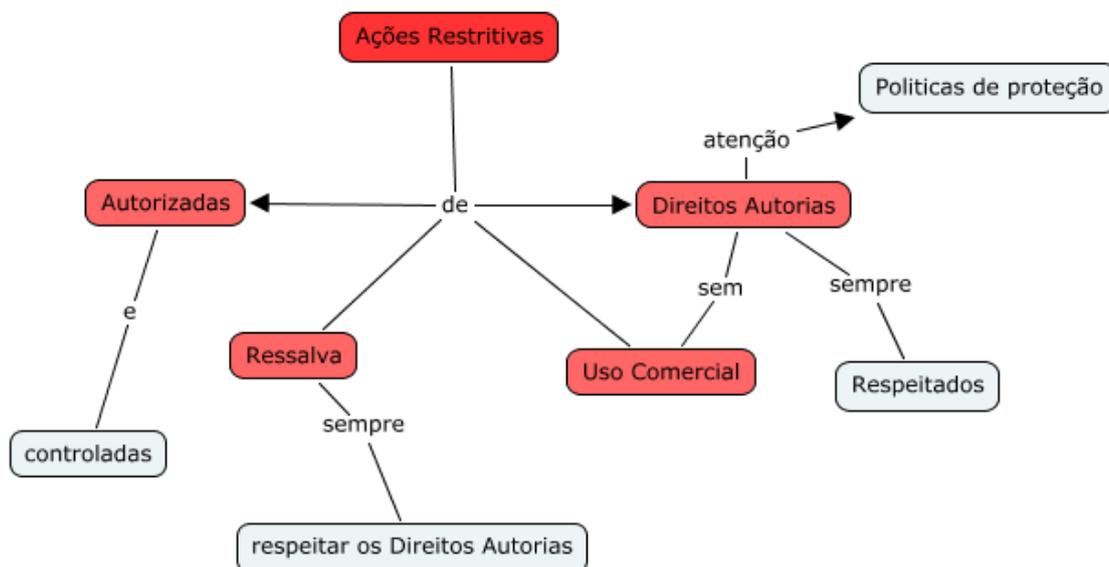
A ideia de compartilhamento está no cerne dos REA, desde o seu conceito até as publicações remixadas e adaptadas para contextos distintos, encorajando novas práticas através de inovações tecnológicas, mas estas só serão possíveis com a utilização de sistemas abertos que possam ser abertos em qualquer software (SILVEIRA, 2012). Com isso, os gastos públicos que sempre se repetem tanto no financiamento de publicações como na compra de material didático poderiam ser minimizados (SANTANA, 2012). Os nossos sujeitos têm esta filosofia muito clara, que todo material pode e deve ser distribuído como uma maneira de fomentar as práticas educativas, visando contribuir com o maior número possível de pessoas, tanto nas instituições como ao longo da vida, diversificando e aumentando a oferta de material, tratando a educação como um Direito Humano que leva o ser humano a patamares de vida mais elevados, sempre na busca de melhorias coletivas, onde todo conhecimento deve ser compartilhado (COBO; PARDO KUKLINSKI, 2007).

Já encontramos muitas iniciativas como as constantes na tabela 8 e 9 desta pesquisa.

A ideia de compartilhamento não é apenas altruísta, mas também uma forma legal de incentivar a colaboração das produções. Neste sentido, os REA têm na sua base não apenas os indivíduos, mas instituições de ensino e governos, que podem e devem contribuir para consolidar as ações colaborativas.

Quando nos deparamos com a categoria de Ações Restritivas, elas surgem apenas quando os sujeitos opinam sobre a prática de trocas entre as IES, mas quando perguntamos sobre sugestões, estes se mostram muito abertos e apenas apresentam ideias de colaboração e compartilhamento (ver figura 15).

**Figura 15 - Pergunta 18 - Ações restritivas relacionadas com a produção de material**



Fonte: Elaborado pela autora (2014)

As restrições aos REA, são o ponto muito importante a serem trabalhos, por ser estes que precisam ser devidamente esclarecidos, os direitos autorais e o direito comercial estão entre os mais citados, como é o caso destes sujeitos

Sujeito 1: Se os materiais fossem de qualidade e os autores concordarem acho positivo. Porém, não podemos chegar a uma simplificação mercantilista especialmente por parte de instituições públicas. Uma camisa de Neymar tem um valor muito alto para um pedaço de tecido, então se um texto oriundo da pesquisa e do trabalho de um professor que foi pago para um universo particular (seus alunos e sua instituição) pode ser livremente divulgado sem compensação, por que não distribui um cantor suas músicas de graça ou um futebolista suas camisas entre a população? O papel do professor deve ser valorizado não através de palavras e discursos poéticos, mas de fatos concretos, como é o justo pago pela divulgação de textos fruto da pesquisa e da autoria particular.

Sujeito 6: É uma forma disfarçada de pirataria, pois os autores não recebem direitos autorais.

Sujeito 14: Melhor divulgação. Infelizmente as pessoas estão acostumadas a produzir só o que é pontuado pela plataforma Lattes. Para mim, essa cultura é a grande barreira para produção e difusão de conhecimento para formação de pessoal.

Sujeito 97: Penso que as práticas colaborativas são importantes e devem ser praticadas, contudo deve-se também respeitar e referenciar a autoria dos materiais.

Sujeito 115: Acho que devem ser controladas e bem especificadas.

O que se pode perceber é uma resistência baseada no desejo de manter a autoria. Isso demonstra que o movimento REA ainda não é bem conhecido e também denuncia a falta de conhecimento sobre a Lei de Direitos Autorias.

No Brasil, o autor é amplamente protegido, mas mesmo assim, os autores não se sentem seguros em partilhar as suas obras, ou ainda existe um desejo velado de ser dono e não deixar que outras pessoas, possam usufruir dos benefícios que o conhecimento suscita.

Mesmo que a rede de internet disponibilize uma quantidade de material que pode ser compartilhada, conhecimento ainda representa poder, formação de opinião e em muitos casos manipulação de outros. Por isto a categoria de restrição tem um peso grande neste trabalho.

Outra grande barreira para o licenciamento da produção e do compartilhamento das obras no formato REA é a questão econômica, que pode ser crucial para a sobrevivência do autor. Quanto a isto, ele pode licenciar as suas obras com uma atribuição “NC” e preservar a sua obra da exploração comercial, porém Branco Jr. (2007) declara que a divulgação da obra com licenças abertas que permitem maior divulgação, pode gerar incremento nas vendas e não necessariamente uma diminuição.

É justo que os autores defendam as suas obras e se preocupem com o uso ilegal, como pirataria e plágio, práticas condenáveis que não apresentam ligação alguma com a cultura de colaboração e compartilhamento feito de forma legal pelos REA.

Na maior parte das culturas, o direito de propriedade nunca foi condição para se apreciar uma obra. Em muitos casos é até uma honra ter uma obra copiada ou imitada por outros. Portanto deve haver uma razão pela qual, nos últimos séculos, a originalidade e a exclusividade se tornaram tão interligadas na cultura ocidental (SMIERS; SCHIJNDEL, s/d, p. 11).

Estas razões podem estar ligadas a uma lógica capitalista, que acabou por criar uma subcultura de exploração das obras, promovendo uma apropriação desonesta das produções, o que gerou uma desconfiança e levou a um distanciamento dos princípios humanistas e do acesso à educação com um direito humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos durante o desenvolvimento desta pesquisa, é indiscutível que a educação superior brasileira ganhou espaço com a EAD e, principalmente, a criação da UAB. Dentro desta perspectiva, escolhemos estudar o uso de REA pelos docentes dos cursos de licenciatura, nas diversas disciplinas.

Nossa pesquisa se dirigiu aos usos dos REA nas IES federais de Recife, pela proposta que a UAB apresenta de interiorizar o ensino superior. Como sabemos que a infraestrutura das IES muitas vezes é precária, gostaríamos de saber como são aproveitados os recursos virtuais.

Dentro do que nos propomos no presente estudo, alcançamos os objetivos delineados no início do trabalho, porque conseguimos identificar o nível de conhecimento dos professores sobre REA e licenciamentos. A maioria dos nossos sujeitos está localizada entre as faixas “não”, “conheço” e “conheço parcialmente”, mas estes mesmo sujeitos disseram que apesar de nunca terem produzido REA, gostariam de fazê-lo.

Conseguimos mapear a origem dos materiais selecionados para uso em sala de aula, verificando que muitos professores ainda ficam presos aos materiais disponibilizados pela coordenação dos cursos ou do seu arquivo pessoal.

Também conseguimos investigar se os professores propõem alguma adaptação ou remi, pois essa é uma grande vantagem dos REA. Constatamos que a maioria dos docentes desta amostra prefere não fazer adaptações. Atribuímos isto à falta de conhecimento mais aprofundado sobre os licenciamentos e as possibilidades dos REA.

Assim, os objetivos da pesquisa foram amplamente atingidos. A nossa hipótese foi confirmada. A maioria dos professores desconhece os REA, embora utilize materiais disponíveis na internet; muitos deles, sequer se preocupam em verificar o tipo de licenciamento das produções, embora exista uma preocupação velada com os direitos autorais. Para chegar a estes resultados, tivemos o cuidado de traçar um caminho seguro, através de mapas conceituais e separação das falas dos sujeitos, para que a nossa interpretação não fosse “contaminada” pelas ideias que temos sobre o movimento REA e suas possibilidades.

No que se refere à metodologia utilizada nesta pesquisa, nos deparamos com algumas fragilidades próprias do instrumento escolhido. O nosso instrumento de

coleta, o questionário, não alcançou todas as situações que queríamos ver/conhecer, pois apesar de ter sido elaborado com rigor científico validado por mestres e doutores, sentimos falta de dados que pudessem traçar com maiores detalhes a prática do professor com relação aos REA. Obtivemos tais detalhes através de um esforço extra, não previsto inicialmente, pelo cruzamento das respostas, o que se mostrou pertinente para a obtenção das informações pretendidas.

Além disso, tivemos problemas ao utilizar o Office Cálculo e White. Por conta da quantidade de gráficos e imagens, o programa travava, o que gerava uma angústia sem fim em nossas horas de estudos. É possível dizer que o terror nos invadiu durante alguns dias, até solucionarmos as questões relativas aos softwares.

É importante frisar que, se estivéssemos começando este estudo agora, teríamos acrescentado um instrumento de coleta de dados à metodologia: a observação. Sentimos falta de observar, porque ficamos curiosos em conhecer melhor as práticas dos professores que dizem conhecer profundamente ou são ativistas dos REA, assim como dos que dizem que ainda não conhecem, mas que gostariam muito de conhecer.

Enfim, concluir que a maioria dos sujeitos partilha de uma atitude colaborativa e que tem o desejo de produzir REA é, sem dúvida muito gratificante. Desejamos que esta maioria tenha sido efetivamente sincera em suas respostas, pois é este o espírito que precisamos no ensino superior. Só desta maneira alcançaremos uma formação superior dinâmica, aberta, inovadora, intercultural e de responsabilidades compartilhadas.

Em nossa opinião, o maior problema do movimento REA é o apego desmedido às produções, desprovido da informação que as licenças *Creative Commons* e a Lei de Direitos Autorais garantem autoria. O fato de compartilhar uma obra para que outros tenham acesso e possam absorver conhecimentos, não muda a condição de autoria, mas muitos querem publicar apenas com a licença mais restritiva, desconhecendo que todo o conhecimento foi construído ao longo da história da humanidade e que, em outras culturas e em outro tempo, ter uma obra imitada ou copiada não era ofensa, mas proporcionava orgulho ao autor.

Neste sentido, a presente pesquisa se mostra de acordo com o que preconizam Branco Jr. (2007, 2011), Santos (2006, 2012) (2013) e Cobo; Pardo Kuklinski (2007): o conhecimento produzido ao longo da história humana pertence a

todos, mas quem traz uma contribuição nova pode partilhá-la, sem prejuízo, pois a lei garante todos os direitos.

Assim, com tantas leituras nos dois anos de mestrado e com os resultados encontrados nesta pesquisa, concluímos, também, que há algo maior, que embasa o compartilhamento dos REA: a produção em software livre, que permite a sua utilização em qualquer suporte, sem restrições. Somente nestas condições, o compartilhamento de REA poderá beneficiar a muitos.

Deste modo, concordamos com Silveira (2012) e Pretto (2012) e compartilhamos dos mesmos ideais: é preciso ter uma rede de sustentabilidade que permita o acesso de todos. Ainda estamos longe disto, pois, as políticas públicas ainda carecem de muitas mudanças, mas é preciso se manter na luta.

Por fim, vimos que os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de intensificar a divulgação da filosofia REA, que favorece a democratização da educação, pensando nesta como um direito humano e promovendo melhorias na qualidade de vida de todos.

Desejamos que esta pesquisa possa motivar a produção de REA e sua utilização em larga escala, para que a EAD deixe de ser uma modalidade presa a um par de textos e que possa ascender a um complexo de material que eleve a sua confiabilidade e expansão, sempre com qualidade, baseada na educação aberta e acolhedora, sem custos e promotora de formação crítica e reflexiva, principalmente na formação de professores, como é a proposta da UAB.

Agora, na reta final deste texto dissertativo, percebemos que muitos caminhos se abrem para trabalhos futuros. É imprescindível conhecer as implicações das licenças mais abertas e seus impactos nos remix, como também as licenças mais restritas, em que são liberadas apenas o download, refinando o perfil destes sujeitos, para que um trabalho de capacitação possa ser desenvolvido junto a eles.

Outra questão que pode ser trabalhada é a dos direitos autorais. Entender como a lei protege estes autores é um ponto estratégico para a publicação com licenças abertas. Mas aqui cabe um parêntesis relacionado com o professor autor; não tem como ignorar a realidade em que se pede uma produção sempre maior, impondo condições que vinculam a um sistema de trabalho com carga horária imensas. É necessário repensar estas exigências ou instituir políticas de incentivo para a produção acadêmica, fomentando a sua qualidade e não a quantidade. Incentivando a pesquisa colaborativa e desenvolvendo programas nos quais os

professores possam trabalhar em sistemas colaborativos com alunos e também com os seus pares.

Finalizando nossas considerações, assinalamos a importância das políticas públicas de acesso à educação, seus gastos, suas diretrizes de contratação e utilização de material, que devem ser amplamente discutidas, pois acreditamos que os REA podem trazer grandes benefícios para a educação, em todos os seus níveis.

## Referências Bibliográficas

A BASIC Guide to Open Educational Resources.: Paris: Unesco, 2011. 134 p.

ALENCAR, Anderson et al. **Direito Autoral em Debate**: Rede pela Reforma da Lei de Direito Autoral. São Paulo: Fundação Ford e Open Society, 2010. 22 p. Disponível em: <<http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2011230101448488caderno-direito-autoral-em-debate-rede-reforma-lda.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

ANDRADE SILVA, José Cruz. Recursos Educacionais Abertos, potencialidades e desafios. Porto, 2013, 126 p. Dissertação (Mestrado Comunicação Educação Multimédia) Universidade Aberta de Portugal, 2013

ASTORGA, Alfredo et al. **Educação de qualidade para todos**: um assunto de direitos humanos. Brasília: Unesco Orealc, 2008. 108 p.

ATKINS, D. E.; BROWN, J. S.; HAMMOND, A. L. **A Review of the Open Educational Resources (OER) Movement: Achievements, Challenges, and New Opportunities**. Report to the William and Flora Hewlett Foundation. Menlo Park, CA: Hewlett Foundation, 2007. Disponível online em: <http://tinyurl.com/45urs2>. Acesso em 31/08/2014

BEHAR, Patrícia Alexandra et al. Educação a distância e competências: Uma articulação necessária. In: BEHAR, Patrícia Alexandra (Org). **Competências em Educação a distância**. Porto Alegre: Penso, 2013. Cap. 2. p. 43-80.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma Emergente e a Práticas Pedagógicas**. 4º Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à Distância**. 6. ed. Campinas - Sp: Autores Associados, 2012.

Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: [http://www.rbe.min-edu.pt/np4/np4/?newsId=1114&fileName=direitos\\_autor.pdf](http://www.rbe.min-edu.pt/np4/np4/?newsId=1114&fileName=direitos_autor.pdf). Acesso em 19/12/19/2014

BRANCO JÚNIOR, Sérgio Vieira. **DIREITOS AUTORAIS NA INTERNET E O USO DE OBRAS ALHEIAS**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2007. 219 p.

\_\_\_\_\_. JUNIOR, Sérgio Vieira. **O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro: Uma Obra em Domínio Público**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011. 312 p.

\_\_\_\_\_. JÚNIOR; Sérgio Vieira; BRITO, Walter. **O que é Creative Commons: Novos modelos de direito autoral em um mundo mais criativo**. Rio de Janeiro: Fgv, 2013. 176 p. (Direito & Sociedade).

BRASIL. Medida Provisória nº 295, de 29 de maio de 2006. **Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus e da Remuneração Dessas Carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia**.

BRASIL. Constituição (1996). Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. **Emenda Constitucional**

BRASIL. Constituição (2004). Decreto nº 5.244, de 14 de outubro de 2004. **Dispõe Sobre a Composição e Funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra A Propriedade Intelectual, e dá Outras Providências.** Brasília, DF

BRASIL. Constituição (2010). Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2011. **Plano Nacional de Banda Larga.**

BRASIL. Lei nº 13.005, de 26 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF

BRASIL. Lei nº 9396, de 1996. **Diretrizes de Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Decreto.** Brasília, DF,

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. **Decreto.**

BRASIL. Lei nº 1.513, de 2011. **Projeto de Lei Federal.** Brasília, DF

BRASIL. Constituição (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Artigo 80. **Diretrizes de Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF

BRASIL. Constituição (1998). Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998. **Lei Nº 9.610.** Brasília, DF,

BRASIL. Lei nº 10.695, de 01 de julho de 2003. **Declaração de Apoio Ao Acesso Aberto à Literatura Científica**

BRASIL. Constituição (2012). Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. **Lei Nº 12.722: DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL.**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao). Acesso em 10 de dezembro de 2013.

BRASIL. Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento. Disponível em: <http://www.icml9.org/public/documents/pdf/pt/Dcl-Salvador-AcessoAberto-pt.pdf> Acesso em 07/09/2014

BRASIL. FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acesso em 14 de dezembro de 2013

CAETANO, Miguel. **O problema das licenças Creative Commons para uso não-comercial**: Parte I.II. 2007. Disponível em: <<http://www.remixtures.com/2007/05/o-problema-das-licencas-creative-commons-para-uso-nao-comercial-parte-i/>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

CARVALHO, Ana Beatriz. **Apropriação Tecnológica, Cultura Digital e Formação de Professores nas Licenciaturas a Distância**. v. 195. 2011, p.14-23, 20 Disponível: <http://anabeatrizgomes.blogspot.com.br/p/artigos.html>. Acesso em 10 de novembro de 2013

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A Sociedade em Rede, do Conhecimento à Ação Política**. Belém: Casa da Moeda, 2005

CASTRO, Antonio. **¿Las licencias Creative Commons son tan buenas como parece?** 2009. Disponível em: <http://www.ciberdroide.com/wordpress/%C2%BFa-licencia-creative-commons-es-tan-buena-como-parece/> Acesso em: 29 dez. 2014.

CAVALHEIRO, Rodrigo da Costa Ratto. A História dos Direitos Autorais no Brasil e no Mundo. **Cadernos de Direito: Hermenêutica e Direito**, Piracicaba, v. 01, n. 1, p.209-220, 12 jan. 2001. Semestral. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/direito/article/view/896>>. Acesso em: 12 dez. 2014

CENSO EAD Brasil: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil. Curitiba: Ibpex, 2013. 332 p.

CIDADE DE SÃO PAULO (Município). Decreto nº 52.681, de 2011. **Decreto**.

COBO Romaní Cristóbal; PARDO Kuklinski, Hugo. **Planeta Web 2.0. Inteligência Colectiva e Medios Fast Food**. Grupo de Recerca d'Interaccions Digitals, Universitat de Vic. Flacso México. Barcelona / México DF. 2007

CREATIVE Commons (n/d). Disponível em <http://creativecommons.pt/>. Acesso em 15/04/2013

D'ANTONI, Susan. **Open Educational Resources**. The Way For Deliberations of an internacional Community on interest. UNESCO II EP. 2008. Disponível em: <http://learn.creativecommons.org/wp-content/uploads/2008/03/oen-way-forward-final-version.pdf> . Acesso em 06/09/2014

DECLARAÇÃO de Berlim sobre Acesso ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades. 2003. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/DeclaracaoBerlim.htm>>. Acesso em: 10/02/2013

DECLARAÇÃO REA DE PARIS EM 2012. 2012. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/WPFD2009/Portuguese\\_Declaration.html](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/WPFD2009/Portuguese_Declaration.html)>. Acesso em: 06 dez. 2013.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em:

<<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

DE OLHO nas Metas 2012: Quinto Relatório de Monitoramento das 5 metas de todos pela Educação. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2012. 162 p.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 1832, de 2014. **Projeto de Lei**. Distrito Federal, DF,

EDUCAÇÃO para todos: O compromisso de Dakar. 2. ed. Dakar: Ação Educativa, 2000. 70 p

EVANGELISTA, Olinda. Publicar ou morrer. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Org.). **A bússola do escrever**. Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2 ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

FIQUEIREDO, Antônio Macedo de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho. **Como Elaborar Projetos, Monografias, Dissertações e Teses**: da Redação Científica à Apresentação do Texto Final. 3º Ed. Rio de Janeiro: Editora Júris LTDA, 2010.

FERREIRA, Giselle Martins dos Santos. De conteúdo a recurso, prática e pedagogia: sobre o movimento REA e suas ramificações. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p.20-37, jan. 2012. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/432/2>. Acesso em 02/14/2014

FRANCISCO, Maria Cristina Amado da Silva. **A utilização de Recursos Educativos Digitais no Ensino Superior a Distância: a percepção do estudante e o modo como utiliza os recursos digitais para fins educativos**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Educação Multimédia, Comunicação, Universidade Aberta de Lisboa, Lisboa, 2012

FONSECA, Yuri Ikeda. **O Reconhecimento Histórico dos Direitos do Autor e sua Proteção Internacional**. 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10579](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10579)>. Acesso em: 04 jan. 2014.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso completo de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GNU. GNU's Not Unix! - Free Software, Free Society. Disponível em <http://www.gnu.org/>>. Acesso em: 11 novembro, 2014.

Hill, M., & Hill, A. (1998). **A construção de um questionário**. Documento de trabalho. Dinâmica – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconômica. Fundação para Ciência e Tecnologia. Retirado de

[http://repositorioiul.iscte.pt/bitstream/10071/469/4/DINAMIA\\_WP\\_1998-11.pdf](http://repositorioiul.iscte.pt/bitstream/10071/469/4/DINAMIA_WP_1998-11.pdf).  
Acesso: 10/04/2014

HYLÉN, Jan. Open Educational Resources: Opportunities and Challenges. In: *Proceedings of the Open Education 2006: Community, Culture and Content*. Logan, Utah, Utah Skate University, 2006

HYLÉN, Jan. **Dar conhecimentos gratuitamente** – o Aparecimento dos Recursos Educativos Abertos. See “Giving Knowledge for Free – the Emergence of Open Educational Resources”, OECD Paris (2007). [http://www.oecd.org/document/20/0,3746,en\\_2649\\_35845581\\_35023444\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/20/0,3746,en_2649_35845581_35023444_1_1_1_1,00.html). Disponível em: <http://issuu.com/luiz/docs/namee47f24>. Acesso em 14/02/2014

HUNTER, Mary Lane. Projeto Folhas e Livro Didático Público In: SANTANA, Bianca; ROSSINI, Caroline; PRETTO, Nelson De Luca na Ed(Org.). **Recursos Educacionais Abertos: Práticas Colaborativas e Políticas Públicas**. São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012, p. 233- 238

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da Informação**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2007.

KENSKI, Vani Moreira; GOZZI, Marcelo Pupim; JORDAM, Tereza Cristina. A experiência de ensinar e aprender em ambientes virtuais. In: OKADA, Alexandra (Org.). **Recursos Educacionais Abertos & Redes Sociais**. São Luis: Uema, 2013. Cap. 11. p. 261-271.

KIRNER, Cláudio et al. Realidade Aumentada na educação aberta. In: OKADA, Alexandra (Org.). **Recursos Educacionais Abertos & Redes Sociais**. São Luis: Uema, 2013. Cap. 10. p. 249-260

KHAN, Salman. **Um mundo, uma escola: A educação reinventada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. 253 p. George Schlesinger.

LEMONS, André. Cibercultura. Alguns Pontos para compreender a nossa época. In: ANDRE LEMOS (Porto Alegre) (Org.). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulinas, 2003. p. 11-23.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34 Ltda., 1999. 264 p. Tradução: Carlos Irineu da Costa.

LITTO, Frederic. A nova ecologia do conhecimento: conteúdo, aprendizagem e desenvolvimento. **Inclusão Social, Brasília**, v. 2, n. 1, p.73-76, maio 2006.

MACHADO, Jorge. **Desconstruindo: "propriedade intelectual"**. 2008. Disponível em: [http://www.forum-global.de/jm/art06-07/desconstruindo\\_propriedade\\_intelectual.html](http://www.forum-global.de/jm/art06-07/desconstruindo_propriedade_intelectual.html). Acesso em: 22 nov. 2013.

MALLMANN, Elena Maria; JACQUES, Juliana Slaes; SONEGO, Anna Helena Silveira. Potencial dos Recursos Educacionais Abertos Para Integração Das Tecnologias e Convergência entre as modalidades na UFSM. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p.263-284, 2013

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EAD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

MANCIBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Reforma do Estado e privatização da Universidade Pública Brasileira: Consequências sobre o trabalho docente. In: SEMINÁRIO DA REDESTRADO, 6. 2006, Rio de Janeiro. **EDUCAR**. Rio de Janeiro: UFPR, 2006. v. 28, p. 37 - 53. Disponível em: <[http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd\\_viseminario/trabalhos/eixo\\_tematico\\_1/reforma\\_do\\_estado\\_privatiz.pdf](http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/reforma_do_estado_privatiz.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2014

MANTOAN, Maria Tereza Egle. **Inclusão Escolar, O que é? Por que? Como fazer?** 2º Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006

MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento da Metodologia Científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007

MICHAELIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. 109876. ed. São Paulo: Gráfica Melhoramentos, 2002. 2267 p.

MORAES, Roque. Análise de Contexto. **Educação**, Poro Alegre, v. 22, n. 37, p.7-32, 1999.

MORAIS, Elayne; RIBEIRO, Aline; AMIEL, Tel. **Recursos Educacionais Abertos: Um Caderno para Professores**. Campinas: Scribus, 2011. 36 p. Disponível em: [http://www.educacaoaberta.org/pub/caderno\\_rea\\_pq.pdf](http://www.educacaoaberta.org/pub/caderno_rea_pq.pdf). Acesso em 24/07/2014

MORAN, José Manuel. Contribuições Para uma Pedagogia da Educação Online. In: Silva, Marco (Org.). **Educação Online, Teorias, Práticas, Legislação, Formação Corporativa**. São Paulo: SP. Edições Loyola, 2006. p. 41- 52.  
\_\_\_\_\_. **O Que é Educação a Distância**. Disponível em <http://www.eca.usp.br/moran/dist.htm>. Acesso em 02/12/2013.

OKADA, Alexandra. Estratégias de Web conferencias com FlashMeeting na aprendizagem aberta. In: ENDIPE, 14. 2007/8, Rio Grande do Sul. **Anais do ENDIPE**. Rio Grande do Sul: Endipe, 2007. p. 1 - 15.

PANORAMA da Internet no Brasil. 13. ed. São Paulo: Sp, 2013. 45 p.

PARANÁ (Estado). Lei nº 185, de 2014. **Projeto de Lei**.

PEÑA, Maria de Los Dolores J et al. Recursos Educacionais Abertos: Nova Cultura de Produção e Socialização de Saberes no Ciberespaço. In: OKADA, Alexandra. **Recursos Educacionais Abertos & Redes Sociais**. São Luís: Uema, 2013. Cap. 18. p. 194-206

PESCE, Lucila. A Potência Didática dos Recursos Educacionais Abertos para a Docência na Contemporaneidade. **Revista Eletrônica de Educação**. V.7, N.2, 2013, p. 195 -210. Disponível: em <http://reveduc.ufscar.br>. Acesso em 02/12/2014

PICONEZ, Stela Conceição Bertlolo; NAKASHIMA, Rosália Helena Ruiz; PICONEZ FILHO, Oscar Luiz. Formação Permanente de Educadores, Recursos Educacionais

Abertos (REA) e Integração dos Conhecimentos. In: OKADA, Alexandra (Org) **Recursos Educacionais Abertos e redes sociais**. Ed. EDUEMA, São Luiz, 2013 p. 280 a 293

PRETTO, Nelson De Luca. Professores-autores em rede. In: SANTANA, Bianca; ROSSINI, Caroline; PRETTO, Nelson de Luca (Org.) **Recursos Educacionais Abertos**. São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012. Cap. 4. p. 91-108

RECURSOS Educacionais Abertos. 2014. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Recursos\\_educacionais\\_abertos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Recursos_educacionais_abertos)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

RELATÓRIO de Monitoramento Global de educação para todos: Ensinar e Aprender: alcançar a qualidade para todos. France, Paris: Unesco, 2013. 57 p

ROSSINI, Carolina; GONZALEZ, Cristiana (Comp.). REA: O debate em políticas públicas e as oportunidades para o mercado. In: SANTANA, Bianca; ROSSINI, Caroline; PRETTO, Nelson de Luca (Org.). **Recursos Educacionais Abertos: Práticas colaborativas e políticas públicas**. São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012. Cap. 2. p. 35-70.

SAMPAIO, Paulo Sérgio. **Comunicação e Compartilhamento de Conteúdo: O Uso de Recursos Educacionais Abertos por Docentes da UMESP**. 2013. 130f. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo – Faculdade de comunicação. São Bernardo do Campo, São Paulo. 2013.

SANTANA, Bianca. Materiais Didáticos Digitais e Recursos Educacionais Abertos. In: SANTANA, Bianca; ROSSINI, Caroline; PRETTO, Nelson De Luca (Org.). **Recursos Educacionais Abertos: Práticas Colaborativas e Políticas Públicas**. São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012, p.133-142

SANTOS, Andreia Inamorato dos. **Recursos Educacionais Abertos no Brasil: O estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação**. São Paulo: Cetic, 2013. 79 p.

\_\_\_\_\_, Andreia Inamorato dos. Recursos Educacionais Abertos, novas perspectivas para a inclusão educacional superior na EAD. In: SANTOS, Andréia Inamorato dos (Org.). **Perspectivas Internacionais em ensino superior e aprendizagem Online: Debates, tendências e expectativas**. São Paulo: Libra Três, 2006. p. 35-41.

\_\_\_\_\_, Andréia Inamorato dos; FERREIRA, Giselle Martins dos Santos; AMARAL, Mirian Maia do. Os discursos acerca de Recursos Educacionais Abertos: este mundo é plano? **Educação e Cultura Contemporânea**, Campinas, v. 10, n. 21, p.5-21,

\_\_\_\_\_, Andreia Inamorato dos. Educação Aberta: histórico, prática e o contexto dos recursos educacionais abertos. In: SANTANA, Bianca; ROSSINI, Caroline; PRETTO, Nelson De Luca (Org.). **Recursos Educacionais Abertos: Práticas Colaborativas e Políticas Públicas**. São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012. Cap. 3. p. 71-90

\_\_\_\_\_, Andreia Inamorato dos. Este Mundo é Plano? **Revista Educação e**

**Cultura Contemporânea**, V. 10 n° 21, Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/657/367>, Acesso em 14/12/2014

SANTOS, Edméa Oliveira dos et al. Usos e Possibilidades DE REA NA DOCÊNCIA ONLINE. In: OKADA, Alexandra (Org.). **Recursos Educacionais Abertos & Redes Sociais**. São Luís: Uema, 2013. Cap. 26. p. 272-278. Disponível em: <<http://oer.kmi.open.ac.uk/?wpdmact=process&did=MS5ob3RsaW5r>>. Acesso em: 17 out. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 989, de 2011. **Projeto de Lei**.

SARMENTO, Fernanda. MIRANDA, Angelo. BAPTISTA, Ana Alice. Ramos Isabel. Algumas **considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre**. 9º Eldoro Congress on Health Information and Libraries, Salvador, Bahia, Brazil, 20-23 Set. 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4282/1/Sarmento%20Miranda%20Baptista%20Ramos%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>. Acesso em: 07 de 09/2014

SERRA, Antonio Roberto Coelho; RIBEIRO, Silvar Ferreira; PINTO, Sônia Maria. REA na Universidade Aberta do Brasil: Limites e Possibilidades. In: ALEXANDRA OKADA (Org.). **Recursos Educacionais Abertos & Redes Sociais**. São Luis: Uema, 2013. Cap. 19. p. 246-248.

SMIERS, Joost; SCHIJNDEL. Marieke van. **Imagine um mundo sem direitos de autor nem monopólios**. Disponível em: <http://baixacultura.org/biblioteca/3-livros/ imagine-um-mundo-sem-direitos-de-autor-nem-monopolios/> acessado em 16 de novembro de 2013.

SILVA, José Severino. **A ação docente de EAD: a mediação do tutor**. 2012. 134 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação Matemática e Tecnológica. Pernambuco. 2012.

SILVA, Emmanuel Filipe Marques. **REA. Potencialidades e Desafios**. Abril 2003. Disponível em: <https://emanueelfmsilvamcem.wordpress.com/ar/artefacto/> Acesso em 28/12/2014

SILVA, Marco (Org.). **Educação Online: Teorias, Práticas, Legislação e Formação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006. 520 p.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 269 p

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Formatos Abertos. In: SANTANA, Bianca; ROSSINI, Caroline; PRETTO, Nelson de Luca (Org.) **Recursos Educacionais Abertos**. São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012. Cap. 5. p. 109-120.

TORI, Romero. **Educação sem distância**: As tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Senac, 2010. 254 p.

TORRES, Patrícia Lupion. **Laboratório *On-Line* de Aprendizagem: Uma Experiência de Aprendizagem Colaborativa Por Meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem *Eurek@Kids*** Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 73, p. 335-352, set./dez. 2007 335 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 de novembro de 2013

TORRES, Patrícia Lupion; ALCANTARA, Paulo R.; IRALA, Esrom Adriano Freitas. GRUPOS DE CONSENSO: UMA PROPOSTA DE APRENDIZAGEM COLABORATIVA PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. **Diálogo Educacional, Curitiba**, v. 4, n. 13, p.129-145, 2004.

TRIMER, Roger. Livro e Apostilas na educação superior a distância. In: LITTO, Frederico; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância**: o Estado da arte. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011. Cap. 36. p. 311-318.

WIKIPÉDIA, enciclopédia livre. 2014. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Página\\_principal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Página_principal)>. Acesso em: 02 dez. 2014.

UNESCO:<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/access-to-knowledge/open-educational-resources/global-oer-logo/>. Acesso em 13/11/2014

## **Apêndice A – Questionário para Professores EAD/UAB**

O presente questionário tem por objetivo analisar o uso de Recursos Educacionais Abertos (REA) por professores dos cursos de graduação a distância, da Universidade Aberta do Brasil (UAB), nas IES de Recife e seus campi.

A sua participação, professor (a), contribuirá para consolidar esta pesquisa, possibilitando ampliar o nosso conhecimento sobre REA e melhorar o seu uso por todos da comunidade acadêmica.

Garantimos total anonimato e a certeza de que o questionário será utilizado apenas com finalidades acadêmicas.

Comprometemo-nos a divulgar os resultados da pesquisa, com licença *Creative Commons*, junto à comunidade REA Brasil, logo após a finalização do trabalho.

Agradecemos a todos e todas pela colaboração!!!

### **1º) na UAB, qual a sua instituição?**

- UFPE
- UFRPE
- IFPE

### **2º) qual a sua área de formação?**

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas
- Engenharias
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais Aplicada
- Ciências Humanas
- Linguística, Letras e Artes
- Outros:

### **3º) na UAB, quais as suas disciplinas?**

### **4º) Há quanto tempo você está vinculado à UAB?**

### **5º) Você conhece os Recursos Educacionais Abertos (REA)?**

- Não conheço
- Já ouvi falar, mas não sei exatamente do que se trata
- Conheço parcialmente
- Conheço bem
- Conheço profundamente
- Sou ativista
- Outro:

### **6º) Se você respondeu à questão anterior afirmativamente, como você define a sua prática em relação aos REA?**

- Nunca produzi um REA
- Produzi apenas uma vez
- Produzo sempre
- Sou ativista
- Ainda não produzi, mas gostaria de fazê-lo
- Não tenho intenção de produzir REA
- Outro:

### **7º) Marque os repositórios que você conhece, onde pode encontrar REA**

- Ambiente Educacional Web (<http://ambiente.educacao.ba.gov.br/>)

- Brasileira USP (<http://www.bbm.usp.br/>)
- Conteúdos Digitais UFF (<http://www.uff.br/cdme/>)
- Matemática Multimídia (<http://m3.ime.unicamp.br/>)
- Portal Teca (<http://teca.cecierj.edu.br/>)
- Rea Dante (<http://www.colegiodante.com.br/rea/>)
- Scielo Books(<http://books.scielo.org/>)
- Banco Internacional de Objetos de Aprendizagem (<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>)
- FEB - Federação de Repositório Educa Brasil(<http://feb.ufrgs.br/>)
- Não conheço nenhum repositório
- Outro:

**8º) Você verifica o tipo de licença do material indicado/utilizado?**

- Sempre
- Muitas vezes
- Às vezes
- Raramente
- Nunca
- Outro:

**9º) Você conhece o termo Copyright?**

- Não conheço
- Já ouvi falar, mas não sei exatamente do que se trata
- Conheço parcialmente
- Conheço bem
- Conheço profundamente
- Outro:

**10º) Você conhece o termo Copyflex?**

- Não conheço
- Já ouvi falar, mas não sei exatamente do que se trata.
- Conheço parcialmente
- Conheço bem
- Conheço profundamente
- Outro:

**11º) Com que frequência você utiliza a internet para selecionar materiais didáticos para as suas disciplinas?**

- Sempre
- Muitas vezes
- Às vezes
- Raramente
- Nunca
- Outro:

**12º) Na Internet, onde você busca os materiais didáticos para as suas aulas?**

- Revistas Eletrônicas
- Anais de eventos
- Repositórios
- Outro:

**13º) Que tipo de material digital você costuma indicar nas suas disciplinas?**

- Filmes
- Vídeos
- Textos digital disponível na internet
- Arquivos de som
- Animações
- Simulações

- Tutoriais
- Jogos
- Mapas
- Imagens
- Recursos de avaliação
- Outro:

**14º) Para estruturar as suas disciplinas, você prefere usar:**

- Material impresso disponibilizado pela coordenação do curso
- Material do arquivo pessoal
- Material digital disponível na internet
- Capítulos de livros ( xerox )
- Outro:

**15º) Você já deixou de propor alguma atividade por não encontrar material digital que pudesse ser indicado aos alunos?**

- Sim, por conta de restrições legais
- Sim, por conta de restrições técnicas
- Sim, quando isto acontece planejamos outra atividade
- Não, sempre encontro o que preciso na internet
- Não, produzo o meu próprio material
- Outro:

**16º) Você já remixou, revisou ou adaptou alguma obra em formato digital, para atender às necessidades de suas disciplinas?**

- Sim, mas a Lei de Direitos Autorais representa um entrave
- Sim, mas apenas material de domínio público ou com licença Creative Commons
- Sim, o remix é uma prática comum
- Não, o remix não é uma prática comum
- Não, busco outras alternativas
- Outro:

**17º) Você concorda em publicar a sua produção e permitir que outras pessoas possam:**

- Distribuir, modificar , adaptar, criar obras derivadas, inclusive comercializar. (CC BY)
- Distribuir, modificar, adaptar, criar obras derivadas, inclusive comercializar. Mas tudo que derivar desta deve ser licenciado da mesma forma. (CC BY SA )
- Redistribuir e usar para fins comerciais e não comerciais, mas a obra deve estar inalterada. (CC, BY, ND)
- Modificar, adaptar, criar obras derivadas. Restringe o uso comercial da obra, mas as obras derivadas não precisam seguir esta mesma norma. ( CC, BY NC)
- Adaptar, modificar, criar obras derivadas, não permite uso comercial e as obras derivadas devem seguir esta mesma norma. ( CC BY NC SA)
- Permitir apenas o download e o compartilhamento, sem modificações e uso comercial (CC BY NC ND)

**18º) Qual a sua opinião sobre as práticas colaborativas que fomentam a educação, através da trocas de material entre as IES que ofertam cursos pela UAB**

**19º) Você tem alguma sugestão para aumentar a oferta de material de ensino, aprendizagem, pesquisa e avaliação para a UAB?**

## Anexo A – Edital para autorização da pesquisa



Universidade Federal de Pernambuco  
Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica

# EDUMATEC

[www.ufpe.edumatec.net](http://www.ufpe.edumatec.net)  
e-mail: [edumatec@ufpe.br](mailto:edumatec@ufpe.br)  
tel: 2126-8952

Ofício Nº 145/2014-PPGEDUMATEC

Recife, 05 de junho de 2014.

Da: Coordenadora da Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica  
Profª Drª Paula Moreira Baltar Bellemain

Ao: Ao: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE  
Coordenador: Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva Miranda

**ASSUNTO: Encaminhamento da aluna Angela Maria de Almeida Pereira para pesquisa.**

Sr (a) Coordenador (a) de Curso,

Este ofício pretende solicitar uma autorização para que a nossa aluna do Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica (EDUMATEC), da UFPE, Angela Maria de Almeida Pereira, realize sua pesquisa no âmbito desta Instituição de Ensino Superior. Ela aplicará um questionário com os Professores Executores dos cursos de Licenciaturas diversas à distância (UAB). Os resultados servirão de base para a dissertação de mestrado intitulada **O uso de Recursos Educacionais Abertos (REAs) na Educação Superior (UAB): sonho ou realidade?**

O tempo desta atividade foi estimado em 2 meses, pensando que é tempo suficiente para a mestranda conseguir uma mostra significativa de professores para a conclusão de sua pesquisa.

Este projeto está se desenvolvendo sob a orientação da Profª Drª **Thelma Panerai Alves** ([tpanerai@gmail.com](mailto:tpanerai@gmail.com)), da UFPE, e visa analisar como os professores dos cursos de Licenciaturas à Distância (UAB), de Recife e seus campi avançados, utilizam os Recursos Educacionais Abertos (REAs) em suas disciplinas.

Os dados coletados serão utilizados, exclusivamente, para os fins da pesquisa. Garantimos o sigilo da identidade das instituições e dos professores que farão parte do estudo e das publicações subsequentes.

A participação na pesquisa não acarretará nenhum custo e nem recompensa financeira aos colaboradores.

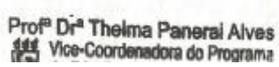
Para finalizar, comprometemo-nos a encaminhar os resultados da pesquisa à instituição, por ocasião de sua finalização.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Agradecemos antecipadamente,



Thelma Panerai Alves  
Vice-Coordenadora do EDUMATEC



*Recebido em*  
30/06/2014